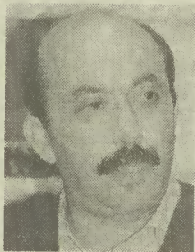


EM FOCO

Em defesa da autonomia do Poder Local

Mais uma vez o Governo do PS vai ser confrontado com a necessidade de decidir entre os interesses do grande capital e os interesses públicos.



■ **Jorge Pires**

Pág. 20

Pela lógica da cooperação

Como era fácil de prever, a guerra contra a Jugoslávia e o papel imperial que os Estados Unidos nela assumem trouxeram à ordem do dia a questão da Política Externa e de Segurança Comum.

■ **João Amaral**

Pág. 21

A greve dos trabalhadores na CM da Amadora

Os méritos de uma luta

■ **José Manuel Marques**

Págs. 22 e 23

Guerra nos Balcãs

O tribunal dos vencedores

■ **Anabela Fino**

Págs. 24 e 25

ÚLTIMAS

PCP apresenta contas no Tribunal Constitucional

Pág. 32

Avante!

Por ser feriado na próxima quinta-feira, o nosso jornal sairá um dia antes e estará em distribuição na quarta-feira, dia 9 de Junho.

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0670-1865 • 2 de Junho de 1999 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1331 • Director: José Casanova

A campanha está na rua

MAIS CDU!

Comícios e festas em Lisboa, Porto, Vila Pouca de Aguiar e Guimarães. Centenas de iniciativas em todo o País

Págs. 5 a 9



Emigrantes em França

No caminho

de uma Europa mais justa

■ **Enviados especiais**

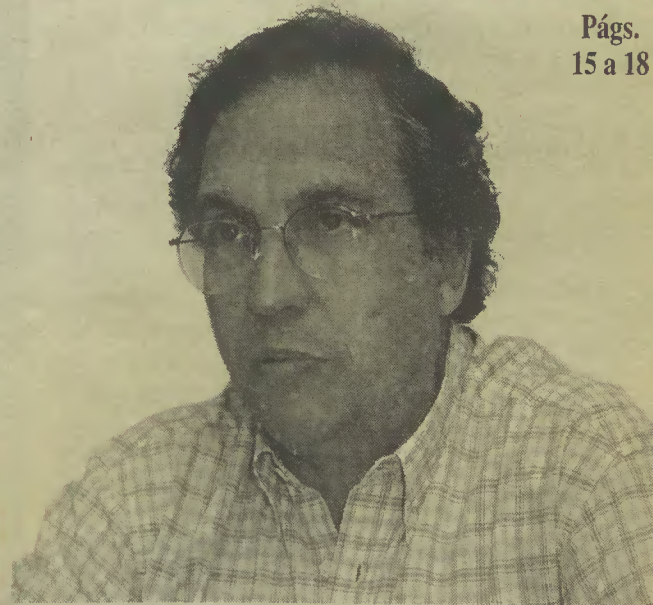
Isabel Araújo Branco e Sérgio Morais

Págs. 14 e 19

Carlos Carvalhas ao «Avante!»

Um bom resultado é uma vitória para Portugal

Págs. 15 a 18



Editorial O voto das mulheres



Sindicalistas entregam abaixo-assinado de apoio à candidatura da CDU

RESUMO

26 Quarta-feira

Ilda Figueiredo defende em Seia direitos dos trabalhadores da Beiralã, enquanto a administração da empresa se recusa a receber a candidata da CDU ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, Ali Alatas, desmente a acusação da ONU de as milícias serem treinadas pelo exército indonésio ■ Segundo a agência noticiosa jugoslava Tanjug, os bombardeamentos da NATO provocam dois mortos e três feridos no Kosovo ■ O presidente macedónio, Kiro Gligorov, apela aos países europeus para que cumpram os compromissos assumidos quanto à transferência dos cem mil refugiados do Kosovo que se encontram nos campos da Macedónia ■ Aviões indianos atacam Caxemira com o objectivo de desalojar os guerrilheiros muçulmanos.

27 Quinta-feira

Ilda Figueiredo e Carlos Carvalhas visitam o Observatório Europeu para a Droga e a Toxicoddependência e defendem na Feira Agro-Pecuária do Litoral Alentejano, em Santiago do Cacém, mais investimentos para o Porto de Sines ■ À noite, em Montemor-o-Novo, Ilda Figueiredo afirma que votar no PS ou no PSD é votar pela continuação da guerra no Kosovo ■ O PCP entrega na Assembleia da República um projecto de lei que institui um programa nacional de prevenção e combate ao branqueamento de capitais ■ Veiga Simão entrega à comissão parlamentar de inquérito dos serviços secretos uma lista dos agentes dos Serviços de Informações Estratégicas de Defesa e Militares ■ O Padre Melícias é nomeado comissário de apoio do Estado português a Timor-Leste ■ Soldados indonésios matam dois timorenses durante uma operação militar em Baucau ■ O presidente jugoslavo Slobodan Milosevic é oficialmente acusado pelo Tribunal Penal Internacional de Haia por crimes de guerra ■ O Paquistão reivindica abate de dois aviões indianos ■ O primeiro-ministro israelita cessante, Benjamin Netanyahu, anuncia a sua demissão do Parlamento ■ O High Court britânico dá luz verde à extradição de Augusto Pinochet para Espanha.

28 Sexta-feira

José Saramago, no comício da CDU em Lisboa, considera eventual abstenção nas eleições europeias como um «erro gravíssimo» ■ Veiga Simão, ministro da Defesa, demite-se na sequência da entrega de lista de agentes secretos à comissão de inquérito parlamentar e

Jaime Gama acumula o cargo com a pasta dos Negócios Estrangeiros ■ Os talibãs integracionistas afegãos manifestam apoio aos soldados paquistaneses no confronto com a Índia em Caxemira ■ Três dias depois da sua nomeação para o cargo de vice-primeiro-ministro, Ieltsin demite o liberal Mikhael Zadornov ■ O primeiro-ministro turco forma coligação com o ANAP e a extrema-direita.

29 Sábado

Carlos Carvalhas e Ilda Figueiredo participam, no Porto, em comício de abertura da campanha da CDU ■ Xanana Gusmão, em nome da Resistência timorense, manifesta apreço pela nomeação do Padre Melícias para comissário de apoio do Estado português a Timor-Leste ■ Jaime Gama defende como tarefa prioritária enquanto ministro da Defesa contribuir para dar credibilidade ao Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares ■ A Índia e o Paquistão declaram-se dispostos a dialogar para reduzir tensão em Caxemira.

30 Domingo

Ilda Figueiredo, cabeça de lista da CDU às eleições europeias, apela aos agricultores em Vila Pouca de Aguiar que não se deixem enganar pelas promessas dos outros partidos ■ Ana Gomes afirma que, apesar da protecção policial, a saída de Leandro Isaac da sede da Polícia para sua casa constitui um sinal positivo da chegada da ONU a Timor-Leste ■ A NATO intensifica os ataques contra a Jugoslávia, com o objectivo de forçar Milosevic a aceitar as condições propostas pela Aliança Atlântica ■ As forças indianas intensificam os ataques terrestres e aéreos contra os guerrilheiros islamitas em Caxemira.

31 Segunda-feira

Ilda Figueiredo reúne-se com sindicalistas e recebe um abaixo-assinado, subscrito por 1707 sindicalistas, de apoio à candidatura da CDU ■ O ministro da Defesa, Jaime Gama, anuncia que vai ser promovido o tratamento de crianças angolanas vitimadas pelo rebentamento de minas em instalações hospitalares das Forças Armadas portuguesas ■ Os líderes jugoslavos reafirmam a sua aceitação dos princípios definidos pelo G-8 para uma solução política do Kosovo ■ Na primeira audiência do seu julgamento, Abdullah Ocalan dispõe-se a servir a Turquia e lança um apelo ao seu partido para abandonar a luta armada.

EDITORIAL

O voto das mulheres

Vale a pena puxarmos um pouco pelas memórias e recordarmos o muito que foi dito e escrito, há uns meses, sobre a participação das mulheres na vida política. Quanto mais não seja para nos apercebermos do silêncio profundo que, a partir de determinado momento, se fez sobre esta matéria...

Discutia-se, na altura, uma proposta do Governo do PS que pretendia impor uma quota obrigatória de 25% de mulheres nas listas de todos os partidos quer para o PE, quer para a AR. A proposta, apresentada com fanfarras de modernidade a esconder a demagogia que a suportava, continha iniludíveis objectivos eleitoralistas e era bem ao estilo PS: «oferecia generosamente» às mulheres, em forma de lei, um direito que naturalmente lhes pertencia e cujo respeito dependia fundamentalmente da vontade dos vários partidos políticos.

O PCP manifestou-se frontalmente contra tal imposição e desmistificou a hipocrisia que a rodeava, tendo sido, por isso, alvo de aceradas críticas não só vindas do PS mas também de alguns dos muitos comentadores que entenderam pronunciar-se sobre o assunto em debate. Esses críticos não viam, ou fingiam não ver, que muito antes de o PS querer impor por força de lei as suas quotas, já o PCP e a CDU haviam chamado a si a relevante causa da defesa dos direitos e aspirações das mulheres, nomeadamente a promoção da sua participação em igualdade, em todas as esferas da sociedade - como facilmente constatará quem a esta questão tenha dedicado um mínimo de atenção.

O PCP não se limitou, no entanto, a rejeitar a imposição do PS: desmascarou-a e assumiu o compromisso de, na linha das suas preocupações anteriores, assegurar «um significativo reforço» da participação de mulheres nas suas listas. Garantiu, mesmo, que esse reforço se traduziria «numa percentagem de mulheres superior aos 25% que a proposta do Governo queria impor». E - voltemos a puxar pelas memórias... - o PCP desafiou as restantes forças políticas a assumirem publicamente idêntico compromisso, lembrando-lhes que, com isso, se poupariam à desprestigiante figura de precisarem da imposição de uma lei para cumprirem um dever natural e que deveria fazer parte das suas preocupações normais.

A realidade aí está: e não é de mais sublinhar e insistir no significado quer da percentagem de participação de mulheres nas listas das várias forças políticas, quer do silêncio em que toda esta questão foi envolvida. É que a CDU não só escolheu uma mulher para cabeça de lista como assegurou que quase 50% dos elementos que compõem essa lista fossem mulheres.

A que se deveu esta diferença de comportamentos das diversas forças políticas? Por que razão a CDU foi mais longe do que a própria lei pretendia impor e os outros, nomeadamente o PS, ficaram aquém ou ficaram-se na pretendida imposição? Numa recente iniciativa da CDU, Ilda Figueiredo, abordou esta questão com grande pertinência: «Quero lembrar que, no âmbito da CDU, se tratou sobretudo, não de acordar subitamente

para a questão da participação das mulheres nas listas eleitorais, mas de dar um novo impulso a uma preocupação e a uma orientação que já anteriormente tinha levado a que, em termos de listas e de eleitos, quer para a Assembleia da República quer para as Autarquias Locais, a CDU apresentasse uma participação feminina, que sempre assumiu ainda como insuficiente e insatisfatória, mas que se distinguiu largamente da assegurada por outros partidos.»

Sem reduzir a questão da participação das mulheres na vida política e na sociedade às percentagens de presenças nas listas e nos eleitos - antes ligando sempre a plenitude dessa participação a factores económicos, sociais e culturais - há que reconhecer, no entanto, que o número de mulheres que integram a lista da CDU ao PE, constitui um importante passo em frente. Tanto mais importante quanto esse facto demonstra e confirma a possibilidade de evoluções nesta matéria, não em consequência de operações demagógico-eleitoralistas ou da magnânima concessão de pretensos e aviltantes «favores», mas do justo e necessário reconhecimento do mérito, do valor, da capacidade das mulheres - que, no caso concreto da CDU, integram a sua lista por direito próprio e com a plena consciência de que, participando como candidatas nesta batalha, não só dão mais força à luta eleitoral como criam melhores condições para a continuação, no futuro, da luta pela

plena afirmação dos direitos das mulheres no trabalho, na família, na sociedade.

Invoquemos, uma vez mais, as memórias: na altura da discussão das quotas, o PCP apelou a todos os eleitores - e muito especialmente àqueles que consideravam ser necessário aumentar a participação das mulheres, nem que fosse por imposição legal, na vida política - para que acompanhassem e verificassem a forma como os diversos partidos iriam concretizar as profissões-de-fé então produzidas, os compromissos então assumidos. Considerava, ainda, o PCP - e afirmou-o claramente - que a esses eleitores viria a colocar-se a possibilidade concreta de, com o seu voto, defenderem a opinião então manifestada - premiando ou penalizando os partidos em função do seu maior ou menor empenho em fortalecer e ampliar a participação feminina nas suas listas para o PE. E já que, nem a comunicação social dominante (que, na altura, tanto tempo e espaço dedicou à matéria), nem os múltiplos comentadores que sobre a mesma temática tanto discorreram, voltaram a falar no assunto - nem sequer tendo tido a curiosidade natural de verificar qual tinha sido o comportamento de cada partido e de comparar esses comportamentos... - é bom lembrar, agora que temos eleições à porta, quem cumpriu e quem não cumpriu os compromissos assumidos e apelar aos eleitores que no dia 13 de Junho votem, também, nesta conformidade.

O PCP e a CDU, hoje como sempre, continuarão a assumir, em relação à problemática feminina, a sua posição, singular no quadro político-partidário nacional, de empunhar bem alto a bandeira da luta pela defesa dos direitos das mulheres. A questão das quotas e do que se lhe seguiu, foi mais um exemplo e uma confirmação dessa realidade. A evidenciar a importância do voto na CDU nas próximas eleições. Do voto de todos, obviamente. Mas, em especial, do voto das mulheres.

O PCP não se limitou a rejeitar a imposição do PS: desmascarou-a e assumiu o compromisso de assegurar «um significativo reforço» da participação de mulheres nas suas listas.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soares Pereira Gomes, 3
- 1600 - 196 Lisboa - Tel. 797 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soares Pereira Gomes, 3 - 1600 - 196 Lisboa
Tel. 796 97 25/796 97 22 - Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,
- 1169-161 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00, CRC matriculada: 47058
NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,
- 1169-161 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira.
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Copa Rota - Linhó - 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lz. 227 - 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1169-161 Lisboa
- Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1169-161 Lisboa
- Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Beska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Contínente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

O tribunal da guerra

Decidiu um chamado Tribunal Internacional de Haia - também conhecido por outras alcunhas e que, ou muito me engano ou é mais uma daquelas instituições criadas para exclusivo serviço dos interesses dos EUA - acusar de «crimes de guerra» cinco dirigentes da Jugoslávia, entre eles o presidente Milosevic. A acusação, elaborada com a minúcia e o rigor habituais nestas circunstâncias e em instâncias da natureza do chamado Tribunal, considera que os acusados são «culpados de crimes contra a Humanidade, especificamente assassinio, deportação, perseguição e violação da lei e dos costumes da guerra».

Comentando a decisão do chamado Tribunal, o Governo da Grécia considerou-a «politicamente errada porque não vai ajudar o processo de paz». É claro que não vai. Direi mesmo que o seu objectivo primeiro é, precisamente, o oposto, ou seja, ajudar o processo de guerra - assim cumprindo, como convém e o patrão manda, as exigências do Governo dos EUA. Na verdade, como muito bem sublinha o Governo grego, «por um lado, Milosevic é chamado para discutir uma solução pacífica, por outro lado é considera-

do um criminoso de guerra, sobre o qual pende um mandato de captura internacional», pelo que só quem quiser ser cego é que não vê o verdadeiro conteúdo da decisão do chamado Tribunal e a sua total sintonia com os desejos e interesses do presidente Clinton.

Entretanto, prosseguem os bombardeamentos sobre a Jugoslávia e, ao que parece, prepara-se activamente a «ofensiva terrestre» - que só não se concretizou ainda porque ... despejar bombas a cinco ou seis mil metros de altitude é muito mais seguro do que combater com os pés assentes no chão. Mais seguro para os heróis que ordenam e concretizam os bombardeamentos, naturalmente. O porta-voz das bombas, um indivíduo que dá pelo nome de Jamie Shea, descrevia um dia destes (com satisfação e orgulho patentes nos olhos, no sorriso e na pose) o deslumbrante espectáculo que era, segundo lhe haviam dito os pilotos, ver, lá de cima, os inúmeros pontos luminosos, lá em baixo - e explicavam, contava ele extasiado, que os pontos luminosos correspondiam a casas e aldeias incendiadas pelas bombas. A operação da NATO cumpre,

assim, a sua função humanitária: dezenas de hospitais destruídos, centenas de escolas bombardeadas (não é por acaso que, segundo se diz, 30% das vítimas da guerra são crianças), as pontes quase todas destruídas e as fábricas, milhares de casas desfeitas, mortos e feridos cidadãos de todas as etnias e ainda diplomatas e jornalistas estrangeiros, enfim, uma guerra com todos os matores, como diria, satisfeito, o tal Shea.

E face a esta realidade, é necessário dizer ao chamado Tribunal que, admitindo a justiça das acusações que faz aos cinco dirigentes jugoslavos, tem que pôr no outro prato da balança - ou seja, condenar igualmente - todos os que, naquela mesma região, «praticam crimes contra a Humanidade» e são, portanto, criminosos de guerra. Nomes não faltam e provas concretas também não.

Quer o chamado Tribunal que eu lhe forneça cinco nomes, para começar? Aí vão: Clinton, Albright, Shea, Solana, Blair. Mas se quiser cinquenta é só dizer...

■ José Casanova

PCP em voo de pássaro

No século passado, a princesa Rattazzi, depois de uma viagem a Portugal, publicou em França um livro a que chamou «Portugal à vol d'oiseau» (Portugal em voo de pássaro, isto é, num relance). Camilo Castelo Branco, indignado com a superficialidade preconceituosa que o livro espelhava, escreveu sobre ele um panfleto criticando-o como uma visão de Portugal em voo de pássara, e que lhe valeu do marido da senhora o desafio para um duelo.

Encontram-se com frequência em publicações portuguesas análises, descrições, opiniões e sentenças sobre o PCP que fazem lembrar o livro da princesa Rattazzi, apenas subsistente na história pelo acto planfatório de Camilo. Não nos referimos às boçais patacoadas de primarismo anticomunista ao estilo paulos-portas. Mas sim a opiniões avançadas por pessoas que, apresentando-se como isentas, imparciais e independentes, ou até sendo-o ou querendo sê-lo, revelam o mesmo estilo ligeiro da princesa, com ideias colonizadas pelas cassetes da «vulgata» anticomunista em circulação.

Em «Política à portuguesa» da última «Grande Reportagem» sentenciava-se que «o PCP não sai dos lugares comuns e das evidências em que se tornou especialista»: contra a guerra e contra a OTAN, pela paz, pelo progresso e pelos trabalhadores, acrescentando-se ironicamente termos «uma visão idílica do mundo.» Mas nesse mesmo número da revista se descreve um quadro nada idílico do mundo em que a «América foi aprendendo a transformar a guerra numa fonte de receitas que hoje é crucial para o país»... Em artigo do *Expresso* de sábado passado intitulado «Os comunistas», onde aliás se lhes concedem alguns méritos, ao mesmo tempo que se afirma «o PCP acabou enredado nas malhas do dogmatismo que todos lhe reconhecem», conclui-se, com a mesma dogmática ligeireza, que «o PCP tem vindo a descaracterizar-se com um discurso cada vez mais diluído (...)

Em artigo recente no «Público» com a chancela de uma assinatura académica, foi o PCP acusado de falta de diálogo, contrapondo-se-lhe o exemplo de um debate com algumas personalidades promovido pelo Bloco de Esquerda, mas saltando levemente por cima do facto de que essas mesmas personalidades tinham recentemente participado em numerosos debates a convite do PCP, como se poderia verificar consultando simplesmente a «Agenda» semanal publicada no *Avante!*...

O PCP não é evidentemente intocável, nem alérgico a diferenças e divergências de opinião, ou à crítica. Mas merece, e a referência honesta ao PCP exige-o, uma análise atenta, informada e séria.

E não nos venham com o chavão de que os ideais do comunismo estão ultrapassados, e que «a nossa mensagem não passa» - quando o que se vê é este capitalismo tardio a que chamam agora «neo-liberalismo» mostrar-se cada vez mais incapaz de responder e resolver problemas do mundo, antes os agravando: veja-se a guerra na Jugoslávia.

Nem nos venham com a cassetete de que «o comunismo só existe onde existem pobres» - como se não estivéssemos a caminhar no mundo para um número crescente de pobres, proletarizados e excluídos.

Nem venham dizer-nos que o mundo mudou. Bem o sabemos. Fomos protagonistas de muitas dessas mudanças. Continuamos a acompanhá-las, para responder às necessidades, aos problemas e às esperanças do mundo. E vale a pena atentar nas nossas ideias e propostas com olhos de ver, e não em voo de pássaro ao estilo Rattazzi. Elas são actuais, coerentes, responsáveis, urgentes. E necessárias.

■ Aurélio Santos

COLÓNIA na encruzilhada

Estes dias poderão ser cruciais no que respeita à guerra contra a Jugoslávia. A alternativa, paragem imediata dos bombardeamentos/escalada militar, está em cima da mesa e o próprio futuro da Europa está como que numa encruzilhada. As decisões e sinais que saírem da reunião do Conselho da União Europeia, em Colónia, serão seguramente muito importantes.

Torna-se cada dia mais evidente que a invocação da questão Kosovo, tanto na sua dimensão política como humanitária (terivelmente agravada pelos bombardeamentos e pelas operações impostas pelos terroristas separatistas do UCK), nada mais é que um cínico pretexto para impor os objectivos estratégicos dos EUA e da NATO na região. Por isso se minam e sabotam sistematicamente, desde Rambouillet (que «não foi uma negociação, mas um ultimato», H. Kissinger, «Times», 31 de Maio), quaisquer oportunidades de solução negociada para o conflito. A única «solução política» em que os falcões do imperialismo euro-atlântico estão interessados é afinal uma «solução militar». O que se pretende é a capitulação que o governo jugoslavo recusara em Rambouillet/Paris (o já famoso Anexo B que o inefável eng.º Guterres fingia candidamente desconhecer) imposta agora pela selvática destruição de um país e o sacrifício de todo um povo.

A extraordinária resistência patriótica do povo jugoslavo e o amplo movimento contra a agressão da NATO obrigaram os fautores de guerra a reconhecer o papel incontornável da Rússia, da China e da própria ONU. E no quadro, embora defeituoso do G-8, surgiram propostas admitidas pelo governo de Belgrado como base de solução. Sucede entretanto que a Embaixada da China em Belgrado era bombardeada; que a Sr. Louise Arbour lançava um «oportuno» mandato de captura contra alguns dos mais altos dirigentes da Jugoslávia, suspeita e prontamente saudada pelos agressores como «prova que justifica a intervenção militar» (Chirac e Jospin/Schröder, Cimeira franco-alemã de Toulouse, *El País*, de 29.5.99); que Kofi Annan, o tal S. Geral da ONU imposto pelos EUA, sem dizer uma palavra em defesa da ONU e da sua Carta, se prestava em repetidas ocasiões a legitimar a agressão da NATO; que em relação à Rússia, ao mesmo tempo que se pretendia atribuir-lhe o humilhante papel de moço de recados, se procurava por outro lado, sabotar os resultados do empenhamento dos seus diplomatas, ao ponto de Igor Ivanov se queixar publicamente (*Público*, de 30.5.99) de que «os esforços da Rússia não encontram compreensão dos dirigentes da NATO, que continuam a insistir em que Belgrado aceite as exigências da Aliança».

Felizmente que a vontade dos sectores mais agressivos da NATO não é onipotente. O prolongamento da guerra está a provocar diferenciações significativas no campo dos «aliados». A Grécia sobretudo, mas também Itália e outros países, insistem na necessidade de parar os bombardeamentos. Há divergências reais relativamente a uma ofensiva terrestre com a recusa da Hungria e outros países em ceder o próprio território para essa aventura.

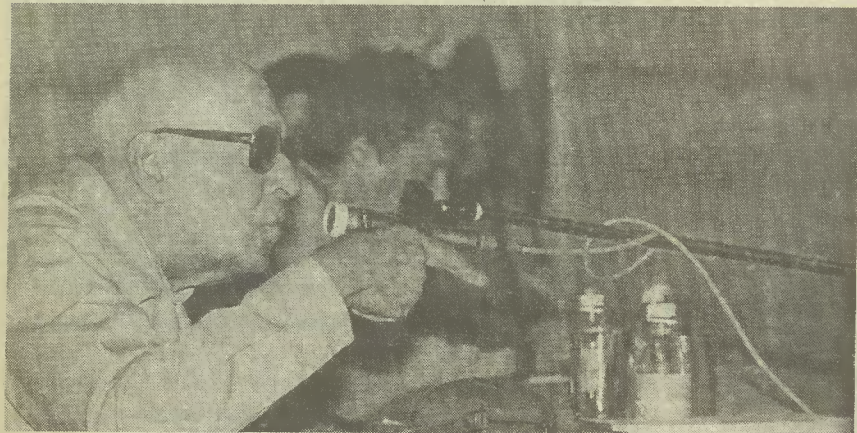
Neste sentido, o Conselho da UE em Colónia reveste-se de grande importância. O anterior Conselho de Berlim, reunido precisamente aquando do desencadeamento da guerra, limitou-se a constatar-la e a aprová-la naquilo que foi então considerado uma humilhante manifestação de seguidismo suicida da «Europa». E esta o que trará? O relançamento das tendências federalistas e da política de bloco? O avanço em direcção à tal «entidade de segurança e defesa» que a Cimeira da NATO em Washington sancionou como «braço europeu da NATO», devidamente tutelado pelos EUA? Um novo impulso militarista, justificado com o Kosovo e a necessidade de contraponto à hegemonia americana? O que se conhece, tanto do recente comício do Partido Socialista Europeu em Paris, como da Cimeira Franco-Alemã de Toulouse, preparatória de Colónia, como até a anunciada designação de Xavier Solana para «Sr. PESC», não augura nada de bom para esta última «Cimeira» da UE sob presidência alemã.

Avemos. Na certeza de que responsabilidades serão exigidas, nomeadamente ao eng.º António Guterres e ao seu Governo. E de que tem de continuar a luta: contra a guerra e por uma solução política negociada, contra a política agressiva da NATO e pela sua dissolução, contra a militarização da União Europeia e por uma Europa de paz, progresso e cooperação.

■ Albano Nunes



Foto: Jorge Caria



Morreu José Gaspar Teixeira

Com 82 anos, morreu o Professor José Gaspar Teixeira, cientista emérito, lutador antifascista consequente e membro do PCP desde 1942 (ver também página 10). Nascido a 10 de Maio de 1917 em Ponta Delgada, Açores, José Gaspar Teixeira teve um percurso de intelectual brilhante, cuja carreira cedo se confrontou com a intolerância e perseguição fascistas. Em 1938 - com apenas 21 anos - licenciou-se em Matemática pela Universidade de Coimbra, ano em que organizou e fundou o «Grupo de Estudos de Matemática da Universidade de Coimbra», sendo no ano seguinte nomeado Assistente Extraordinário. Após um percurso pela carreira do ensino liceal, em 1949 é, durante dois anos, Assistente do Instituto Superior Técnico (IST), começando aí a perseguição do regime fascista ao académico brilhante, sendo arbitrariamente afastado em 1952 da docência no Instituto Industrial de Lisboa, para onde fora aprovado com mérito absoluto entre seis candidatos. Em 1957 termina Engenharia Electrotécnica no IST, em 1958 obtém a equivalência na Universidade de Paris para a licenciatura em Teorias Físicas,

estuda ali Física Atómica e Nuclear e no ano seguinte frequenta o «Cours de Génie Atomique» do «Institut National des Sciences et Techniques Nucléaires» de Saclay. Em 29 de Abril de 1974 reintegrou-se no Instituto Industrial de Lisboa, donde tinha sido demitido pelo fascismo em 1952, e em 1 de Janeiro de 1975, por decreto, torna-se Professor Auxiliar do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa. Foi autor de numerosos, diversificados e brilhantes trabalhos científicos reconhecidos nacional e internacionalmente, muitos ligados à Matemática e à utilização pacífica da energia atómica. Da sua vasta intervenção científica, cultural, cívica e política destacamos a sua qualidade de Membro Correspondente da «Federação Mundial dos Trabalhadores Científicos» desde 1959, Membro Honorário da «União dos Trabalhadores Científicos da Bulgária», Convidado Português à comemoração em Paris da «Assinatura do Acordo sobre o Cessar Fogo e estabelecimento da Paz no Vietname» e membro da Delegação Portuguesa ao «Congresso Mundial das Forças da Paz» (1973).



Apoteose do futebol no Porto e em Ponta Delgada

A conquista do «pentacampeonato» por parte do Futebol Clube do Porto e a subida à 1ª Divisão por parte do Santa Clara, na ilha açoriana de S. Miguel, desencadearam festas desportivas nunca vistas nestas duas cidades durante o passado fim-de-semana. No Porto, estima-se em 200 mil pessoas a multidão que se concentrou na Avenida dos Aliados para festejar a conquista do 5.º título consecutivo no Campeonato Nacional de Futebol da 1.ª Divisão e vitoriar os atletas do Futebol Clube

do Porto, que se deslocaram em autocarro aberto, por entre o delírio apoteótico da multidão, até às varandas dos Paços do Concelho da Câmara Municipal do Porto, que se associou à celebração. Em Ponta Delgada, o delírio foi semelhante, com a concentração de muitos milhares de pessoas na praça principal da baixa da cidade, para festejar a subida do clube de futebol de Santa Clara ao escalão máximo do campeonato nacional, o que acontece pela primeira vez na Região Autónoma dos Açores.

Olusegun Obasanjo presidente da Nigéria

Olusegun Obasanjo tomou posse esta semana como novo Presidente da República da Nigéria, o país mais populoso de África, sendo o primeiro civil a desempenhar o cargo ao fim de 15 anos de governos militares sucessivos saídos de golpes de Estado. Obasanjo fora eleito há três meses e agora promete reconstruir o país,

combater a corrupção, que grassa a todos os níveis da administração. «Nenhuma sociedade pode desenvolver todo o potencial se permitir que a corrupção seja o cancro que é na Nigéria», disse Obasanjo no discurso da tomada de posse, acrescentando: «Vou pedir-vos paciência e alguns sacrifícios. Com Deus como nosso líder e 120

milhões de nigerianos a trabalhar comigo não falharemos.» Entre as diversas personalidades estrangeiras que assistiram à tomada de posse destacam-se o Presidente sul-africano, Nelson Mandela, o príncipe herdeiro britânico, Carlos, e o reverendo norte-americano Jesse Jackson, próximo do presidente Bill Clinton.



NATO bombardeia caravana de jornalistas

Em pleno dia - a meio da tarde -, os aviões da NATO bombardearam no passado domingo uma pequena caravana de jornalistas estrangeiros que se deslocava perto da cidade de Prizren, no Kosovo, matando de imediato um motorista, ferindo gravemente a jornalista britânica do Times, Ann Tuentis, e causando ferimentos mais ou menos graves num número ainda indeterminado de outros profissionais da informação. A jovem jornalista portuguesa Elsa Marujo, repórter da RTP que estava há algu-

mas semanas na região como enviada especial, foi uma das vítimas, felizmente apenas atingida por alguns estilhaços e não chegando a ficar hospitalizada. Como de costume, a NATO continua a tergiversar nas explicações sobre estes «enganos», já rotineiros, na brutal agressão que prossegue contra toda a Jugoslávia, continuando a insistir na chocante posição de que a responsabilidade de todos estes «danos colaterais» é do presidente Slobodan Milosevic, apesar de serem as bombas da

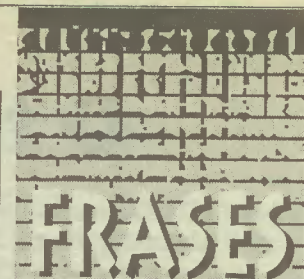
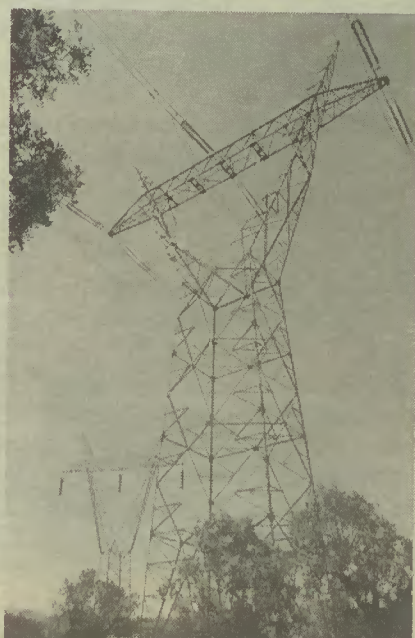
NATO que já causaram milhares de vítimas civis, quer entre a população sérvia, os albaneses do Kosovo, mem-

bro de representações diplomáticas como a China e, agora, até jornalistas estrangeiros a trabalhar na região.

EDP em parceria com Telecom Itália

A EDP anunciou esta semana que a Telecom Itália foi seleccionada como parceiro estratégico para a chamada «E3G», o novo operador de rede fixa de telefones que concorrerá com a Portugal Telecom, até agora a actuar em regime de monopólio neste segmento de negócio nas telecomunicações. A Itália Telecom foi recentemente comprada pela alemã Deutsche Telekom e, posteriormente, pela italiana

Olivetti, num processo vertiginoso de concentração monopolista neste sector. Em comunicado, a EDP informa que «concluiu a primeira fase do processo de selecção do parceiro estratégico para a E3G, tendo iniciado conversações exclusivas com a Telecom Itália», acrescentando que a EDP - Electricidade de Portugal, AS, espera que «esta fase do processo fique concluída dentro de algumas semanas».



“Mário Soares esqueceu-se rapidamente do prefixo “supra” na sua candidatura, envolveu-se em guerrilhas partidárias e já está a fazer campanha para a maioria absoluta do PS nas legislativas. Mas há mais. O crítico impiedoso dos ataques da NATO contra a Jugoslávia ficou mudo e quedo quando se encontrou, em Paris, com os sorridentes senhores da guerra, todos eles de esquerda e socialistas”

(António Ribeiro Ferreira, Diário de Notícias, 31.5.99)

“Há quem diga que Mário Soares está cansado. Há quem opine que os anos não perdoam. Outros há que sugerem apenas uma questão de forma. Pura ilusão. O ex-secretário-geral do PS, ex-primeiro-ministro e ex-presidente de Portugal sabe perfeitamente o que diz e o que faz. Está igual ao que sempre foi. Simplesmente Mário Soares.”

(idem, ibidem)

“As regras europeias só funcionam bem em alturas de prosperidade e de crescimento económico. Quando aparecem as contrariedades e a recessão ameaça, vem tudo abaixo como um castelo de cartas”

(Paulo Ferreira, Diário Económico, 30.5.99)

“Como o padre Melícias, para justificar amizades e proximidades com políticos, sempre tem dito e repetido que não é um político, não se vê como possa, de um momento para o outro, transfigurar-se em político e com funções de um tão elevado risco político [Comissário para Timor] que arrasta elevadas razões de Estado”

(Carlos Albino, Diário de Notícias, 28.5.99)

“Veiga Simão, de resto, nunca devia ter entrado para o Governo, e este episódio apenas culmina uma longa série de desastres e dislates. É coroa uma ligação à coisa pública que não deixa uma só recordação positiva. Ministro da Educação de Marcelo Caetano, a ele se deve uma má reforma da Educação e a responsabilidade de ter enviado “gorilas” para as universidades para vigiarem e sovarem os estudantes. “Recuperado” por uma democracia que não ajudou a nascer, veio a ser ministro da Indústria do Bloco Central, mas em boa hora foi afastado, assim se evitando a aprovação de um plano energético que previa a disparatada construção de centrais nucleares. Mesmo assim, e depois de ultrapassado qualquer prazo de validade, foi chamado por António Guterres”

(José Manuel Fernandes, Público, 29.5.99)

“Este episódio final da passagem de Veiga Simão pelo Ministério da Defesa mostra até que ponto a reciclagem democrática do ministro foi superficial e que há sempre tiques do antigamente que vêm ao de cima”

(idem, ibidem)

“Enfim, fui traído. Resta-me assu- mir as consequências dessa traição.”

(Veiga Simão, na sua carta de demissão, idem)

Em 13 Junho
no Parlamento
Europeu
**Mais
CDU**

Eleições Europeias 99

Grande Comício no Porto

Foi o que se pode dizer um grande fecho de pré-campanha eleitoral para as europeias o que a CDU realizou no Norte do País, com a presença do Secretário-geral do PCP e da cabeça de lista da CDU, Ilda Figueiredo. Um comício-festa, onde o entusiasmo e a alegria foram notas dominantes, encheu a Praça dos Poveiros, bem no coração da cidade do Porto, sábado passado.

Depois das múltiplas iniciativas que preencheram a agenda dos candidatos nas últimas semanas, numa batalha de esclarecimento e apelo à mobilização do eleitorado, este foi sem dúvida um momento alto que encerra justificadas razões para uma renovada confiança, deixando antever a dinâmica que marcará até ao próximo dia 13 a intervenção das organizações do PCP e dos seus militantes, bem como dos activistas e simpatizantes da CDU.

Para a adesão popular e para o ambiente de festa, presentes naquele final de tarde, não foi seguramente alheio o modo como a CDU tem vindo a conduzir as suas acções de campanha perante as grandes questões que interessam aos trabalhadores e ao País e que, de alguma maneira, estão em jogo nestas eleições.

Ainda antes do início do período de intervenções políticas, enquanto decorria a actuação do Grupo «Quadrilha», em conversa com o repórter, João Sarabando, membro do CC, confirmávamos o «bom ambiente» que tem rodeado a candidatura da CDU,

lembrando o sem número de iniciativas sectoriais até agora realizadas com a presença dos seus candidatos, em que a tónica comum, como sucedeu nomeadamente nos têxteis, foi a de um grande acolhimento e simpatia pelas propostas dos comunistas e seus aliados.

Desse posicionamento, que a diferencia das restantes forças políticas concorrentes, deu



Entusiasmo e confiança foram notas dominantes no comício do Porto

CDU avança com confiança

igualmente nota em declarações ao «Avante!» o actual eurodeputado e de novo candidato pela lista da CDU, Honório Novo. Por si realçado foi o facto de os deputados comunista serem «os únicos» que têm ido ao terreno «falar às pessoas», numa abordagem «aos problemas concretos», em que se fala de «propostas reais, possíveis de concretizar no Parlamento Europeu».

É esta prática que leva Honório Novo a expressar a sua convicção de que, por esta via, «estamos a contribuir para o

esclarecimento, para a participação e para uma maior votação na CDU», concorrendo simultaneamente para que «as pessoas estejam mais sensibilizadas e abertas para as questões do PE e das instituições europeias»

«Fazemos o que os outros dizem que querem fazer, mas não fazem: que o povo entenda, acompanhe e controle o processo decisório da UE e da actividade dos deputados», assinalou Honório Novo, que retomaria de certa forma esta ideia no decorrer do comício, a que presidiu, e

de que foi o primeiro orador, para sublinhar que as restantes forças políticas, se questionadas sobre as suas promessas e sobre o que fizeram nestes cinco anos, «muito pouco teriam para dizer». Ao contrário, observou, «na CDU estamos habituados a ter homens e mulheres de trabalho e de palavra, que honram os seus compromissos», o que constitui um garante quanto à «defesa dos interesses do País».

Intervindo de seguida, Manuela Cunha, dirigente do Partido Ecologista «Os Verdes», que

integra a lista CDU, centrou a sua intervenção nos grandes desafios que se colocam no limiar do novo milénio, nomeadamente quanto à necessidade de «um caminho diferente para Europa», que garanta o «equilíbrio ambiental», no respeito pela diversidade de culturas que são factor de «aproximação e emancipação» dos povos», e que seja capaz de «aprofundar a democracia», quebrando simultaneamente as «barreiras da tecnocracia cinzenta».

Mas os pontos-chave do

comício-festa estavam reservados para as intervenções de Ilda Figueiredo e de Carlos Carvalhas. Em qualquer deles, soando mais fortes, cadenciadas, as palavras de ordem ganharam outra emoção e da vasta praça emergiu a ondulação ritmada de bandeiras vermelhas e azuis que a enchiam de cor e movimento.

Antecedendo o discurso do Secretário-Geral do PCP, que encerrou o comício (ver páginas

Festa Popular em Lisboa Privilegiamos o trabalho

Em Lisboa, a campanha eleitoral da CDU para o Parlamento Europeu foi assinalada, no Largo do Carmo, com uma grande festa popular que, tendo iniciado ao fim da tarde de sexta-feira, se prolongou até cerca da meia-noite. João Silva, Blasco Hugo Fernandes, José Saramago, Ilda Figueiredo - candidatas da CDU - e Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, foram os oradores do comício que encerrou a iniciativa e foi dirigido pela jovem Susana Silvestre.

Bandeiras da CDU decoravam o local onde dois quiosques improvisados serviam bifanas e sardinhas assadas às pessoas que, não querendo perder «pitada», ali começaram a chegar por volta das sete da tarde. A alguns quarteirões, porém, a música e a alegria, que desde a primeira hora marcou presença, já se faziam ouvir.

À hora do comício, o largo estava já cheio com activistas da CDU empunhando bandeiras azuis, brancas, vermelhas e verdes que, mais tarde, agitavam para sublinhar as passagens mais afirmativas dos discursos.

João Silva, dirigente da USL, começou por abordar a situação dos trabalhadores portugueses - os que mais baixos salários auferem na União Europeia -, contrapondo à «Europa desumana» que o PS e o PSD defendem, a Europa de «progresso, justiça, solidariedade e paz» que só a CDU propõe.

Depois, lembrando as alterações do Governo à legislação laboral, altamente lesivas dos direitos dos trabalhadores e aplicadas por orientação da União Europeia, considerou que «quem assim governa não vai fazer diferente no Parlamento Europeu».

Para Blasco Hugo Fernandes, presidente da Intervenção Democrática, embora, hoje, o futuro do País esteja cada vez mais depen-

dente das orientações da UE, isso não exclui a quota-parte de responsabilidade do governo português nas políticas que leva a cabo no nosso país, onde as injustiças, a exclusão e a desigualdade de repartição da riqueza se agravam ano após ano. Lembrando, a seguir, a fidelidade da CDU aos objectivos da Constituição e a defesa intransigente no PE de uma igualdade real, com correcção das desigualdades na distribuição da riqueza e dos rendimentos, de um desenvolvimento harmonioso e da solução pacífica dos problemas e conflitos internacionais, apelou ao termo imediato dos bombardeamentos na Jugoslávia.

José Saramago, Prémio Nobel da Literatura, por seu turno, considerando que o discurso político não é o seu «forte», pediu à assistência para o acompanhar num exercício de imaginação. Nesse

«percurso imaginativo» abordou particularmente o perigo de os portugueses, por sentirem pouco próximo o Parlamento Europeu, se alhearem destas eleições, quando, afinal, «as decisões mais importantes e com consequências mais radicais na vida nacional» são agora tomadas «em organismos extranacionais». A abstenção, garante Saramago, é, pois, «um erro gravíssimo», na medida em que «nos demitimos de zelar pelo que vai decidir o nosso futuro».

Por seu lado, Ilda Figueiredo, cabeça de lista ao Parlamento Europeu, refere a simpatia e o apoio que em todo o País a candidatura da CDU tem merecido. É que, conforme sublinhou, enquanto o PS e o PSD estão ocupados em «esconder as suas posições convergentes», a CDU «empenha-se em conhecer os problemas», sendo a única força política que dá garantias de defender os interesses de

Portugal e dos portugueses e impor uma viragem na política de construção europeia.

Por fim, na intervenção com que encerrou o comício, Carlos Carvalhas garantiu que a CDU «vai para o Parlamento Europeu para trabalhar e lutar, não para passear» ou «privilegiar», como outros partidos fazem, «questões pessoais, folclore e espectáculo». A CDU «tem atrás de si trabalho», disse, e é pelo que tem feito tanto em Portugal como no Parlamento Europeu que «pode dirigir-se aos cidadãos e pedir-lhes que votem CDU».

A assistência que encheu o Largo do Carmo ouviu atentamente os vários oradores



Em 13 Junho
no Parlamento
Europeu
**Mais
CDU**

CDU

Eleições Europeias 99

seguintes), Ilda Figueiredo, depois de ter realçado o trabalho «valioso e qualificado» dos três deputados comunistas nos últimos cinco anos, dedicou parte da sua intervenção à análise das opções políticas europeias e suas incidências no plano nacional.

Reportou-se, por exemplo, à questão do pacto de estabilidade e seus critérios de convergência nominal, lembrando, a este propósito, como estes «implicam políticas orçamentais de austeridade e cortes em áreas sociais, como a saúde, a educação, os salários e reformas, a acção social e os investimentos produtivos, dificultando a criação do emprego».

Dá a importância que atribuiu ao reforço da votação na CDU, num apelo directo ao voto, por ser, sublinhou, «a forma mais consequente de condenar a política de cedências permanentes aos interesses das grandes potências europeias», e por corresponder, ao mesmo tempo, à «única garantia» capaz de dar mais força à exigência de uma política de esquerda, que defenda «os interesses concretos dos portugueses», contra o «capitalismo neoliberal que agrava as desigualdades sociais e assimetrias regionais».

JC



Carlos Carvalhas no Porto

Soluções sérias para o desemprego e pobreza

(...) É uma vergonha para qualquer europeu que esta Europa rica, que tem sido governada por governos conservadores, socialistas e sociais-democratas tenha no seu seio 50 milhões de pobres e 20 milhões de desempregados. Onde estão os direitos humanos destes cidadãos?

Mas seria interessante saber o que é que defendem agora os candidatos do PSD, do PS e do PP, para se dar resposta a estes problemas.

Seria interessante que o dr. Mário Soares e Pacheco Pereira pusessem de lado por uns momentos a retórica e dissessem quais as suas soluções ou ideias para combater o desemprego e a precarização do trabalho.

Se estão de acordo ou não com a redução do horário de trabalho (35 horas), sem perda de direitos e de salários em toda a União Europeia, embora de uma forma faseada tendo em conta as diferenças de produtividade.

Era interessantíssimo saber se estão de acordo com o pacote laboral do governo socialista, que visa fragilizar ainda mais a mão-de-obra portuguesa na União Europeia, se estão de acordo com o actual nível de reformas e pensões, quando comparadas com os mais de 200 milhões de contos dados em benefícios fiscais às actividades financeiras e especulativas.

As ideias do dr. Soares e dr. Pacheco são, em geral, retórica transformada em títulos publicitários e frases propagandísticas na caça ao voto e para as manchetes de sucesso na comunicação social. Mas são mais do que isso.

Meus senhores, ultrapassem a fluidez das vossas «ideias» e digam o que pensam sobre as grandes questões que, de facto, caracterizam esta União Europeia, inclusive nas suas consequências para Portugal e os portugueses.

O que pensam da PAC e dos seus desequilíbrios. E por que razão nem os governos do PSD nem do PS usaram a margem de manobra existente para corrigir a desigualdade na distribuição dos dinheiros dessa PAC?

O que pensam, de facto, das políticas de emprego? Defendem como solução, como praticam os vossos governos, os vossos deputados, que o caminho é

precarizar mais o mercado de trabalho e baixar os «custos» salariais?

O que dizem sobre a política de concorrência? Estão com os vossos deputados e os vossos governos na substituição de ditos monopólios públicos por monopólios privados, expropriando os portugueses e degradando os serviços públicos? Consideram igualdade na concorrência, que uma empresa industrial alemã ou italiana, ou francesa, receba mais de apoios do seu Estado, mesmo em EUROS/trabalhador, que uma qualquer pequena e média empresa portuguesa recebe de fundos comunitários?

Que políticas de recursos próprios para a União Europeia? Uma contribuição proporcional ao PNB e suficiente para a coesão económica e social, ou os tais «impostos europeus» que só podem significar retirar ao Estado português alguns dos poucos instrumentos que ainda lhe restam para intervir na economia?

Que política comercial consideram que a União Europeia deve defender nas novas negociações da Organização Mundial do Comércio? A liberalização a todo o vapor, sem olhar de quem nem de quem, esmagando o terceiro mundo (e também Portugal) sobre o peso das economias do G7 e dos interesses das multinacionais?

Que política defendem para o Pacto de Estabilidade? E o Banco Central Europeu? A pseudo-independência deste e as multas aos países incumpridores?

Que defendem para a intervenção dos parlamentos nacionais em matéria de integração comunitária? Órgãos ratificadores das decisões dos iluminados de Bruxelas e Estrasburgo, ou efectivos detentores do legítimo respeito da soberania dos povos e países?(...)

Uma vergonha para a Europa

Na Cimeira europeia de Colónia, o governo português tem aí uma oportunidade para se desembaraçar do triste papel de governo subserviente e alinhado pela batuta dos falcões da Nato.

Na verdade o governo português até agora não

condenou o bombardeamento de um hospital em Belgrado, nem os cortes de luz aos hospitais, nem rejeitou a participação numa invasão terrestre, nem juntou, por exemplo, a sua voz com as dos governos italiano, alemão, holandês, russo e grego, que defendem a suspensão dos bombardeamentos para se passar de imediato à fase das negociações, nem emitiu qualquer opinião sobre o facto da organização europeia de telecomunicações "Eutelstat" ter decidido não retransmitir mais programas da televisão sérvia e de censurar imagens provenientes de Belgrado. É uma vergonha.

Os americanos continuam a tratar os seus aliados com arrogância e Portugal continua na sua postura de não fazer "ondas". Esta guerra é uma vergonha e uma derrota para a Europa e para a humanidade.

Na Assembleia da República, o sr. ministro dos Negócios Estrangeiros afirmou que na próxima Cima Europeia de Colónia se iria avançar na afirmação de uma Europa de defesa subordinada à Nato, que é o mesmo que dizer subordinada aos EUA.

O Mundo e a Europa necessitam de paz e não de mais um bloco político-militar para servir de subpolícia da Nato no quadro europeu.

A segurança colectiva deve ter como pilares na Europa a OSCE revitalizada e no quadro mais geral a ONU. O sr. Primeiro-Ministro, para justificar o seu alinhamento com a guerra à margem da ONU e do direito internacional tem afirmado que o Conselho de Segurança é um travão, argumentando que basta um ditador ter um país amigo no Conselho de Segurança com direito a veto para estar protegido. É um argumento bizarro.

Parece que o Sr. Primeiro-Ministro prefere que sejam os EUA a decidir dos bons e dos maus.

Pelo mesmo argumento também se pode dizer, com verdade, que qualquer ditador que seja amigo dos EUA estará sempre protegido. Aliás conhecemos bem a posição dos EUA e da CIA em relação ao Pinochet no Chile, a Shuarto na Indonésia, ou em relação aos "democratíssimos" governos na Turquia...

Em Colónia o governo português prestigiaria Por-

tugal se defendesse com clareza que é necessário dar uma chance à paz, parando-se com os bombardeamentos e passando-se de imediato às negociações, que conduzissem ao regresso pacífico dos albaneses ao Kosovo, coma sua autonomia e com respeito pelas diversas etnias e pela integridade territorial da Jugoslávia.

Esta era a posição que servia a paz na Europa. O governo português devia também exigir da parte da União Europeia, que foi, pela pressão francesa tão pressurosa na condenação do derrube de Nino Vieira, a condenação da Indonésia, por não ter ainda libertado Xanana Gusmão e desarmado as milícias e ter continuado a instigar as atrocidades em Timor. E deveria protestar com o súbdito de Sua Majestade o sr. "Tory" Blair da "terceira via" por continuar a vender armas à Indonésia.

E deveria ainda juntar os seus argumentos aos que defendem neste fim de milénio, a liquidação da dívida aos países mais pobres e extremamente endividados, bem como o estabelecimento de relações económicas mais justas para que aquela medida não seja um gesto pio, de mero alívio momentâneo.(...)

A necessidade de uma política de esquerda

As questões de uma efectiva viragem e uma prática de esquerda na Europa e em Portugal estão na ordem do dia, assim como, as questões do desemprego, das reformas, dos direitos têm de estar presentes no debate destas eleições.

O PCP não esteve à espera do Ano Internacional do Idoso, nem procurou guardar-se para a campanha eleitoral, para denunciar a gravíssima situação em que se encontram mais de dois milhões de portugueses que auferem pensões de valor inferior ao salário mínimo nacional.

Como estais lembrados, nós reclamámos insistentemente um aumento extraordinário de três mil escudos por mês para esses pensionistas. E sublinhámos que esse aumento extraordinário apenas representava o início de um processo mais longo de revalorização

Em 13 Junho
no Parlamento
Europeu
**Mais
CDU**

**Eles
apoiam
a CDU**

Abílio Flores Mendes, serralheiro • **Adriano da Graça M. Capote**, professor • **Albertina Dias**, atleta • **Alberto Vilaça**, advogado • **Alcino Soutinho**, arquitecto • **Alice Jorge**, artista plástica • **Álvaro Salazar**, maestro • **Álvaro Siza Vieira**, arquitecto • **Ana Maria Allen Gomes**, psicóloga • **Andreia Soutinho**, arquitecta • **Aníbal de Almeida**, professor universitário • **António Bica**, advogado • **António Caniceiro**, industrial • **António Carmo**, artista plástico • **António de Oliveira Trindade**, comerciante • **António Esteves**, médico • **António Galhordas**, médico • **António José Avelãs Nunes**, professor universitário • **António José Paula Campos**, médico • **António Pereira Marinho Dias**, advogado • **António Rosa Coutinho**, almirante • **Arlete Rodrigues**, médica • **Armando Aldegalega**, atleta • **Artur Gerales**, médico • **Bernardino Pereira**, treinador de atletismo • **Brissos de Carvalho**, major do Exército • **Cândido Mota**, locutor • **Carlos Antunes**, arquitecto • **Carlos do**

Em 13 Junho
no Parlamento
Europeu

**Mais
CDU**

CDU

Eleições Europeias 99

das pensões mais baixas e, em primeiro lugar, das que se encontravam mais degradadas.

O Governo limitou-se a aumentar as pensões de cerca de 300 mil pensionistas pertencentes ao regime geral e com 15 ou mais anos de contribuição. E estabeleceu duas fases para concretizar esse aumento, a última das quais agora em Junho, com o indesejável propósito de prolongar até ao período eleitoral o efeito propagandístico da medida.

Como afirmámos oportunamente, estas medidas governamentais representaram um avanço, mas foram manifestamente insuficientes e insatisfatórias.

Por isso daqui nos dirigimos ao Sr. Primeiro-Ministro e ao Sr. ministro do Trabalho e da Solidariedade, que vão estar na "Gala do Idoso": para quando o aumento extraordinário das pensões do regime geral, para os pensionistas com menos de quinze anos de contribuições?

Para quando a elevação significativa da pensão social – pois vinte e quatro contos e duzentos por mês é um montante de miséria.

Em relação a outras prestações sociais, para além das pensões, para quando, também, a adopção de medidas conducentes à sua valorização?

Admite-se lá, por exemplo, que o subsídio por assistência de idosos por uma 3.ª pessoa pouco ultrapasse os onze contos no regime geral e não chegue sequer aos dez contos nos regimes dos agrícolas e não contributivos! Estamos a falar de quase 200 mil portugueses, para quem a assistência de uma 3.ª pessoa constitui um apoio verdadeiramente vital!

E não nos venha dizer que não há dinheiro.

Contrariando os profetas da desgraça e os senhores do grande capital financeiro, nos últimos anos o sistema público de Segurança Social registou mais receitas do que despesas, e acumulou uma reserva da ordem dos 400 milhões de contos.

Nós congratulamo-nos, naturalmente, com este resultado.

Mas então de que se está, à espera, para melhorar as pensões de miséria e para elevar outras prestações sociais?

Ou será que essa reserva já tem outro destino? Será que é para servir de almofada financeira e cobrir os prejuízos que a política de privatização parcial (o plafonamento) do sistema público de Segurança Social, a não ser travada, inevitavelmente acarretará?

Se deixássemos que isso acontecesse, teríamos na prática, os contribuintes do sistema público da Segurança Social a pagarem, com o seu próprio património, para que os bancos e as seguradoras ficassem com a parte lucrativa daquilo que é seu!

Pela nossa parte travaremos com firmeza este combate. Com luta e com os resultados das eleições tudo faremos para derrotar estes propósitos inaceitáveis.

A coesão económica e social que se quer na União Europeia começa no país e passa desde logo pela melhoria da distribuição do Rendimento Nacional, pelo combate ao desemprego e à pobreza, pela melhoria e reforço da Segurança Social.

Não é com engenharias estatísticas, nem com a não inclusão do desemprego oculto na taxa de desemprego que se resolve por exemplo, o problema dos milhares de trabalhadores que não têm um posto de trabalho.

As promessas e o marketing político são duas componentes fundamentais da actividade do governo PS. Estamos de facto a assistir a uma despidorada campanha eleitoral com o dinheiro dos contribuintes. São as galas para idosos, as festas governamentais, as deslocamentos de ministros e secretários de Estado, alguns dos quais com consequências desastrosas, como a rusga à Quinta do Mocho em que o ministro da Administração Interna envolveu a polícia numa inaceitável encenação mediática.

Estes comportamentos também devem estar presentes no próximo acto eleitoral. (...)



Guimarães Votar CDU para defender direitos

«O pacote laboral do PS só ainda não passou porque os socialistas não têm maioria absoluta», afirmou Ilda Figueiredo, no passado domingo no Comício de Guimarães, em que participou igualmente o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

«Mário Soares anda a pedir a maioria absoluta para o PS para reduzir as férias dos trabalhadores, através de leis que o PS tem já preparadas na Assembleia da República», acusou Ilda Figueiredo, que recordou aos presentes que quem fez a lei

dos contratos a prazo em Portugal foi o cabeça de lista do PS para às eleições europeias.

Carlos Carvalhas abordou, entre outros temas, a lei do financiamento dos partidos e os inquéritos parlamentares sobre alegados casos de corrupção envolvendo cargos políticos e empresas privadas. O dirigente comunista lembrou a este propósito que: «não somos nós que temos os bolsos cheios para encher o país de outdoors de campanha eleitoral». «Investigue-se, mas investigue-se até ao fim», exigiu, lançando um repto às comissões parlamentares e ao poder judiciário.



«Ilda val em frente, tens aqui a tua gente», gritaram os presentes que encheram a Praça dos Poveiros

Na Feira de Santiago

A cabeça de lista da CDU ao Parlamento Europeu, Ilda Figueiredo, esteve quinta-feira da passada semana, na feira agro-pecuária do litoral alentejano – Santiago – em Santiago do Cacém, numa visita em que foi acompanhada por Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, e Octávio Teixeira, presidente do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República.

Uma delegação da CDU, constituída pelo secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, pela cabeça de lista ao Parlamento Europeu, Ilda Figueiredo, e pelo deputado António Filipe, encontrou-se, na quinta-feira passada, com o Observatório Europeu



A CDU defende que os toxicodependentes sejam tratados e não punidos

Droga e Toxicodependência Prevenir e tratar

para a Droga e a Toxicodependência, com o objectivo de tomar conhecimento da actividade deste organismo – o único da União Europeia sediado em Portugal.

No final do encontro, que se inseriu no trabalho que a CDU

tem feito e vai intensificar no PE, Ilda Figueiredo, preocupada com a dimensão do flagelo da toxicodependência – que atinge em Portugal centenas de milhares de famílias –, defendeu a aplicação de «medidas reais no campo da prevenção, do tratamento e da reinserção e de combate ao branqueamento de capitais».

Segundo a candidata da CDU, a situação exige não só medidas de prevenção dirigidas à melhoria da vida das famílias, a existência de empregos, à participação dos jovens, à melhoria da vida escolar como um serviço público de tratamento que garanta a recuperação e reinserção na sociedade e aumente e descentralize os serviços de atendimento e as comunidades terapêuticas.

Assim, a CDU propõe-se intervir para reforçar os programas comunitários com estes objectivos e para que «os toxicodependentes deixem de ser considerados como criminosos e sejam tratados como doentes que são».

Ilda Figueiredo salienta ainda que a CDU vai fazer novas propostas para o reforço da cooperação entre países da União Europeia, «nomeadamente em matéria de segredo bancário e de confiscação dos patrimónios de origem criminosa, para um eficaz combate ao tráfico de drogas, ao branqueamento de capitais e às mafias que actuam impunemente, acumulando fortunas colossais à custa da dependência e do sofrimento de milhões de pessoas».

Carmo, músico • **Carlos Lopes**, dirigente da LOC • **Carlos Tavares da Silva**, arqueólogo • **Carmen Santos**, actriz • **Celina Leal**, professora • **Emília Silvestre**, actriz • **Estrela Novais**, actriz • **Fátima Peralta**, médica • **Fernanda Aragão**, professora universitária • **Fernando dos Santos Caetano**, médico • **Fernando Peixinho**, músico • **Filipe Pires Cabral**, advogado • **Gilberto Morgado Duarte**, economista • **Graça Maria Xavier Magro**, professora • **Humberto Delgado**, diplomata • **Irene Cruz**, actriz • **Isabel Hipólito**, educadora de infância • **Isabel Medina**, actriz • **Isabel Pinto**, advogada • **Isabel Siborro Maia**, farmacêutica • **Jaime Isidoro**, artista plástico • **João António Candeias**, comerciante • **João César Monteiro**, realizador de cinema • **João Luís Madeira Lopes**, advogado • **João M. Laureano Martins**, técnico de telecomunicações • **João Maria André**, professor universitário • **Joaquim Benite**, encenador • **Joaquim Manuel Nunes Lopes**, engenheiro técnico agrário • **Jorge Baldaia**, empresário • **Jorge de Alarcão**, professor universitário • **Jorge dos Santos**

Em 13 Junho
no Parlamento
Europeu

**Mais
CDU**

Em 13 Junho
no Parlamento Europeu
Mais CDU

CDU

Eleições Europeias 99

Convívio em Vila Pouca de Aguiar

Falar da terra em tempos difíceis

Mais de um milhar pessoas juntaram-se na Festa dos Agricultores, Pastores e Povos dos Baldios, realizada no passado domingo, na Barragem do Alvão, em Vila Pouca de Aguiar, em que participaram Carlos Carvalhas e os candidatos ao Parlamento Europeu Ilda Figueiredo e Armando Carvalho.

Num ambiente de festa, onde não faltou comida e bebida (a organização matou uma vitela e vários cabritos), os problemas da agricultura foram temas recorrentes quer nos discursos feitos do palco, quer nas conversas entre os presentes. As políticas europeias e as injustiças na distribuição dos apoios

comunitários são os problemas mais sentidos pelos agricultores transmontanos. Os grandes proprietários recebem montantes avultados para os seus projectos, os pequenos não recebem nada. Por isso, as propostas das CDU encontram eco entre os pequenos e médios agricultores. Eles sabem que os comunistas no Parlamento Europeu são os únicos que estão ao seu lado. Agora é preciso dar-lhes mais força nestas eleições.



A sobrevivência das pequenas explorações passa por uma distribuição mais justa dos apoios comunitários

Carlos Carvalhas

É preciso lutar pelo futuro da agricultura

(...) Há futuro para a agricultura portuguesa?

E se há, qual é esse futuro? Na nossa opinião, há uma resposta positiva, afirmativa...

Em primeiro lugar, há futuro se os agricultores portugueses quiserem e lutarem por ele. Se não desistirem. Se, como até aqui, continuarem a perceber que a sua vida não está só na labuta diária nos campos ou nos montes... Se, como até aqui, continuarem em pequenas e grandes lutas, a afirmarem a sua vontade de serem agricultores, de fazerem a terra frutificar; a afirmarem a sua dignidade de cidadãos livres deste País; a afirmarem as suas justas reivindicações de profissionais briosos e orgulhosos do que fazem e sabem fazer! Há futuro, se continuarem empenhados na luta para que o Poder Político leve a cabo a concretização de políticas que abram à lavoura portuguesa o seu irrecusável direito a viver!

Há futuro para a agricultura portuguesa, em segundo lugar, se o poder político agir e intervir nessa direcção e sentido.

Agir e intervir para que a PAC, a política agrícola comum, a política agrícola da União Europeia, seja profundamente renovada e corrigida... sem ceder um palmo no direito de Portugal ter uma agricultura moderna, desenvolvida, ajustada aos climas e aos solos que herdámos dos nossos progenitores e que a mãe natureza afeiçoou na nossa pátria.

Agir e intervir para que a PAP, a política agrícola portuguesa, a política de estrita responsabilidade do Governo português, use da margem de manobra que possui para defender as explorações agrícolas familiares e a especificidade da agricultura portuguesa. Se o Estado português não ceder um palmo aos «cantos de sereia» das chamadas «explorações agrícolas competitivas» ou da troca/venda de terra de cereais ou legumes, manadas de vacas ou rebanhos de ovelhas e cabras por mais uns tostões de fundos comunitários! E não desvalorizarmos estes dinheiros, bem pelo contrário.

Queria afirmar-vos que o PCP tudo continuará a fazer na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, para que a agricultura e os agricultores portugueses tenham futuro.

Sabemos que há um futuro possível para estes agricultores e esta agricultura.

Sabemos que a nossa luta é também a vossa luta por esse futuro!

Contamos naturalmente, também convosco para que um PCP e uma CDU mais fortes possam apressar esse futuro!

Fala-se em competitividade como uma corrida mas na agricultura europeia e mundial, quando os agricultores portugueses têm o pé na grelha de partida, os outros têm já meia pista percorrida! Não há igualdade de condições na produção agrícola! É uma fraude o que nos querem impingir com a tese da competitividade dos nossos produtos. Eles só são competitivos à custa do rebaixamento brutal do valor do vosso trabalho, do sacrifício das vossas famílias, da ruína e falência de milhares de explorações agrícolas familiares!

Ao agricultores portugueses sabem competir e querem produzir mais

e melhor se tiverem as mesmas condições, por exemplo, a dos vizinhos espanhóis.

Uma segunda mentira e fraude é dizerem-vos que se produzirem qualidade – produtos com qualidade – tudo está resolvido! É importante a qualidade, e todos querem qualidade, mas é uma evidência que isso não chega!

Se tal acontecesse, os agricultores do Douro seriam os agricultores mais satisfeitos do País, e não são!

Em primeiro lugar é necessário saber o que é qualidade. É a fruta calibrada? Envernizada? Encaixotada segundo as normas da União Europeia? Ou é hoje a produção dita biológica, com recurso à protecção integrada, usando variedades regionais de bom e típico sabor! Andaram a enganar os agricultores portugueses durante anos! Levaram à prática extinção de pomares regionais, das raças bovinas autóctones, de vinhos «tratados e corrigidos», mas com tipicidade própria!

Há que combater a falsa qualidade da homogeneização dos produtos agrícolas e pecuários, sem certidão de baptismo regional e local!

Em segundo lugar há que combater a pirataria das normas e denominações de origem que são essas certidões de baptismo de produtos nacionais. É, por exemplo, escandaloso que, com a colaboração ou a cumplicidade de governos portugueses:

– uma multinacional se tenha apropriado do nome Vila Flor para a sua marca de azeites, que hoje continua a usar o mesmo sem consumir azeite da Cooperativa Concelhia de Vila Flor, ou quando a grande maioria das Adegas Cooperativas abandonou rótulos dos concelhos onde se localizam, porque lhes diziam que era contra as normas da CEE;

– continue a pirataria da denominação Porto, do vinho generoso do Douro, pelos Estados Unidos, Austrália e outros, sendo de assinalar a recente cedência à África do Sul por um Comissário português (Deus Pinheiro)...

A outra grande mentira é a dos grandes subsídios que recebem os agricultores portugueses...

Esta mistificação tem tido nos últimos anos/meses um grande tempo de antena... articulistas/comentadores... em diversos órgãos de comunicação social. Tudo se passa como se essa gente fosse um mundo de ignorantes, de analfabetos, incapazes de lerem e aprenderem a verdade sobre as ajudas, apoios, subsídios...

Como se não soubessem que para o agricultor, em matéria de rendimento económico, tanto lhe dá vender e receber 500\$00/kg de carne ou vender a 400\$00/kg e receber depois mais 100\$00/kg de transferência de dinheiros públicos. No fim são 500\$00/kg! Mas nenhum agricultor estaria interessado em ajudas se lhe propusessem o preço justo, remunerador do seu trabalho e dos investimentos feitos!

Como se não soubessem – porque sabem – como já dissemos, que os agricultores portugueses são os que menos ajudas têm, tanto ao nível das ajudas comunitárias como das ajudas ditas nacionais. Ajudas estas que

permitem que a batata espanhola, o leite ou queijo francês ou o tomate holandês cheguem a Portugal, aos nossos mercados e feiras, mais baratos que os mesmos produtos produzidos em Portugal.

O problema, como sabemos nós e sabem os agricultores portugueses, não é de haver ou não haver ajudas. O problema é a forma como essas ajudas estão distribuídas. Em que uns poucos e grandes proprietários recebem quase tudo e a imensa maioria quase nada!

Em Portugal, 260 mil explorações recebem menos de 100 contos e as 74 maiores receberam uma média de 66 mil contos. Este é o escândalo. Ainda por cima são os agricultores dos países mais ricos que são bastante mais apoiados que os agricultores dos países pobres!

A PAC e a política agrícola portuguesa não podem partir destas meias verdades, ou puras e grandes mistificações para traçar as regras, definir as orientações e estabelecer as medidas para a agricultura portuguesa.

Têm de partir com verdade e da verdade dos problemas agrícolas nacionais, para lhes responder com eficiência, com sabedoria, com justiça! É assim, percebendo, ao mesmo tempo que não há respostas simplistas, fáceis para os problemas da agricultura no contexto do complexo mundo em que vivemos, que pensamos poder dizer que a agricultura portuguesa em geral, e a agricultura do Norte do País em particular, têm futuro.

Com políticas agrícolas nacionais e comunitárias ajustadas às características do agro português (explorações agrícolas familiares, produção agro-pecuária).

Com o apoio técnico e comercial, a intervenção confiante e sabedora dos agricultores portugueses, nas suas forças e nas suas capacidades, e na sua força e capacidade redobradas das suas associações.

Há futuro para os nossos vinhos.

Para os verdes brancos e tintos do Entre Douro e Minho, para os vinhos de pasto do Douro e para os seus inconfundíveis «vinhos finos»!

Para muitas outras variedades vinícolas regionais – Chaves, Miranda, Terra Quente...

Há futuro para as nossas produções pecuárias.

Para as raças autóctones – bovinas / cabras e ovelhas. Para os queijos e produtos de fumeiro. Há futuro para as nossas frutas e hortícolas. Há futuro, mesmo para os nossos cereais. Há futuro para a floricultura e outras produções menos expandidas, mas com crescentes mercados...

Há futuro para a produção florestal, nos baldios e nas explorações privadas. Há futuro para novos produtos que a capacidade criadora dos agricultores portugueses continua a criar (espumante de vinho verde/champagne de Aljô). Há futuro para produtos de massa e para produtos típicos.

Assim os poderes políticos correspondem com políticas ajustadas às necessidades da agricultura nacional, compartilhando com os agricultores portugueses o enorme património de trabalho, de vontade, de confiança de que os homens do campo têm dado provas. (...)

Em 13 Junho
no Parlamento Europeu
Mais CDU

Eles apoiam a CDU

Veiga, professor universitário • **Jorge Reis**, escritor • **José Álvaro de Moraes**, realizador de cinema • **José António Raposo**, bancário • **José Manuel Basso**, médico • **José Maurício Lebreiro**, funcionário público • **José Morgado**, professor catedrático • **Juan Soutullo**, artista plástico • **Leonor Campos**, museóloga • **Levi Baptista**, advogado • **Lúcia Terlô**, médica • **Luís Alberto**, actor • **Luís Francisco Rebelo**, dramaturgo • **Luís Manuel M. Pargana**, professor • **Luís Ralha**, artista plástico • **Manuel Carvalho da Silva**, Coordenador da CGTP • **Manuela Bronze**, artista plástico • **Maria Eduarda Marques Rebelo**, professora • **Maria Emília Reis**, dirigente da CGTP • **Maria Fátima Guedes**, médica • **Maria Helena Carrington**, professora • **Maria Helena dos Santos Costa**, operária • **Maria Helena Mira Mateus**, professora universitária • **Maria Keil do Amaral**, artista plástica • **Maria Lúcia Lepecki**, professora universitária • **Maria Rosa Moraes**, professora • **Mário Alberto**, cenógrafo • **Morais Cabral**,

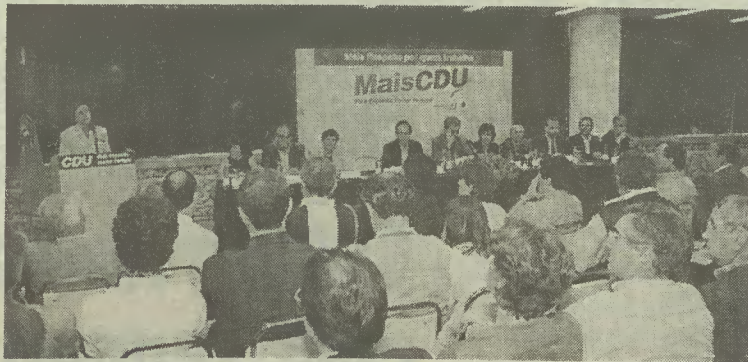
Em 13 Junho
no Parlamento
Europeu

**Mais
CDU**

Eleições Europeias 99

Sindicalistas recolhem 1700 apoios

As listas com mais de 1700 assinaturas de apoio à candidatura da CDU ao Parlamento Europeu foram entregues na passada segunda-feira num encontro que decorreu ao fim da tarde, em Lisboa. Com a presença de Ilda Figueiredo e Carlos Carvalhas, na iniciativa esteve ainda, Manuel Carvalho da Silva, o coordenador da CGTP-IN, estiveram centenas de dirigentes, delegados e activistas sindicais. As assinaturas foram recolhidas nas diversas estruturas do movimento sindical, nas empresas e locais de trabalho e não só expressam o apoio dos subscritores como apelam ao voto na CDU.



Beiralã recusa ouvir Ilda Figueiredo

A administração da Beiralã recusou analisar com Ilda Figueiredo os problemas do sector têxtil e da empresa. A razão invocada para tal atitude reside no facto de o PCP ter dado apoio imediato à luta dos trabalhadores da empresa, com cuja delegação sindical a cabeça de lista da CDU ao Parla-

mento Europeu também pretendia encontrar-se quando da sua deslocação.

A Comissão Coordenadora da CDU de Seia, denunciando esta «postura de retaliação e arrogância», estranha que pela cabeça da administração da Beiralã, alguma vez tenha passado a ideia de que o PCP

pudesse ter tido outra atitude. «Vergonha», diz, seria que «os patrões da Beiralã viessem dizer que nos recebiam por termos apoiado e dado cobertura às suas imposições ditatoriais» ou tivéssemos guardado o silêncio conivente de outros partidos.

É possível deixar de receber

uma delegação da CDU ou do PCP mas não é possível impedir estas forças políticas de se manifestarem solidárias com os anseios e direitos dos trabalhadores que sempre poderão contar com os comunistas na luta pelo direito ao reconhecimento do gozo do descanso ao sábado e ao domingo.

Santo Tirso

Honório Novo visita empresas têxteis

Trabalhadores e empregadores do sector têxtil e de vestuário de Santo Tirso «estão em sintonia» no que respeita ao trabalho realizado pelos deputados do PCP no Parlamento Europeu, conclui o Gabinete de Imprensa da DORP, em nota à comunicação social sobre a visita do eurodeputado Honório Novo e de uma delegação do PCP a diversas empresas do concelho.

A mesma sintonia verifica-se também relativamente às orientações e propostas defendidas pelo PCP para a próxima legislatura do PE, designadamente no que respeita à necessidade de inflectir o actual processo de globalização e de liberalização do comércio mundial, para garantir «a aceitação de regras sociais e ambientais mínimas» e, logo, «uma concorrência desenvolvida em bases leais».

A propósito desta questão, e tendo em conta a «nova ronda nego-

cial da OMC», foi salientada a importância das eleições de 13 de Junho e a garantia que dão, à partida, os deputados eleitos pela CDU, apontando-se, ainda a necessidade de o Governo português, nestas negociações, impor tais regras aos seus parceiros da UE.

Outra necessidade referida foi a de o próximo Quadro Comunitário de Apoio ter em atenção as necessidades das empresas, de forma a assegurar a capacidade produtiva portuguesa e as condições para uma plena modernização do sector têxtil e do Vestuário em Portugal.

A delegação, que manteve reuniões com a Federação Têxtil e o Sindicato Têxtil de Santo Tirso, com administrações e trabalhadores das empresas Arcotêxtil e Baiona e ainda com os trabalhadores da Cortel, do sector de vestuário, foi acolhida em todo o lado com manifestações de simpatia por parte trabalhadores que reconhecem o trabalho do PCP e o seu papel na luta pela fixação do horário semanal de 40 horas semanais.

«Cumprimos a nossa promessa ao contrário do PS, cujo governo tentou impedir a redução do horário de trabalho e a inclusão das pausas nas 40 horas de trabalho», considerou Honório Novo, advertindo para as manobras eleitoristas do Governo que, tendo recusado incluir as pausas no horário de trabalho, vem «em vésperas de eleições prometer legislar para dar satisfação às pretensões dos trabalhadores, mas... só depois das eleições de Outubro».

Bélgica

CDU contacta emigrantes

Na Bélgica, a CDU, depois de enviar um «mail» eleitoral a todos os recenseados, vem promovendo uma série de iniciativas eleitorais que culminarão, no próximo dia 6 de Junho, na Place Flagey, com a divulgação das suas propostas para a emigração. A sua acção tem, contudo, privilegiado o contacto directo com a Comunidade portuguesa o que, aliás, lhe tem permitido constatar o largo apoio dos emigrantes às suas propostas.

Entretanto, a CDU manifesta-se preocupada com a nova orientação existente no consulado no

que respeita à «impossibilidade dos emigrantes ali se recensearem, se a residência do Bilhete de Identidade não corresponder à sua residência na Bélgica». É que esta prática, contrariando o objectivo da nova lei de promoção do recenseamento, e impedindo, pelo menos no imediato, o recenseamento de muitos emigrantes com bilhete de identidade emitido em Portugal, «impõe a introdução de medidas excepcionais, tendo em conta que ainda este ano se realizarão eleições para a Assembleia da República».

director bancário • **Natália Dias**, educadora de infância • **Oliveira Baptista**, professor
catedrático • **Otilia Maria Roque**, psicóloga • **Papiniano Carlos**, escritor • **Paula
Vieira**, professora do ensino superior • **Pompílio Ferreira**, treinador de atletismo • **Raul
Castro**, advogado • **Rita Lello**, actriz • **Rogério Rodrigues**, jornalista • **Romeu
Cunha Reis**, dirigente da CGTP • **Rui Mendes**, actor • **Rui Murta**, engenheiro •
Serafim Nunes, economista • **Silva Dias**, arquitecto • **Sílvia Carvalho**, estudante
universitária • **Teófilo Duarte**, designer • **Teresa Gafeira**, actriz •
Teresa Villaverde, realizadora de cinema • **Ulpiano
Nascimento**, economista • **Vasco Gonçalves**, general •
Vergílio Caseiro, maestro • **Viale Moutinho**, jornalista/escritor.

Em 13 Junho
no Parlamento
Europeu

**Mais
CDU**

Da falta de ideias às ideias para esconder o essencial

Pairando nas nuvens mediáticas da política-espectáculo, Mário Soares, Pacheco Pereira, lá vão entoando hinos a esta União Europeia, na campanha em que vale tudo, desde que o resultado seja mais uns votos.

E o que é certo é que muita comunicação social acha que sim senhor, e lá vão dando sala ao baile de máscaras e tempo de antena à retórica mais balofa.

No princípio, como se sabe, o importante eram as «ideias». E então o Dr. Pacheco Pereira, cabeça de lista do PSD, avançou com a «ideia dos debates a dois». O cabeça de lista do PS, Dr. Mário Soares, não aceitou e lançou a «ideia do imposto europeu». *Hossana!*, enfim uma «ideia», gritou a rapaziada do costume. Mas o Dr. Pacheco contestou e barafustou: o Dr. Soares não queria discutir ideias! Então o Dr. Soares avançou com nova ideia: já que havia o dinheiro do tal imposto europeu, então havia que criar um exército europeu com comando único europeu. O Dr. Pacheco retorquiu com outra ideia: um exército comum ou uma força de intervenção rápida, mas sem imposto europeu e sem zangas com a NATO. O Dr. Soares tirou então do bolso a ideia do Pacto Constitucional. Saltou o Dr. Pacheco com um segundo Plano Marshall para o alargamento. Então o director do diário da SONAE descobriu que o Dr. Pacheco e o Dr. Soares «tentam discutir ideias!»

O pequeno problema é que, tentar tentam, só que não conseguem!

E isto porque divergem no acessório, no palavreado, e convergem no fundamental!

E isto porque as novas ideias são ideias velhas como a Sé de Braga. A ideia do imposto tem uma década, pelo menos. A ideia do exército é falar do feto ou do aborto que a UEO é há muito! (Sabem certamente aquela anedota das forças separadas mas não separáveis...!). A ideia dos debates a dois é de 1995 e foram as peixeiradas que se sabe. O Pacto Constitucional é a versão eleitoral dos vários projectos da Constituição Europeia que renascem em cada legislatura. E o segundo Plano Marshall dissolveu-se sem fama nem glória na Agenda 2000, por causa de uns ditos egoísmos nacionais.

Acabadas as «ideias», toca a inventar as diferenças, que nunca existiram. Mas que têm um objectivo eleitoral preciso: disfarçar o indistigável, a identidade, em todos estes anos, das respectivas políticas comunitárias.

Um quer um imposto europeu e o outro não quer. Mas sabem os dois que os seus partidos, os partidos de que são cabeças de lista, e os governos desses partidos, de Cavaco a Guterres, conviveram e convivem com a situação em que Portugal, país economicamente no carro-vassoura, é colocado no pelotão da frente dos países que mais contribuem para o Orçamento Comunitário face ao seu PIB e população!

Sabem que ocupamos o 5.º lugar dos contribuintes, fazendo um esforço por habitante quase igual ao alemão e bastante acima da França, da Espanha, da Dinamarca, da Itália, do Reino Unido!!!

Um fala de um exército europeu e o outro de um europeu exército fala. E ambos querem uma União Europeia com uma política externa comum, com mais ou menos NATO, comandada pelas grandes potências, através do voto por maioria e do pagamento por todos. Uma União Europeia bloco político-militar, virada para a corrida armamentista e a intervenção militar. Os dois partilham a estranha contradição de, contestando a aventura de, contestando a aventura militar da NATO na Jugoslávia, pertencerem a partidos cujos deputados pertencem a grupos parlamentares que, na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, votam pela guerra. E que assim vão continuar a votar.

Um apoia a reforma da PAC de 1999 e a Agenda 2000 como uma extraordinária vitória portuguesa e o outro apoia a reforma da PAC de 1992 e os fundos que então se obtiveram. Os dois fazem por esquecer que essas reformas da política agrícola comum têm exactamente o mesmo conteúdo, o mesmo sentido, e que tanto uma como outra deixaram e deixam os agricultores portugueses, as culturas mediterrâneas e o País como pedintes à mesa do lauto jantar dos dinheiros agrícolas comunitários. Um e outro compartilham da filosofia que tem presidido à aplicação dos fundos em Portugal: muito para o grande capital, muito para os latifundiários, muito para as autarquias da cor. Muita corrupção e compadrio. Algumas migalhas para que os protestos não se oiçam!

Um fala de um projecto europeu federal e o outro de uma Europa política, e ambos sabem que os partidos de que são cabeças de lista, e os governos desses partidos, de Cavaco a Guterres, são cúmplices, sócios e participantes activos, desta construção europeia de pequenos passos e factos consumados, de decisões que depois implicam, e servem de argumento para novos avanços (federalistas), não considerados à partida. Esta construção europeia de federalismos escondidos e de clara ocultação dos sentidos e objectivos da integração em curso, feita à margem dos cidadãos, dos povos, dos parlamentos nacionais. Parlamentos a quem atribuem a «extraordinária» competência de ratificar o que outros, sem legitimidade democrática, decidiram, como sucessivamente sucedeu com o Acto Único, com o Tratado de Maastricht, com a União Económica e Monetária, com o Tratado de Amesterdão...

As ideias do Dr. Pacheco e do Dr. Soares, as suas divergências e zangas, têm uma única missão: ocultar, sob diferentes roupagens verbais e eleitorais, a comunhão de objectivos, processos e projectos na construção da União Europeia.

Guarda Ter voz na Europa

«Para um distrito da Guarda melhor» é necessária a eleição de mais deputados da CDU no Parlamento Europeu, afirmou, em conferência de imprensa, com a presença de Ilda Figueiredo, a Comissão Coordenadora Distrital da Guarda desta coligação.

A vida dos portugueses depende cada vez mais das decisões tomadas na União Europeia, lembra a Coordenadora da CDU, para quem a integração europeia, no distrito da Guarda, serviu para acentuar assimetrias em relação às regiões do litoral e levar à quase destruição de actividades económicas fundamentais, como a agricultura, a indústria têxtil, o pequeno comércio, ao aumento do desemprego, à degradação das condições sociais e à desertificação do distrito.

Os deputados do PCP foram, entretanto, as «únicas vozes» que levaram ao Parlamento Europeu os problemas concretos da região, pugnando pela sua resolução.

Assim, é na sequência do contacto com todas as empresas do

sector têxtil em situação de crise, que o deputado Sérgio Ribeiro elaborou o «Relatório Sobre a Situação do Sector Têxtil na Comunidade», aprovado e enviado à Comissão, consignando muitas das medidas imprescindíveis à defesa deste sector estratégico da economia.

Joaquim Miranda, por sua vez, depois de visitar as Adeegas Cooperativas do distrito e de se inteirar sobre todas as dificuldades e necessidades do sector, teve a oportunidade de «intervir com autoridade em defesa da produção nacional de vinho genuíno, feito de uvas, quando da discussão da OCM do sector, contra as imposições dos países ricos do Norte, do seu vinho feito à base de sacarose que invade os mercados a preços baixos».

Por seu lado, Honório Novo, visitou várias Associações agrícolas do distrito solicitou ao PE apoios financeiros extraordinários para fazer face às calamidades naturais que em 1997 destruíram vinhas, pomares e outras culturas agrícolas.

Da autoria dos deputados comunistas foi também a apresentação de requerimentos no sentido do apoio, preservação e valorização de todo o património arqueológico do Vale do Côa.

Tudo isto, na opinião da Coordenadora da CDU, é razão suficiente para que todos os que defendem o desenvolvimento regional dêem o seu voto aos candidatos da CDU que, entretanto, reclamam uma reorientação das políticas sectoriais, designadamente nos aspectos que ignoram os atrasos e debilidades estruturais da região e defendem a canalização para ela de mais verbas do III Quadro Comunitário de Apoio.

«Devolver esperança» a Coimbra

Na quinta-feira passada, a CDU realizou em Coimbra uma conferência de imprensa para divulgar a «ideia-força» da coligação para as próximas eleições de 13 de Junho: «Valorizar Coimbra e a região, no contexto nacional e europeu».

Na ocasião, Alberto Vilaça, Jorge Gouveia Monteiro e João Santos Cardoso, candidato ao Parlamento Europeu, sublinharam o facto de a CDU ter assumido como suas - reconhecendo-as como necessárias - algumas das acções que o PSD «prometeu mas não executou», as quais também o programa do PS contempla desde 1991.

Com isso, pretende «devolver às pessoas a esperança frustrada» e garantir que, para a CDU, a política «é também o respeito pela palavra dada».

De facto, fazendo o balanço de quatro anos de governação, das 26 obras anunciadas, apenas três estão concluídas e cinco parcialmente realizadas, encontrando-se as mais importantes precisamente entre as que nem sequer se iniciaram.

Mas Coimbra nem sempre esteve «subalternizada», lembra a CDU, pois foi daí que «arrancou a formação do território nacional» que hoje existe, «se desenvolveu e aperfeiçoou a língua portuguesa, os estudos e o centro de cultura que precederam a Universidade».

«Afirmar o valor da identidade portuguesa face às ameaças de diluição numa Europa federal comandada pelas multinacionais sem pátria» é, pois, um objectivo que a CDU se propõe defender no Parlamento Europeu.

anos membro do Partido. Pertencia à Comissão Concelhia de Matosinhos e ao Conselho Regional do Porto do PCP, sendo eleito da CDU na Assembleia de Freguesia de Guifões, cargo de que recentemente pedira a suspensão. Desempenhou tarefas partidárias a diversos níveis e foi, nos anos 70, membro do Organismo de Direcção de Trás-os-Montes e Alto Douro. Pertenceu à Direcção da Organização Regional do Porto do PCP. A nível autárquico foi vereador da CDU na Câmara Municipal de Matosinhos. Foi director do jornal A Terra e da Escola Profissional Raul Dória, onde era professor.

Mário Rodrigues Antunes

Com 94 anos de idade, faleceu no passado dia 26 de Maio, o camarada Mário Rodrigues Antunes, natural da Marinha Grande. Funcionário bancário (reformado), foi membro da Direcção do Sindicato dos Bancários e integrou várias comissões de reformados. Era membro do Partido desde Abril de 1974. Consciente de que a memória não resiste ao tempo, deixou como último desejo que o seu corpo fosse cremado e que «a diferença para o custo de um funeral de luxo» fosse aplicada «em melhoramentos da casa de um pobre».

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

CAMARADAS FALECIDOS

António Gonçalves Pereira

Faleceu no passado dia 5 de Maio, no Hospital de Santo António do Porto, onde havia sido internado no final de doença prolongada, o camarada António Gonçalves Pereira, de 78 anos de idade. Natural de Alvarenga, concelho de Arouca, trabalhou na Direcção de Estradas do Distrito de Lisboa e encontrava-se reformado.

José Gaspar Teixeira

Faleceu no dia 29 de Maio, com 82 anos de idade, o camarada José Gaspar Teixeira, natural de Ponta Delgada, membro da Ordem dos Engenheiros. Eminentemente cientista, defensor incontornável da utilização pacífica da energia nuclear, sobre a qual publicou diversos trabalhos, era membro do Partido desde 1942 (ver Semana).

José Rodrigues Caseiro

Faleceu recentemente, com 91 anos de idade, o camarada José Rodrigues Caseiro, natural de Alenquer. Militante do Partido desde 1974, esteve preso pela PIDE.

Manuel Ventura Reis

Faleceu, no dia 25 de Maio, com 47 anos de idade, o camarada Manuel Ventura Reis, há muitos



Solidariedade com Timor-Leste

Quarta-feira passada, por iniciativa da Rádio Renascença, realizou-se no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, um espectáculo de solidariedade com Timor-Leste, que contou com a presença de numerosas personalidades, nomeadamente o Presidente da República, Jorge Sampaio.

O PCP esteve representado

pelo seu secretário-geral, Carlos Carvalhas. Presentes estiveram também António Filipe, deputado comunista na Assembleia da República, e Rui Godinho, vereador da CDU na Câmara Municipal de Lisboa.

A solidariedade com Timor continua a ser uma realidade no nosso dia-a-dia. Mais urgente que

nunca, numa fase particularmente delicada da vida do seu povo.

De sublinhar que, em relatório agora apresentado pelo secretário geral da ONU ao Conselho de Segurança, se reafirma que os bandos armados pró-Indonésia continuam a intimidar e a assassinar civis timorenses defensores da independência.

Carta ao Primeiro-Ministro A guerra não é solução

«Somos cidadãos profundamente inquietos e preocupados com a guerra conduzida pela NATO, desde há precisamente dois meses, com todo o seu cortejo de destruição e mortes» afirma-se na Carta ao Primeiro-Ministro, subscrita por largas dezenas de cidadãos, nomeadamente Carlos do Carmo, Carlos Carvalhas, Cláudio Torres, Hugo Capote, Jorge Leite, José Barata-Moura, José Saramago, Luís Cília, Diana Andringa, Carvalho da Silva.

A carta, que tem como objectivo tomar posição face ao próximo Conselho da União Europeia de 3 e 4 de Junho, em Colónia, começa por sublinhar que, «independentemente de diferenças de opinião sobre questões de história recente e da situação interna na Jugoslávia, coincidimos numa questão essencial: a guerra não é solução, é preciso pôr imediatamente termo aos bombardeamentos sobre a Jugoslávia».

E prossegue: «Um país está a ser metódica e chocantemente destruído, e ao seu povo, em todas

as suas componentes étnicas, estão a ser impostos terríveis sofrimentos e privações. É uma evidência que se agravaram e tornaram ainda mais complexos os problemas que se afirmava pretender resolver com o desencadeamento, ilegítimo e ilegal, das operações militares. E apesar da multiplicação de iniciativas diplomáticas, os bombardeamentos da NATO têm recrudescido. Intensificam-se os preparativos para uma «ofensiva terrestre», é real o perigo de uma escalada militar de grandes proporções e imprevisíveis consequências para os Balcãs, a Europa e o mundo.»

Por tudo isto, dizem os subscritores, «consideramos que é imperioso e urgente parar os bombardeamentos da Jugoslávia, o que, além de um acto de mais elementar justiça, contribuiria para criar o clima político indispensável para - repondo a legalidade internacional e reconduzindo para a ONU o processo negocial - encontrar uma solução política justa e duradoura para o

problema do Kosovo e dos seus refugiados, nomeadamente para os albaneses do Kosovo, e que respeite simultaneamente os direitos legítimos de todas as etnias kosovares e a integridade territorial da Jugoslávia».

Defendendo a adesão do governo português ao movimento pelo fim dos bombardeamentos e tendo em conta o próximo Conselho da União Europeia, os subscritores da Carta consideram que «sobre esta «cimeira» da União Europeia pesam enormes responsabilidades. Se a anterior, em Berlim, constituiu um lamentável espectáculo de abdicação e seguidismo face aos EUA, que sancionou o desencadeamento da guerra, desta se exige uma afirmação autónoma e não subserviente da U.E. isto é, uma posição inequívoca em direcção ao fim da guerra. Seria profundamente lamentável que, em momento tão crucial, a voz de Portugal não se fizesse ouvir, distinta e corajosamente, em favor da paz e pelo fim imediato dos bombardeamentos.»

Os deficientes e o 25 de Abril

Com o lema «Os deficientes e o 25 de Abril», a Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes (CNOD) organizou, sábado passado, em Grândola, o seu 13.º Encontro Nacional (END).

Cerca de 300 pessoas, vindas de todo o país, participaram neste encontro, partilhando experiências e problemas, no que foi considerado pelos seus promotores como um «palco de discussão» destinado a «dar voz a quem nunca é ouvido».

A iniciativa, que se insere nas comemorações dos 25 anos de Abril, contou com várias actividades desportivas, como uma corrida de cadeiras de rodas, uma corrida de ciclismo para cegos, uma corrida pedestre para cidadãos com vários tipos de deficiência, partidas de xadrez e damas, além de provas de natação.

Nos debates realizados sobre os problemas mais sentidos pelos deficientes em Portugal, sobressaem as dificuldades no acesso à saúde, à

educação e ao emprego. Uma vez mais foi sublinhada a necessidade de se realizar um levantamento (censos) sobre o mundo de deficientes que existem no nosso país e as suas características. A CNOD estima que existem em Portugal perto de um milhão de deficientes, o que representa dez por cento da população. Dificuldades e problemas não faltam, nomeadamente no que respeita às instituições que dão apoio a deficientes. Sempre espartilhadas entre a indispensável qualidade de um trabalho muito exigente e as limitações, agravadas pelos atrasos, das contribuições por parte do Estado. O que não apenas põe em causa os princípios de igualdade que o Estado deve garantir, como abre portas à exploração das situações de deficiências pelas instituições com fins lucrativos.

Em Portugal existem 658 instituições para pessoas com deficiência.

TRABALHADORES

Contra a destruição da Segurança Social Plenário da CGTP-IN marca «stop» para dia 22

Os dirigentes sindicais continuam a repudiar o pacote laboral, acusam o Governo de favorecer sistematicamente o patronato e reclamam a convergência real com os demais países da União Europeia, de cuja média salarial Portugal continua a afastar-se.

O Plenário Nacional de Sindicatos da CGTP-IN marcou sexta-feira uma «acção nacional de luta», para 22 de Junho, contra o projecto de lei de bases da Segurança Social, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS para substituir a contestada proposta do Governo.

No documento «Stop à destruição da Segurança Social e ao pacote laboral», aprovado pelos representantes sindicais no Teatro Villaret, critica-se esta atitude como «um frenesim incompreensível ou má-fé do Governo e do seu Grupo Parlamentar, pois esperaram que a AR estivesse a um mês do seu encerramento para tentarem fazer passar um diploma desta natureza».

O projecto dos deputados «em nada de fundamental altera a proposta apresentada pelo Governo», já que «o carácter universalista com formulação assistencialista mantém-se inalterado» e «prevalece a vertente não contributiva do sistema, em detrimento da sua vertente contributiva, mantendo princípios redutores de solidariedades interprofissionais e intergeracionais, como sejam a selectividade e a limitação das bases de incidência contributiva (plafond)».

Para a CGTP, o PS apresentou uma proposta que, pretendendo «fazer pontes» entre os diversos textos em debate no Parlamento, afinal «reflete uma opção clara pelas posições defendidas pelo patronato e pelo sector financeiro».

O Governo e o Grupo Parlamentar do PS, acusa a CGTP, «pretendem evitar a discussão e a tomada de medidas necessárias e urgentes, nomeadamente

sobre a descapitalização da Segurança Social, as dívidas do Estado e do patronato à Segurança Social, a política de emprego e o seu financiamento e a participação dos trabalhadores na definição das políticas e gestão».

construção de «uma União Europeia de paz, democracia participativa, coesão económica e social, justiça e progresso social», nomeadamente em questões como a defesa do sistema público de Segurança Social, o direito à saúde para todos os cidadãos e a evolução do sistema de ensino.

Protestos na rua

Acções públicas em Setúbal, Lisboa e Porto culminaram, a 26 de Maio, dez dias de esforço das

«escândalo dos acidentes de trabalho», denunciou o agravamento do desemprego no distrito e frisou que os aumentos salariais impostos na Função Pública «já foram comidos pela inflação».

Na concentração foram aprovadas moções de solidariedade com os pescadores do arrasto e contra a guerra na Jugoslávia.

No Porto, cerca de três centenas de trabalhadores concentraram-se na baixa, numa acção promovida pela União de Sindicatos do distrito e onde intervie-



Na «Praça do Protesto», em Lisboa, foram valorizados os resultados conseguidos pela luta dos trabalhadores, mesmo em condições extremamente adversas

Na resolução «A Europa que nós queremos», também aprovada no plenário, defende-se que os deputados portugueses ao Parlamento Europeu, cuja eleição se decide a 13 de Junho, devem bater-se pelo «pleno emprego e com direitos». Além disso, devem pugnar por «uma mais justa redistribuição da riqueza criada, bem como por sistemas fiscais justos que alieiem a carga fiscal que pesa sobre os trabalhadores e trabalhadoras».

A central quer que os futuros eurodeputados se empenhem na

estruturas da CGTP para a convergência das diversas lutas laborais, nas regiões e sectores, de forma a dar-lhes maior impacto.

Falando, segundo a Lusa, perante cerca de 800 trabalhadores que se concentraram junto ao Governo Civil de Setúbal, depois de um desfile iniciado na Praça do Quebedo, o coordenador da CGTP acusou o Governo de ser «mais sensível aos argumentos do patronato do que às reivindicações dos trabalhadores». Carvalho da Silva responsabilizou o executivo pelo

ram sindicalistas de sectores como o vestuário, pescas, função pública, administração local e metalurgia.

Em Lisboa, a «Praça do Protesto» juntou sindicalistas e trabalhadores no Jardim de São Pedro de Alcântara, onde expuseram as lutas desencadeadas em vários sectores e empresas e os motivos que justificam o prosseguimento do combate. Arménio Carlos, coordenador da USL, realçou os resultados já obtidos, muitas vezes em situações que, à partida, eram muito desfavoráveis aos trabalhadores.

Encerramento pode ser evitado

Os trabalhadores da Fábrica de Cabos d'Ávila foram informados, no dia 26 de Maio, de que o Ministério da Economia está a contactar empresas interessadas em encontrar uma solução para a fábrica, que não labora há um ano e meio. Um grupo de trabalhadores concentrou-se junto do

Ministério (na foto) e o chefe de gabinete de Vítor Ramalho, secretário de Estado adjunto do ministro da Economia, confirmou a delegação sindical que estão a ser contactadas várias empresas interessadas na Cabos d'Ávila, «que pode ser viabilizada ou não». Ficou marcada nova reunião

para segunda-feira. Na sexta, os trabalhadores reuniram em plenário, após o qual teve lugar um encontro com o presidente da Câmara da Amadora.

Aproveitando a visita do primeiro-ministro a um jardim de infância na Amadora, no início de Maio, os trabalhadores tinham pedido a intervenção de Guterres e do Governo para viabilizar a fábrica e preservar os cerca de 200 postos de trabalho. Desde o final de 1997, os trabalhadores e o SIESI/CGTP têm desenvolvido um combate duro e persistente em defesa do emprego, dos salários em dívida e dos direitos dos trabalhadores.



Têxteis

Dirigentes sindicais e trabalhadores da indústria têxtil vieram a Lisboa mostrar ao ministro do Trabalho como funciona uma linha de produção. A «mostra» esteve patente à porta do Ministério, desde segunda-feira de manhã e durante 36 horas. Com esta acção na Praça de Londres, pretendeu a Fesete/CGTP exigir ao Governo que obrigue os patrões a cumprir a lei das 40 horas de trabalho semanal. José Fernando, dirigente da federação, afirmou à Lusa que «muitas dezenas de milhares» de operários trabalham 41 horas e 40 minutos ou mesmo 42 horas e meia por semana, sem pausas nos turnos de trabalho, embora estas sejam exigidas por lei, quando se trata de trabalho cadenciado, monótono, repetitivo e intenso.

Transportes

Em greve no dia 11 vão estar os trabalhadores da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, caso a administração continue a não honrar os compromissos assumidos relativamente a condições de trabalho. A decisão foi tomada dia 21 de Maio, em plenário realizado na estação de recolha de Francos. Os motoristas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra decidiram voltar ontem à greve, acompanhada de manifestação em Lisboa, reivindicando a negociação de uma carreira profissional e melhores condições de higiene e segurança.

A Federação dos Ferrovieiros anunciou que convocará mais um dia de greve, para 11 de Junho, se as administrações das empresas do Grupo CP não evoluírem nas suas posições, de modo a permitirem «outro quadro de negociações».

Supermercados

A primeira reunião da fase de conciliação, para revisão do contrato colectivo aplicável aos super e hipermercados e grandes empresas de distribuição, foi marcada para segunda-feira passada, no Ministério do Trabalho. O CESP convocou para essa tarde, na Praça de Londres, uma concentração de trabalhadores do sector, protestando contra o facto de a associação patronal recusar todas as propostas das estruturas da CGTP.

CAMO

Após 15 dias de greve, com paralisações de duas horas diárias, os trabalhadores da CAMO decidiram manifestar-se à porta das instalações da empresa, para protestarem publicamente contra a falta de resposta da administração à exigência de aumentos salariais justos e, em contrapartida, ter decidido aumentos que apenas beneficiariam quem ganha acima dos cem contos - informou o Sindicato dos Metalúrgicos do Norte.

Comprar a sede

Já ultrapassou os 80 mil contos a campanha de fundos para a compra da sede histórica da CGTP, disse Américo Nunes, prevendo que, a este ritmo, sejam atingidos antes de Agosto 50 por cento da meta. O dirigente da central prestou estas declarações à Agência Lusa, no dia 26 de Maio, a 48 horas do leilão de obras de arte que a União dos Sindicatos do Porto levou a cabo na passada sexta-feira. Tendo por objectivo recolher 200 mil contos, a campanha deverá terminar em Outubro, mas Américo Nunes não excluiu a hipótese de a iniciativa se prolongar para além do dia de aniversário da Inter.

Unicervi

Foi suspenso pelo Tribunal de Trabalho de Setúbal o despedimento colectivo de 41 trabalhadores da Unicervi, anunciou dia 24 de Maio o CESP, que assim viu satisfeita a providência cautelar que apresentou, uma vez que a distribuidora da Centralcer não pagou as indemnizações legais aos despedidos. Entretanto, o sindicato aproveitou a ocasião para protestar contra a demora do Ministério Público em intervir, face a lock-out denunciado a 20 de Abril e confirmado pela Inspecção do Trabalho.

Pescadores

A violação da lei da greve por parte de alguns armadores foi denunciada sexta-feira pelo Sindicato Livre dos Pescadores, que, numa carta ao ministro da tutela, denuncia casos de contratação de pessoal para substituir tripulações que aderiram à greve desencadeada a 4 de Abril. A carta, citada pela Lusa, aponta, a título de exemplo, os navios «Maré Alta», no Algarve, propriedade de Testa & Cunhas, e «Nadir», em Matosinhos, cujo proprietário é o presidente da associação patronal (ADAPI), Pedro França. O sindicato exige a intervenção do Ministério da Agricultura e Pescas e da Inspeção do Trabalho, nomeadamente retirando a carta aos mestres por violação da lei da greve.

Somincor

Os prémios de produção, suspensos desde Fevereiro, vão voltar a ser pagos a partir de Julho, e os retroactivos vão ser pagos em prestações a partir de Janeiro (e não de Maio, como pretendia a empresa) aos mineiros de Neves-Corvo. O acordo entre o sindicato mineiro e a Somincor evitou o recurso à greve no dia 25 de Maio, aceitando os trabalhadores esperar até Agosto por uma resposta da administração acerca do pagamento dos prémios relativos aos resultados de 1997 e que deveriam ter sido pagos no ano passado.



VII Legislatura

Deputados comunistas prestam contas

Resoluções da Assembleia da República com origem em iniciativas do PCP

Resolução

Negociação pela parte portuguesa da Agenda 2000

A Assembleia da República deliberou, com os votos contra do PS, estabelecer os seguintes princípios de referência para a negociação da Agenda 2000:

- 1) Um dos princípios essenciais consagrados nos Tratados da UE é a coesão económica e social, que não pode ser posta em questão com qualquer processo, designadamente de alargamento;
 - 2) A coesão económica e social é do interesse da própria UE no seu conjunto enquanto política de solidariedade e de desenvolvimento equilibrado e é do interesse dos países que dela beneficiam, que, sem ela, vêm alargado o fosso em relação aos países mais ricos da UE;
 - 3) O financiamento da UE deve permitir a concretização das políticas de coesão económica social, pelo menos ao seu actual nível, para os países que hoje pertencem à UE;
 - 4) O limite de despesa de 1,27% do PIB comunitário reporta-se às despesas actuais da UE com os 15 países que a constituem;
 - 5) Os recursos próprios da UE devem ser obtidos dos países membros com base num sistema progressivo fundamentalmente assente no PNB;
 - 6) Não é aceitável qualquer diminuição do actual nível de despesa com fundos estruturais a preços constantes, nem alterações de critérios (como o emprego) que penalizem os países mais pobres da UE, e em particular Portugal;
 - 7) Num País como Portugal com uma média do PIB per capita muito abaixo da média comunitária, o facto de a região mais importante e liderante do processo de desenvolvimento (a Região de Lisboa e Vale do Tejo) ter ultrapassado o patamar de 75% do PIB comunitário não deve automaticamente excluí-la do objectivo I (Fundos Estruturais), sob pena de isso impedir o processo de desenvolvimento do país, bem como das zonas menos desenvolvidas da própria região, em infra-estruturas (nomeadamente no âmbito dos recursos humanos, das comunicações e da investigação e desenvolvimento); o critério relevante deve ser o da prosperidade do país e não o da região, já que a UE é uma União de Estados e não de regiões, e dados os efeitos que a exclusão teria para o conjunto do país;
 - 8) Não é aceitável uma alteração do modelo de financiamento da UE que leve países como Portugal a terem de suportar nacionalmente parte dos custos da PAC, quando sucede que a agricultura portuguesa é fortemente penalizada com o actual modelo da PAC;
 - 9) A reforma da PAC deve permitir atender às especificidades da agricultura portuguesa e do mundo rural, deve incentivar a produção e a qualidade, deve apoiar as produções mediterrâneas num nível idêntico aos apoios das produções setentrionais;
 - 10) Não deve ser aceite qualquer transformação da natureza das subvenções, que as requalifiquem como autorização de despesas e assim permita retirá-las aos países para que se destinam; também não devem ser aceites ingerências e manipulações indebitas a propósito de qualquer cláusula de reserva;
 - 11) No limite, se os interesses vitais de Portugal forem atingidos, o recurso ao veto deve ser encarado sem complexos.
- Mais se propõe que estes onze princípios de referência negociada sejam divulgados amplamente, permitindo que as estruturas e organizações do mais variado tipo se pronunciem sobre eles, robustecendo a vontade nacional na defesa dos interesses de Portugal e dando a conhecer externamente a expressão dessa vontade.

Octávio Teixeira acusa Obsessão eleitoralista paralisa governação

O Grupo Parlamentar do PCP acusou o Executivo do PS de nada fazer para resolver os problemas com que o País se confronta e de viver obcecado pelos resultados eleitorais. Em declaração política proferida na semana transacta, Octávio Teixeira, presidente da formação comunista, trouxe à colação vários exemplos que do seu ponto de vista testemunham essa inércia do Governo e o seu autismo perante o agudizar das lutas de vários sectores sociais.

Na ausência de medidas para resolver os problemas e perante o crescente descontentamento popular, assinalou, o único expediente em que o Governo parece ser exímio é pelo recurso ao silenciamento dos protestos, nem que seja pela «pressão da fome» (caso dos pescadores de arrasto) ou à «custa da bastonada», como sucedeu com os estudantes do Instituto Superior de Tecnologias da Saúde que se manifestavam em frente ao Ministério da Educação.

O que se está a passar, pois, na perspectiva do líder parlamentar comunista, é que o Governo «finge que não vê» a realidade, marcada pelo crescente protesto dos trabalhadores, apostando unicamente em fazer crer que «Portugal continua no melhor dos mundos» e que «os portugueses nunca terão vivido tão felizes».

Como se aí não estivessem, a desmentir esse quadro idílico, como lembrou Octávio Teixeira, entre tantas outras, as lutas dos trabalhadores da administração central e local, dos estudantes de Lisboa e Coimbra; dos maquinistas da CP, ou do Sindicato Independente dos Médicos.

Mas o fingimento do Governo e o seu estado de levitação em que dá mostras de se manter relativamente aos problemas do País não se esgota na esfera do social. Outros domínios há, igualmente importantes, em que se assiste a idêntica atitude do Governo, própria de quem dá sinais de viver noutra galáxia.

Veja-se, por exemplo, o que se passa com o défice da balança comercial. Perante o seu preocupante aumento, como pôs em evidência Octávio Teixeira, o Governo reage como se o mesmo fosse destituído de significado. «Que importa isso, se agora temos o Euro, se já não há o drama de o País ter de obter divisas para pagar o défice, ironizou, numa alusão ao que «eles dizem», para logo observar que «omitem que os Euros não caem do céu, que o País tem de produzir os Euros necessários para pagar o défice».

Por uma polícia mais responsável Liberdade sindical para os profissionais da PSP

Esteve finalmente em debate, depois de muitas hesitações que marcaram a posição do Governo, a proposta de lei que regula o exercício da liberdade sindical para a Polícia de Segurança Pública. Assumindo as suas responsabilidades políticas, desde há muito conhecidas e vertidas em anteriores iniciativas legislativas por si subscritas sobre estas matérias, a bancada comunista reiterou a sua convicção, pela voz de João Amaral, de que «o reconhecimento da liberdade sindical é um progresso jurídico, para uma polícia melhor e mais próxima dos cidadãos».

Trata-se, por outras palavras, por via deste diploma a votar no próximo dia 17, de «dar corpo a uma PSP de maior cidadania e mais próxima das suas congéneres da União Europeia no que respeita ao exercício dos direitos fundamentais, incluindo a liberdade sindical».

Tal só foi possível, lembrou-o João Amaral, devido à «determinação, ao espírito de sacrifício e ao sentido de responsabilidade» revelado nestes últimos quase vinte anos por muitos e muitos profissionais da PSP, aos quais se deve a demonstração,

Lembrado por Octávio Teixeira foi ainda o caso da inflação, que, em vez dos previstos dois por cento, atinge os três por cento, «e ainda a procição vai no adro». Neste capítulo, para a bancada do PCP, o problema não reside por exemplo em saber se isto afecta ou não o cumprimento dos critérios da moeda única do pacto de estabilidade.

Essa não é a questão substantiva, esclareceu o deputado comunista. O problema é outro e prende-se com o facto de, em sua opinião, os trabalhadores estarem a ser «lesados nos seus rendimentos reais».

Octávio Teixeira vai mesmo mais longe e não hesita em acusar o Governo de «ter enganado os trabalhadores», desde logo os da Função Pública, mas também todos os restantes. Porquê? «Porque - esclareceu -, quer num caso, quer noutro, as respectivas negociações colectivas tiveram como referencial básico a inflação virtual de dois por cento oficializada pelo Governo.» Daí a exigência por si reiterada de «acções correctivas» por parte do Executivo, que minimizem os impactes negativos resultantes dessa incorrecta avaliação que mais uma vez estão a recair sobre os trabalhadores.

Mas à atenção do dirigente comunista não escapou também o recente anúncio da actualização extraordinária de algumas pensões para o dia 1 de Junho. A 12 dias das eleições, uma tal medida, sublinhou, só pode ser encarada como tendo um «objectivo eleitoralista», em tudo idêntico à anunciada reformulação da tabela de retenções na fonte em sede de IRS.

Para Octávio Teixeira, mais ainda do que eleitoralismo, poderemos estar em presença de uma «fraude contra os contribuintes», uma vez que, explicou, apresentando a receita uma evolução de acordo com o previsto - indiciando «uma razoável adequação das tabelas às alterações introduzidas no OE em tributação de IRS», precisou - o anúncio de novas tabelas visa apenas «adoçar a boca» dos contribuintes em 1999 para, ulteriormente, no ano 2000, «quando forem feitas as liquidações definitivas de IRS, algumas centenas de milhares de famílias serem obrigadas a fazer pagamentos adicionais».

«Isto não é fazer política; isso seria, pura e simplesmente, burlar os eleitores», acusou.

Directores de serviços



Foi aprovada na passada semana, em votação final global, por unanimidade, o projecto de lei do PCP

que torna extensivo aos maiores municípios a possibilidade de disporem de directores de serviços para coadjuvarem os eleitos na gestão municipal. Trata-se de uma medida da maior importância face à reconhecida redução de disponibilidade e de falta de condições a que estão sujeitos muitos eleitos em consequência do crescente volume de solicitações que lhes é imposto pela gestão municipal, sobretudo em municípios que, pela sua dimensão e densidade populacional, impõem um elevado volume de deliberações, actos e procedimentos administrativos e uma mais complexa estrutura de serviços.

A possibilidade agora aberta pelo diploma de um envolvimento efectivo do pessoal dirigente, designadamente ao nível de directores municipais em funções, na coadjuvação do Presidente da Câmara na preparação das decisões e na execução de todos os actos de gestão municipal constitui, assim, como refere a sua nota preambular, «um factor capaz de, sem prejuízo do poder de deliberação sediado no órgão autárquico, contribuir para um mais eficaz e célere andamento dos processos, diminuição dos prazos de resposta e prontidão de atendimento das diversas solicitações decorrentes do funcionamento dos serviços e da gestão em geral».

Regulamento disciplinar da GNR



«Um passo indispensável para a modernização da GNR», assim classificou o deputado comunista

António Filipe a proposta do Governo de regulamento disciplinar para aquela força de segurança, em debate no final da semana transacta. Trata-se, em sua opinião, de um «passo positivo», ainda que, observou, «muito curto no sentido de transformar a GNR numa força de segurança adequada à Constituição que temos e ao tempo que vivemos».

Criticando os que se opõem a qualquer mudança no regime disciplinar da GNR, António Filipe assinalou que «só podem ser os mesmos que são responsáveis pela aplicação, nesta força de segurança, de medidas disciplinares inconstitucionais que só enovalham a instituição e os seus profissionais». Apesar da sua avaliação positiva ao conteúdo do diploma, o parlamentar do PCP não deixou de chamar a atenção para alguns aspectos que, do seu ponto de vista, carecem de correcção, como sejam, exemplificou, a disposição que obriga os membros da GNR a estarem «permanentemente prontos para o serviço ainda que com sacrifício dos interesses pessoais» ou ainda o «sistema de recurso das decisões disciplinares».

Jugoslávia Fim-de-semana sangrento

O anúncio da Presidência jugoslava de que está disposta a aceitar os princípios do G-8 (os sete países mais industrializados e a Rússia) para uma solução do conflito no Kosovo foi saudado pela NATO com mais um fim-de-semana de sangrentos ataques contra alvos civis na Jugoslávia.

Entre os «alvos legítimos», como lhes chama a Aliança, contam-se dezenas de pessoas que atravessam a ponte de Varvarin no momento em que foi bombardeada, um sanatório em Surdulica onde vivem refugiados e uma coluna de jornalistas estrangeiros que se deslocavam para Prizren, no sul do Kosovo.

Como a Rússia repetidamente tem denunciado, sempre que no horizonte desponta algum sinal de que a diplomacia pode levar a melhor sobre a força das armas a NATO intensifica os seus ataques de forma brutal. Voltou a suceder nos últimos dias. Depois de na sexta-feira a Presidência jugoslava ter aceite uma nova proposta de Viktor Tchernomirdin sobre a força de paz a enviar para o Kosovo (que incluiria países da Aliança Atlântica mas não os directamente implicados nos bombardeamentos contra a Jugoslávia), e de divulgar um comunicado em que expressamente se afirma que «a Jugoslávia está de acordo em que o Conselho de Segurança da ONU adopte uma resolução em conformidade com a Carta das Nações Unidas» para resolver o problema do Kosovo, os aliados parecem ter ficado sem argumentos.

Enquanto a França e a Alemanha admitiam convocar «uma reunião do G-8 ao mais

alto nível, para avaliarmos o que se está a passar e agirmos em consonância», como afirmaram Chirac e Schroeder na cimeira franco-alemã de Toulouse, o comando operacional da NATO aproveitava o bom tempo para novas carnificinas.

Pelo menos 11 pessoas foram mortas e quarenta ficaram feridas no bombardeamento de uma ponte em Varvarin, a 160 quilómetros ao sul de Belgrado. Três projecteis foram disparados contra a

ponte, cerca das 13 horas locais, onde se encontravam numerosas pessoas e automóveis. A agência noticiosa Tanjug admite que o balanço de vítimas mortais possa ser mais elevado, uma vez que a ponte ficou completamente destruída e várias viaturas se despenharam no rio. A NATO, segundo um comunicado emitido em Bruxelas, declarou que se tratava de um alvo «seleccionado e legítimo» porque a ponte servia de «linha de comunicação».

O bombardeamento danificou ainda vários edifícios, nomeadamente o hotel Plaza, a câmara municipal e a igreja da Santa Virgem, e privou a cidade de electricidade e comunicações telefónicas.

Também uma coluna de jornalistas estrangeiros que se dirigia para Prizren, no sul do Kosovo, esteve na mira dos aliados. O condutor de uma das viaturas morreu e pelos menos uma jornalista britânica (Eve Prentis) e um intelectual francês (Daniel Schiffer), ficaram feridos com gravidade, segundo o Centro de Informação de Pristina. No mesmo ataque terá também ficado ferida, sem gravidade, a jornalista portuguesa Elsa Marujo, da RTP.

Na madrugada de segunda-feira, para além de uma série de outros ataques, foi bombardeado um sanatório em Surdulica, a leste de Pristina, provocando a morte de pelo menos onze pessoas e vários feridos. É a segunda vez que o sanatório é

bombardeado; no anterior ataque morreram 25 civis.

Os exemplos são elucidativos do espírito de «paz» que guia as acções da NATO. E mais significativos ainda se se tiver em conta que, a crer nas palavras do primeiro-ministro italiano, Massimo D'Alema, «os próximos quatro ou cinco dias são decisivos» para se alcançar uma solução negociada para o conflito na província sérvia do Kosovo.

«Estamos perto da paz», disse D'Alema no sábado, em Roma, comentando a aceitação por parte de Belgrado do plano do G-8.

Cabe perguntar se a persistência da NATO no ataque a alvos civis contribui de alguma forma para uma paz que não seja a dos cemitérios.

Alemanha

Socialistas e social-democratas acusam a NATO e o neoliberalismo

Membros da direcção do SPD alemão e do PS francês, assim como deputados dos respectivos grupos parlamentares no Bundestag, na Assembleia Nacional e no Senado, condenam num documento conjunto os bombardeamentos da NATO contra a Jugoslávia e os «retrocessos sociais» do «neoliberalismo».

Aqueles social-democratas e socialistas exprimem a necessidade de se sair «o mais depressa possível do impasse criado pela intervenção da NATO».

Depois de exigirem «o fim dos bombardeamentos», os signatários esclarecem que o seu prosseguimento «não abre qualquer perspectiva para uma solução pacífica da situação no Kosovo. Antes pelo contrário constitui um obstáculo à obtenção de um consenso no Conselho de Segurança da ONU e impede as partes em conflito no interior da Jugoslávia de encontrarem elas próprias uma solução pacífica».

No documento reconhece-se ainda que se estabeleceu nos respectivos partidos uma tendência que «defende o credo neoliberal encoberto pelas cores do modernismo» (trata-se de um claro repúdio da chamada terceira via blairista), e acusa-se os adeptos do neoliberalismo na Europa de «ao reforçarem as exigências do capitalismo financeiro internacional» terem imposto a «todos os povos importantes retrocessos sociais apesar dos nossos países nunca terem sido tão ricos como hoje». Particularmente a União Europeia tem sido utilizada para «intensificar a desmontagem social e limitar a soberania dos povos». Aqui reside segundo os signatários uma das razões da actual onda de «desconfiança» que alimenta o «chauvinismo» e o «nacionalismo étnico», o qual não se confina aos Balcãs mas incendeia os Estados da UE, como mostra o sucesso dos «partidos racistas» em muitos países da União Europeia.

Os autores do manifesto constatarem a incapacidade dos socialistas e social-democratas que neste momento governam 13 dos 15 países da EU em desenvolverem uma «estratégia ofensiva e eficaz» contra a «crise actual», contra o reforço dos partidos de extrema-direi-

ta e contra «a pressão da globalização neoliberal sobre as conquistas democráticas e sociais».

Grande manifestação em Colónia contra a guerra e pelo emprego

Mais de trinta mil pessoas participaram no último fim-de-

patente a oposição à agressão militar.

Entre os numerosos blocos de manifestantes de várias nacionalidades e organizações destacava-se uma forte presença do partido comunista alemão, DKP. Não só da Europa mas também da Índia e do Brasil vieram grupos de manifestantes para lembrar as responsabilidades da União Europeia na crise que alastra no terceiro mundo. Vários oradores, como Pietro

Marcha Europeia

Uma delegação portuguesa, composta por membros do PCP emigrados na Alemanha, participou na manifestação europeia contra o desemprego, a precariedade, a exclusão, o racismo e a guerra, que decorreu em Colónia, no sábado, e que contou com a participação de algumas dezenas de milhares de pessoas, vindas de vários países da Europa.

Esta manifestação, realizada na mesma cidade onde terá lugar a Cimeira Europeia que começa amanhã, ficou marcada por uma forte participação de jovens e foi caracterizada por um ambiente de grande combatividade. De assinalar também as intervenções feitas na tribuna, assim como as palavras de ordem gritadas durante a manifestação, reivindicando a saída da Nato dos Balcãs e o fim da guerra na Jugoslávia.

-semana numa grande manifestação organizada pelo movimento das marchas europeias contra o desemprego em Colónia.

A iniciativa que inicialmente se destinava a protestar fundamentalmente contra a existência de cerca de vinte milhões de desempregados na União Europeia, cuja cimeira terá lugar naquela cidade no dia 3 de Junho, transformou-se numa impressionante manifestação contra a guerra e os bombardeamentos da NATO. Em numerosas faixas onde se podia ler «NATO e Alemanha fora dos Balcãs», «Acabem com os bombardeamentos» ou ainda «Paz e Socialismo» era

Maestri da aliança italiana contra a guerra, sublinharam que «não haverá jamais justiça social enquanto a guerra for utilizada como um instrumento da política». Maestri focou ainda a necessidade de a Europa se «despedir definitivamente da NATO e de Maastricht».

Segundo o diário «Junge Welt», uma representante da marcha europeia fez notar que «nós os desempregados, trabalhadores e emigrantes europeus é que temos de pagar as bombas com que hoje se bombardeia a Jugoslávia e com que amanhã serão reduzidas a cinzas a Bielorrússia, a Ucrânia e a Rússia».

Jirinovski derrotado

em Belgorod Vladimir Jirinovski, o dirigente ultranacionalista russo, foi derrotado domingo nas eleições para governador de Belgorod - uma região agrícola perto da Ucrânia -, de acordo com os primeiros resultados divulgados segunda-feira pela agência Interfax. Quando estavam escrutinados 80 por cento dos votos, Jirinovski contava com apenas 17,4 por cento dos votos, a grande distância do governador cessante Evgueni Savtchenko, com 53,4 por cento. Em segundo lugar encontrava-se Mikhail Beskhamelnitsyne, um independente apoiado pelos comunistas, com 19,8 por cento dos votos. Observadores políticos pensam que o partido de Jirinovski, o Partido Liberal Democrata da Rússia (LDPR), deverá quase desaparecer nas próximas legislativas de Dezembro.

Começou julgamento de Oçalan

O julgamento do dirigente histórico do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), Abdullah Oçalan, acusado de «traição à Turquia», começou segunda-feira na ilha-prisão de Imrali, no mar de Marmara, rodeado de um impressionante dispositivo de segurança. Oçalan, que enfrenta a pena de morte caso seja considerado culpado, é acusado de responsabilidade por todas as acções do partido separatista curdo durante os últimos 15 anos de luta armada. O julgamento decorre numa antiga sala de cinema da prisão, onde Oçalan é o único detido. O réu encontra-se numa cela de vidro à prova de bala e de bombas.

China acusa EUA pelos incidentes de Tiananmen

A comissão de relações externas da Assembleia Nacional Popular (ANP) chinesa divulgou um documento no final da semana passada em que atribui a responsabilidade dos incidentes de Tiananmen, em 1989, a «uma série de pessoas, dentro e fora da China». A ANP acusa «forças contrárias» à China nos Estados Unidos e noutros países ocidentais de terem estado envolvidos nos acontecimentos e usado os meios de comunicação para manipular a informação e confundir a comunidade internacional. A comissão de relações externas aponta o facto de as referidas forças terem oferecido asilo e ajudado a fugir do país os «criminosos» que lideraram a contestação, incentivando-os a prosseguirem as suas actividades contra o governo chinês. Neste contexto, os bombardeamentos contra a Jugoslávia e o ataque à embaixada da China em Belgrado são apontados como exemplos da «hipocrisia» dos EUA em matéria de defesa dos direitos humanos. Segundo a comissão, a experiência dos últimos 10 anos «prova que, se o governo chinês não tivesse tomado decisões correctas nesse momento, não haveria hoje estabilidade política nem o formidável progresso económico e social registado» no país.

Novo conflito em Caxemira

O governo indiano aceitou receber o ministro dos Negócios Estrangeiros paquistanês para debater o conflito de Caxemira, na segunda-feira.

A Índia considerou, pouco tempo antes, que se desenvolveu «uma situação comparável à da guerra». «É uma espécie de invasão, uma agressão, uma tentativa de modificar a fronteira e ocupar territórios», afirmou o primeiro-ministro, Atal Behari Vajpayee.

Apelando ao Paquistão para retirar os guerrilheiros infiltrados em Caxemira, Nova Deli voltou a ameaçar com a intensificação dos ataques.

O Paquistão não tardou a responder. «Não hesitaremos em utilizar todas as armas do nosso arsenal para defender a nossa integridade territorial», declarou o ministro dos Estrangeiros de Islamabad, acrescentando que o seu país pretende resolver o diferendo «pacificamente», mas que esse desejo não deve ser considerado como «uma confissão de fraqueza».

O Irão ofereceu-se para mediador, na sua qualidade de presidente da Organização da Conferência Islâmica, mas ainda não obteve resposta. Entretanto, a Índia rejeitou «firmemente» a intervenção das Nações Unidas. «Disse com firmeza a Kofi Annan (secretário-geral da ONU) que se se trata de um emissário, então ele deverá deslocar-se a outro lado, ao Paquistão e não à Índia. Foi o Paquistão que nos atacou e violou o nosso território», afirmou o primeiro-ministro indiano.

De acordo com as autoridades de Nova Deli, cerca de 600 guerrilheiros - incluindo 125 soldados paquistaneses e talibãs afegãos - infiltraram-se na parte de Caxemira sob o controlo indiano com a cobertura de forças do Paquistão.

Emigrantes em França

■ Texto: Isabel Araújo Branco ■ Fotos: Sérgio Moraes

No caminho de uma Europa

Os problemas dos emigrantes portugueses são bem conhecidos: salários baixos, falta de apoios oficiais, níveis de instrução débeis, entre outros. O «Avante!» foi a França visitar algumas comunidades emigrantes e contactar directamente com os portugueses que lá residem. Nesta edição, abordamos as questões laborais e a acção e propostas da CDU. No próximo número, falaremos das histórias, dos percursos, das questões de integração, da ligação a Portugal e dos problemas que afectam a segunda e a terceira gerações.

«Dar força à CDU é dar força a uma política que defende os interesses dos trabalhadores portugueses e de Portugal no quadro europeu.» A frase é de António Topa, membro do Secretariado do PCP na região de Paris, e encaixa-se inteiramente no trabalho que a CDU desenvolve junto dos emigrantes portugueses.

Em França, o PCP está numa fase de reestruturação e dinamização, procurando dar uma maior visibilidade das suas propostas e iniciativas e apelando à mobilização dos jovens. Os frutos começam já a aparecer. Há cerca de três meses surgiu um núcleo da JCP na zona de Paris, composto por jovens entre os 16 e os 25 anos.

Com dificuldades em chegar às pessoas através da comunicação social, a CDU aposta no contacto directo e os resultados são bastante positivos. As acções de propaganda nos mercados e outras zonas onde os portugueses se concentram têm sido bem recebidas e prova disso é que poucos papéis se encontram no chão após quatro ou cinco horas de distribuição.

«Consideramos que as nossas ideias são as mais válidas, são aquelas que correspondem de facto aos anseios do povo português em geral», afirma António Topa. «Como dizia José Gomes Ferreira, "tudo vai de não esmorecer. Lutar, lutar sempre". Porque estamos a lutar pela verdade, pelo bem-estar, por mais felicidade, por mais participação cívica», acrescenta.

Propostas da CDU

Entre outras medidas, a CDU defende o alargamento do ensino da língua portuguesa a mais escolas e a mais alunos. Para isso o apoio oficial é fundamental, coisa que tem faltado desde sempre. A maioria das escolas foi formada por pessoas ligadas ao movimento associativo, muitas vezes isoladas do Ministério da Educação, das embaixadas e dos consulados. Nesta área, a CDU propõe ainda uma reformulação do papel do Instituto Camões na divulgação da cultura nacional.

A desburocratização dos serviços oficiais, nomeadamente os serviços consulares, é outra medida reivindicada, assim como o aprofundamento da formação profissional e linguística, a canalização das poupanças dos emigrantes para actividades produtivas e o acompanhamento social dos reformados. Hoje em dia, 250 mil portugueses preparam-se para se aposentar.

Para a CDU, os problemas ligados à juventude devem ser reflectidos, de forma a poder dar resposta às necessidades e problemas das segunda e terceira gerações de emigrantes.

Outra medida é a desvinculação da emigração do Ministério dos Negócios Estrangeiros e a ligação a uma entidade ligada ao primeiro-ministro, porque, como explica António Topa, «os emigrantes e os seus problemas tocam todos os ministérios».

«Vivemos, ouvimos e queremos intervir de uma forma positiva para a generalidade da população. O que não queremos é ficar só na teoria», sustenta.

O objectivo da Coligação é construir uma Europa social que dê prioridade ao emprego, uma Europa democrática em que todos participem activamente, uma Europa solidária e justa com uma visão de cooperação e não de guerra económica.



Depois de chegarem ao país de acolhimento, pouco é o apoio que os portugueses recebem das entidades oficiais

Apatia política

A apatia política é um dos principais problemas com que a CDU tem de lidar. Poucos são os emigrantes que votam, ou porque não estão recenseados ou porque não estão actualizados. Mesmo entre os inscritos muitos não participam nas eleições.

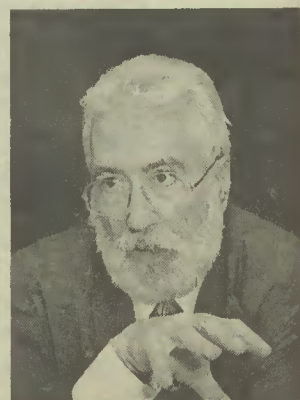
«Travamos a luta também pelo recenseamento. Não é só um direito que nos assiste, é também um dever. É claro que preferimos que depois as pessoas escolham a CDU, mas o voto não é nosso», defende António Topa.

«Viver a política à distância é complicado, torna as coisas três ou quatro vezes mais difíceis», diz João Ramos, sindicalista (ver entrevista nestas páginas). Américo Martins, 32 anos, militante do PCP, avança outra razão: a falta de cultura. «Muitos só se interessam pelo dinheiro. Há muita ignorância. Não condeno, talvez sejam assim por aquilo que sofreram no tempo do Salazar.»

Uma das queixas do eleitorado é ser visitado pelos políticos apenas nos períodos eleitorais. «Não nos podem fazer essa crítica, porque nós intervimos continuamente. Nós não aparecemos só na campanha, estamos constantemente presentes, na vida de todos os dias», afirma Topa.

«Somos a única força que sempre concorreu com candidatos da emigração nas legislativas, pessoas conhecedoras dos problemas da emigração e que a emigração conhece e respeita. O nosso programa é o reflexo dos reais problemas dos emigrantes», sublinha.

Ainda existem muitos preconceitos contra o PCP. «A nossa grande dificuldade é divulgar o mais possível as nossas propostas e fazer com que as pessoas perciam o medo aos comunistas, aquele fantasma... É difícil porque os militantes do Partido ou as pessoas que defendem ideias de esquerda são afastadas de cargos públicos. Há uma repressão por parte das instituições oficiais. Enquanto povo português e enquanto emigrantes ainda estamos



António Topa

«Somos a única força que sempre concorreu com candidatos da emigração. O nosso programa é o reflexo dos reais problemas dos emigrantes», afirma António Topa



A iniciativa coube sempre às associações de emigrantes. O ensino do português é exemplo disso

O papel das associações de emigrantes

As associações de portugueses desempenham um papel fundamental no apoio aos emigrantes e na divulgação da cultura. A maioria foi criada na década de 70. Na história do movimento associativo são escassos os apoios oficiais. António Topa refere que «o Governo português nunca teve uma política de emigração e sempre andou a reboque do movimento associativo», dando como exemplos o ensino do português e as geminações de cidades portuguesas com francesas.

«Os melhores embaixadores sempre foram e continuam a ser as associações. Na maior parte dos casos, funda-

das por pessoas com algumas carências de formação, mas que se tivessem sido ajudados tecnicamente por quem tem responsabilidade de o fazer - o Governo português - teriam evoluído de uma forma diferente», defende.

Muitos emigrantes têm o sonho de voltar a Portugal, mas enquanto isso não acontece entretêm as saudades dando dois dedos de conversa com os amigos na associação da vila, falam da casa que andam a construir há anos, praticam o português cada vez mais enferrujado, distraem-se com a peça de teatro que é levada à cena, consultam os jornais da zona de origem, assistem

a um espectáculo do rancho folclórico, dão uns chutos na bola.

É uma forma de não perderam o contacto com a sua terra e com a sua gente, de encurtar a distância do país que deixaram há tantos anos para poder ter uma vida melhor. É a maneira que encontram de mitigar a dor que sentem por estarem longe da família, da mãe velhinha que os espera no Verão, da horta onde plantaram com tanto carinho os legumes que só no próximo Agosto comerão.

Fazem-no para que os filhos não se esqueçam da língua dos pais, para que possam conversar com os primos portu-

gueses e para que «não passem nenhuma vergonha» quando chegarem à aldeia só a falar francês. Fazem-no para fazer desaparecer os muitos anos que foram passados em França, tantos que é preciso fazer contas de cabeça para os traduzir em números.

Fazem-no para que a próxima semana de trabalho corra melhor, para que as costas não doam a quem trabalha no «bâtiment» e as mãos de quem está nas limpezas não sofram com a dureza da lixívia, sempre com o objectivo de os filhos tirarem um curso superior e arranjam um bom emprego.





Um bom resultado da CDU é uma vitória para Portugal

Entrevista com Carlos Carvalhas

Uma vez a integração de Portugal na Europa efectuada, os comunistas portugueses, que se haviam oposto ao processo, passaram a lutar, nas instituições europeias e fora delas, pela defesa dos interesses do País e do povo, mas também por uma Europa de Paz e Cooperação. Mas que balanço geral se faz, entretanto, destes anos? Quais os aspectos mais salientes – positivos e negativos – da integração?

Carlos Carvalhas – Nós somos realistas e, depois da integração, a nossa postura foi de tudo fazer para potenciar aquilo que era positivo e, por outro lado, limitar ou entrarvar tudo o que havia de negativo. Já estamos no Parlamento Europeu há mais de 13 anos e creio que a nossa intervenção fala por si.

Mas devo dizer que, na altura em que aderimos, a própria Comunidade era diferente, chamava-se Comunidade Económica Europeia. Logo a seguir, veio o Acto Único, que cria o mercado único e, simultaneamente, quase duplicam os fundos estruturais precisamente para que os países mais atrasados aceitassem o desmantelamento das fronteiras fiscais. O Tratado de Maastricht e mais recentemente o Tratado de Amsterdão alteraram profundamente a CEE a que aderimos. Portugal beneficiou de fundos comunitários importantes que permitiram grandes realizações sobretudo no domínio das obras públicas, mas também se viu confrontado com a abertura do seu mercado num quadro

de uma economia muito débil. As consequências estão hoje à vista de todos nas pescas, na agricultura e na indústria, onde foram liquidados importantes sectores como da metalomecânica pesada. Temos agora uma economia muito mais dependente e subcontratada, com problemas que se agravarão no futuro.

A nossa situação seria melhor se não tivéssemos entrado na CEE?

A questão é um exercício académico. Naturalmente que não

“Com a integração, Portugal beneficiou de fundos comunitários importantes que permitiram grandes realizações mas temos agora uma economia muito mais dependente e subcontratada”

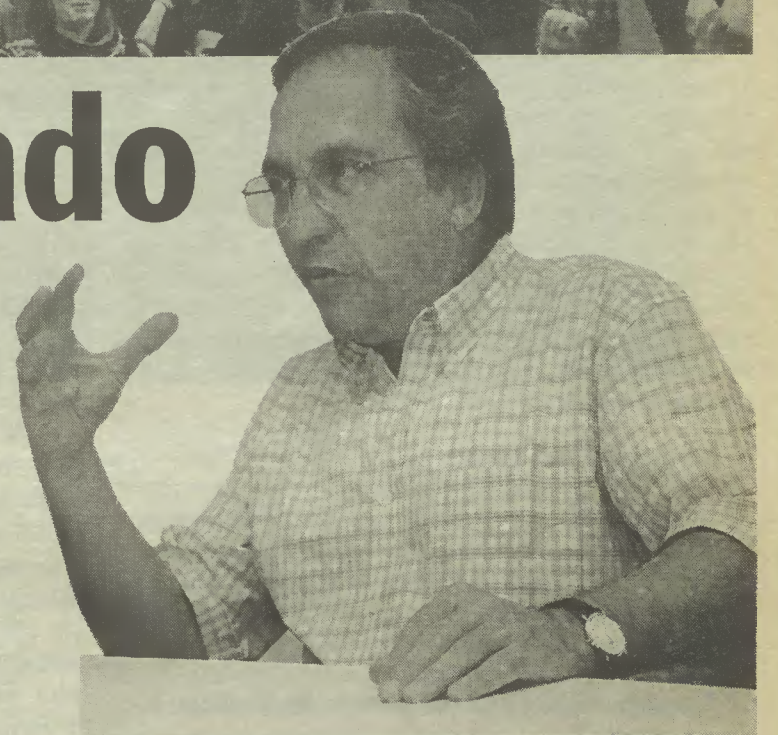
teríamos beneficiado dos fundos estruturais, mas deveríamos ter tido mais tempo para adaptar o nosso aparelho produtivo. Em relação à agricultura, de início houve algum olhar para a sua especificidade. Isto porque as políticas europeias iam todas no sentido de diminuir a produção e eliminar os excedentes, os chamados lagos de leite, as montanhas de manteiga. Mas o nosso problema nunca foi produzir muito mas produzir pouco. Contudo, o governo da altura optou por vender os prazos de transição por um prato de lentilhas e o que se verificou foi a crescente degradação da nossa agricultura.

Mas a agricultura portuguesa não era competitiva face aos outros países...

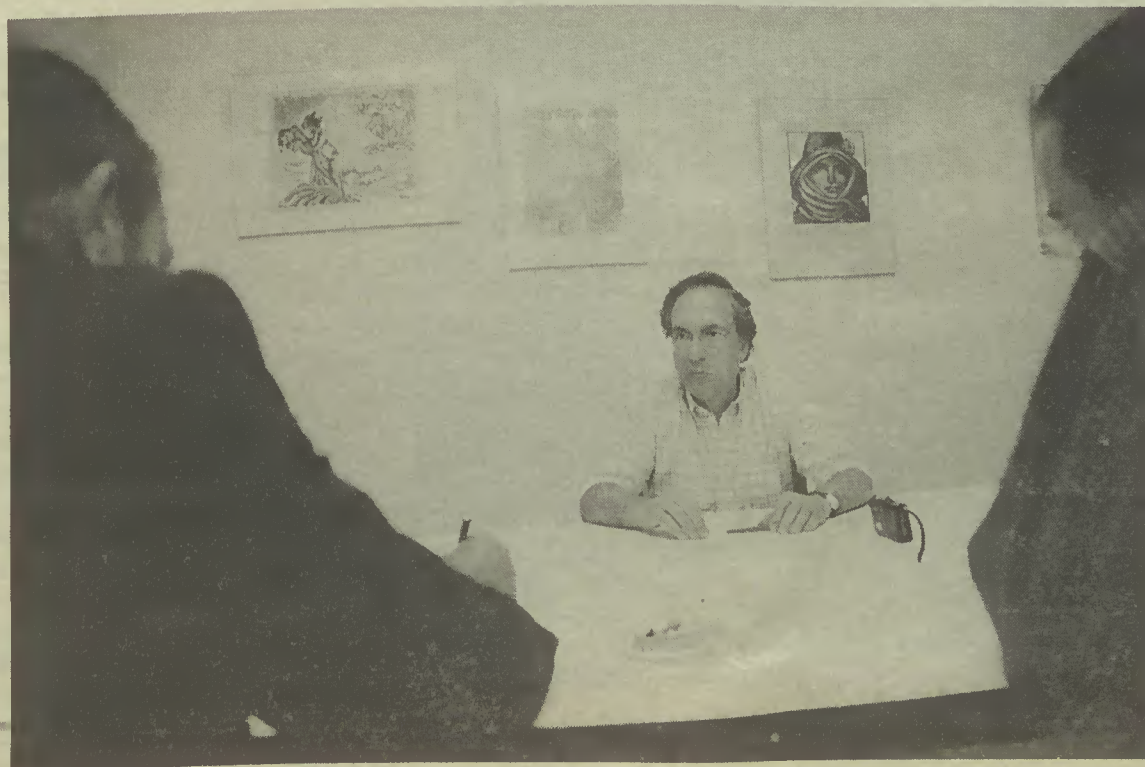
Pois não. Mas em vez de se modernizar para poder sê-lo, tem vindo a ser destruída, o que acelerou a desertificação e envelhecimento do interior do nosso país.

Quais são as perspectivas para a economia portuguesa?

Hoje, estamos numa outra fase de integração. Fazemos parte da União Europeia, estamos numa União Económica e Monetária e aderimos ao Euro, o que coloca sérias questões

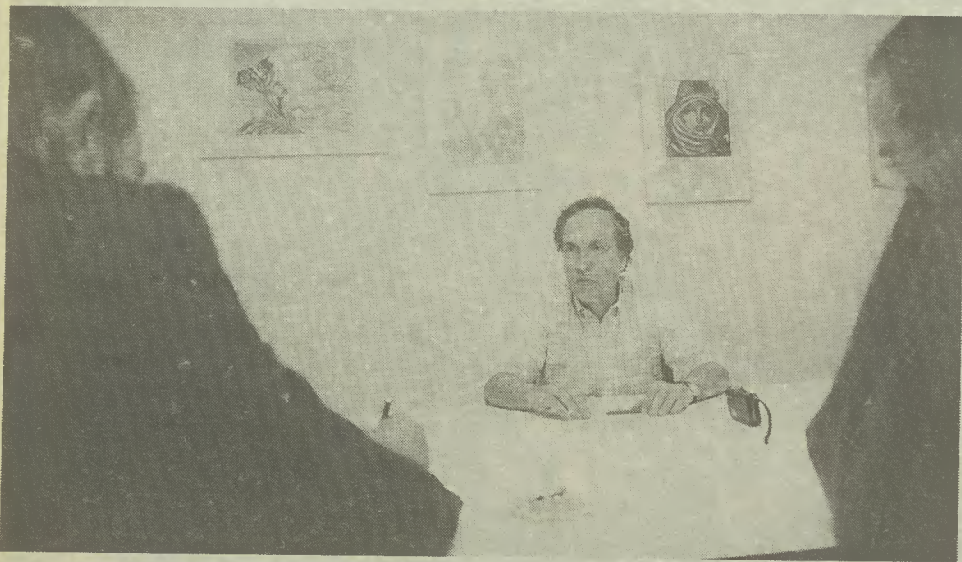


Entrevista conduzida por Leandro Martins e Carlos Nabais ■ Fotos de Jorge Caria



Entrevista com

Carlos Carvalhas



a Portugal, como país independente, e à economia portuguesa. Basta olharmos para os défices assustadores da balança comercial e de transacções correntes, nomeadamente com a vizinha Espanha, para percebermos que a produção nacional está a ser substituída cada vez mais pela produção estrangeira, o que tem reflexos no emprego, na fragilidade dos laços laborais, na perda de direitos. Ou seja, as ofensivas contra os direitos laborais ou contra a segurança social (o chamado Estado providência que nunca chegámos sequer a tê-lo) são um resultado da intensificação da exploração e do tal mercado aberto, onde as economias frágeis enfrentam grandes dificuldades.

É um quadro preocupante?

Sim, mas não temos uma atitude negativista. O que tem mais marcado a nossa intervenção é uma atitude positiva, com a apresentação de soluções para superar os problemas e é reconhecido, mesmo pelos nossos adversários, que o PCP e os seus deputados sempre procuraram potenciar o poder negocial de Portugal.

É possível defender melhor os interesses nacionais nas instâncias europeias?

Sempre pensamos que sim e criticamos o Governo por claudicar ou ficar satisfeito quando alcança resultados modestos.

Estás a referir-te às negociações da Agenda 2000?

Por exemplo. Aí o Governo obteve um empate para Portugal e

Um bom resultado da CDU é uma vitória para Portugal

ficou satisfeito. Naturalmente que podíamos perder e havia uma grande pressão nesse sentido, mas quando ficamos satisfeitos com um empate é sinal que à partida o objectivo não era ambicioso e isso não é positivo para Portugal.

Reforçar a CDU

Desde as primeiras eleições que a CDU tem tido uma importante representação no PE, apesar de insatisfatória em termos numéricos. Aumentar o número de eleitos é sempre um objectivo. Quais são os outros objectivos centrais desta candidatura?

Temos apelado ao povo português para a necessidade do reforço da Coligação Democrática Unitária. Uma vitória da CDU não seria apenas uma vitória política desta coligação mas sobretudo uma vitória política de Portugal. Quando a imprensa diz que os três eleitos do PCP são deputados de cinco estrelas e que o seu trabalho corresponde a 35 por cento do trabalho realizado pelo conjunto dos 25 deputados portugueses, fica claro qual é o nível do nosso empenhamento na defesa dos interesses nacionais e na luta por um novo rumo para a construção europeia.

No entanto, nestas eleições somos confrontados com alguns problemas. Um deles é a falta de memória e, mesmo de cultura política, o que abre campo a algumas manipulações. Por exemplo, está a ser difundida a falsa ideia de que estas eleições são uninominais, como se se tratasse de eleger o Presidente da República, justificando-se assim o voto em Mário Soares para derrotar Pacheco Pereira.

É uma falsidade. No próximo dia 13 vão ser eleitos 25 deputados e nos boletins de voto não vão estar as fotografias dos cabeças de lista, mas sim as siglas dos partidos políticos. É o acto que mais se assemelha às eleições para a Assembleia da República.

Por isso, é preciso esclarecer que quantos mais deputados a CDU eleger mais força teremos para dar voz aos trabalhadores, aos que defendem a independência de Portugal e um novo rumo para a construção europeia.

Mas no Parlamento Europeu, os deputados do PCP terão sempre um peso relativo diminuto.

No Parlamento Europeu, os comunistas portugueses não estão sós. O Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica, onde estão integrados, é o quarto grupo do PE, tem trabalho e muito peso. Por outro lado, as forças que o integram subcreveram um documento onde, pela primeira vez, se comprometem a conjugar esforços sobre um conjunto de linhas fundamentais para a construção europeia.

A importância destas eleições, no actual momento político e num ano em que estão marcadas também as legislativas, transcendendo certamente a representação que a CDU vier a conseguir. O resultado que se obtiver no próximo dia 13 irá ter repercussões significativas na situação política nacional?

Terá com certeza. As eleições são para o Parlamento Europeu, mas os votos contam-se em Portugal. E mesmo os que agora dizem que se trata apenas de eleições europeias, depois dos votos contados, vão procurar tirar ilações para as eleições legislativas. Este é um alerta que temos de fazer àqueles que, mesmo no interior do nosso Partido, subestimam a importância destas eleições. Certamente que não há nenhum militante ou simpatizante do PCP que gostasse de ver na noite das eleições um mau resultado da CDU.

O que é um bom resultado?

Não fixamos nenhum objectivo quantitativo. Tudo o que seja reforçar quer a percentagem quer o número de deputados será um passo em frente. Sabemos que nestas eleições há muitas incógnitas. Desde logo a abstenção, que pesa muito no nosso Partido, uma vez que uma grande massa do nosso eleitorado situa-se nos grandes centros industriais, sobretudo nas áreas metropolitanas, que são exactamente aquelas onde as pessoas mais se deslocam nestes feriados. Lembro que nas últimas eleições para o PE houve 60 por cento de abstenção, o que afectou também o resultado da CDU.

Mistificações e velharias

Como se situa a candidatura dos comunistas e dos seus aliados na CDU face às restantes candidaturas? Alguns comentadores têm feito notar o facto de o PS e o PSD terem, no fundo, a mesma postura face à Europa e de o PP andar lá perto...

Se não tivesse havido a «noite das facas longas» no PSD, os debates hoje seriam a três. Quem lá estaria era a Ilda Figueiredo, o Mário Soares e a Leonor Beleza. As picardias que agora assistimos entre o Paulo Portas e o Pacheco Pereira são para disfarçar a coincidência de pontos de vista sobre as matérias europeias. Entre a candidatura do PS e do PSD, podemos dizer que enquanto o Mário Soares é um militante federalista, o Pacheco Pereira é um federalista

envergonhado. Embora diga que não, ao defender um exército europeu e uma política externa comum está a dar passos no sentido do federalismo.

São dois partidos que aprovaram os Tratados de Maastricht e Amsterdão, estiveram de acordo com os critérios de Maastricht, com o euro, ou seja no fundamental têm estado de acordo. E embora estejam os dois contra a guerra na Jugoslávia, a verdade é que os partidos que representam estão a favor.

O agrupamento chamado de «bloco de esquerda» apresenta alguma novidade «à esquerda»?

Não, o Bloco de Esquerda é uma espécie de «esquerda por Lisboa» agora a concorrer no País, mas que não tem expressão a nível nacional, com salpicos de alguns independentes e propostas que são no essencial cópias das que há muito defendemos. Portanto, entre a cópia e o original é preferível escolher o original.

Mas ainda em relação às mistificações, é preciso alertar para a falsa questão difundida pelo PS de que quantos mais votos tiver mais possibilidades haverá de Mário Soares vir a ser eleito

“No próximo dia 13 vão ser eleitos 25 deputados e nos boletins de voto não vão estar as fotografias dos cabeças de lista, mas sim as siglas dos partidos políticos”



O reforço dos recursos próprios da UE também irá acentuar a tendência federalista. Isso não é uma contradição?

Seria uma contradição se os recursos próprios não estivessem ligados à criação do mercado único. A proposta então feita por Jacques Delors, o presidente da Comissão Europeia, previa fundos estruturais muito superiores aos que foram aprovados, exactamente porque sabia que o mercado único causaria grandes dificuldades às economias mais débeis. O que nós queremos é que pelo menos seja concretizada a proposta inicial dos fundos estruturais, e que os países mais ricos contribuam com a maior fatia para o orçamento comunitário.

O Tratado de Amsterdão, recentemente aprovado, introduz novas regras na União e com certeza encerra, além de aspectos negativos, alguns positivos. Qual é a apreciação que o PCP faz deste Tratado?

É negativa. Não pelos aspectos relativos ao alargamento das competências do Parlamento Europeu, que consideramos positivos, mas porque este Tratado foi a reafirmação do Tratado de Maastricht, e este sim trouxe alterações muito profundas na integração europeia, que colocam grandes interrogações quanto ao futuro.

Por exemplo, no caso de uma perda de competitividade de sectores como o calçado, os têxteis, ou de um choque assimétrico, isto é, uma perda de competitividade da nossa economia em relação às economias exteriores à União Europeia, Portugal não tem possibilidade de jogar nem com a moeda, nem com o orçamento. Gostava que os candidatos dos outros partidos respondessem a isto: o que é que o Governo português deve fazer numa situação destas? Fechar as empresas? Deve despedir? Deve diminuir os salários reais?...

Nós já vivemos hoje numa Europa com 50 milhões de pobres e com 20 milhões de desempregados. Os candidatos da direita dizem que a culpa é dos governos socialistas, mas quando os países eram governados pelos conser-

to presidente do Parlamento Europeu. É uma falsidade que só serve para lançar a confusão e concentrar votos no PS.

Não te parece que a questão levantada por Mário Soares sobre o famoso «imposto europeu» constituiu uma espécie de isco, em torno do qual se centraram os debates, com exclusão de outros temas e problemas mais interessantes?

Antes de mais, o imposto europeu é um tema velho dos federalistas e não um ideia original de Mário Soares ao contrário do que afirmaram alguns comentadores. Tanto é assim que já foi sujeito a votação e foi derrotado. Para além disso, tal como foi apresentado, seria mais um imposto indirecto sobre o consumo. Os impostos indirectos não têm em conta os rendimentos de cada cidadão. Tanto paga um trabalhador que ganha o salário mínimo em Portugal como um que ganha o salário mínimo em França, ou um grande capitalista. Tratar-se-ia portanto de mais um elemento federalista e de um imposto injusto ainda por cima destinado à guerra e que vai contra a nossa Constituição.

Coisa diferente seria uma espécie de taxa Tobin sobre as actividades especulativas e financeiras, que poderia ser cobrada em cada país e permitiria controlar os movimentos de capitais a curto prazo. Os fundos assim obtidos podiam ser destinados para a esfera da segurança social e para os serviços públicos e sociais.

Essa seria a solução para os recursos próprios da UE?

Seria uma solução. Porém, continuamos a defender que os recursos próprios da comunidade devem basear-se na riqueza de cada país.

O aumento dos recursos próprios da comunidade não significa também o avanço no caminho do federalismo?

Esta construção europeia já tem de facto elementos federalistas. Contudo, o facto de se terem dado alguns passos nesse sentido não significa que temos de percorrer o caminho todo. Em relação aos recursos próprios, entendo que eles deviam ser aumentados, com limites, para se poder dar resposta à criação da moeda única, este sim foi um passo federalista.

A moeda única, juntamente com os critérios de Maastricht e o Pacto de Estabilidade levam as economias mais desenvolvidas a afastarem-se cada vez mais das menos desenvolvidas. Se houver redistribuição por via orçamental poderá conseguir-se alguma compensação, mas isso só poderá ser feito se o orçamento da União for reforçado, dentro de determinados limites.

“Se não tivesse havido a «noite das facas longas» no PSD, os debates hoje seriam a três. Quem lá estaria era a Ilda Figueiredo, o Mário Soares e a Leonor Beleza”



Entrevista com Carlos Carvalhas

vadores, pela Thatcher, pelo John Major, ou pelo Cavaco Silva a situação era a mesma. Infelizmente não houve grandes alterações.

Pelo progresso e pela paz

A nossa pergunta é exactamente essa. Que perspectivas há de uma política de esquerda na Europa? Como já disseste o facto de os socialistas serem maioria e governarem em quase todos os países da UE não tem sido um factor dinamizador de uma política de esquerda.

De facto, a política dos governos socialistas é essencialmente neoliberal, por vezes com uma retórica de esquerda, mas que na prática não se afasta da anterior. E os que defendem políticas mais progressistas acabam por ser afastados, como foi o caso de Lafontaine, o ministro das Finanças alemão. Em relação à terceira via do «Tory» Blair acho que já está tudo dito.

Como comentas a submissão da Europa aos Estados Unidos na agressão da NATO à Jugoslávia?

Assim mesmo, como uma submissão triste que está a ter consequências graves. Hoje, ao mesmo tempo que a Europa está com mais dificuldades no plano económico, há quem diga que os Estados Unidos encontraram na guerra mais um balão de oxigénio para a «bolha» de Wall Street; o dólar valorizou-se enquanto o euro, criado para ser uma moeda forte e atrair capitais, desde a sua criação que não pára de perder valor face à divisa norte-americana. Para a nossa economia, a baixa do euro é positiva já que uma moeda forte é sempre um grande obstáculo às nossas exportações.

A campanha entrou agora na ordem do dia, mas os candidatos da CDU já se tinham lançado ao trabalho de esclarecimento. Após estas semanas, tem crescido o protagonismo da Ilda Figueiredo, como cabeça de lista. Boa escolha, portanto?

Creio que todos os que têm acompanhado sem preconceitos a intervenção de Ilda Figueiredo e dos restantes candidatos vêem que temos uma equipa coesa, que conhece os problemas, estuda os *dossiers*, que tem propostas de soluções e tem ideias. Quando os debates têm alguma profundidade isto salta à vista de todos; em contraste com os restantes candidatos.

Por exemplo, a ideia de Europa do Pacheco Pereira resume-se à necessidade do rápido alargamento da União aos países de Leste, com coesão económica e social, sob pena de virmos a ter novos *kosovos*. Ou seja, temos de ceder verbas porque senão mais tarde vamos ter de gastar dinheiro em armas. Isto não é nada!

A coesão económica e social não pode ser um princípio só traduzido a Leste, tem de sê-lo no próprio seio da actual União, onde se acentuam as desigualdades, e também nos países do sul e do terceiro mundo, porque senão os problemas vão continuar a colocar-se da mesma maneira.

Quanto à ideia de Mário Soares, de uma Europa como bloco político-militar, somos levados a interrogarmo-nos se esse bloco não teria feito a mesma opção em relação aos Balcãs?

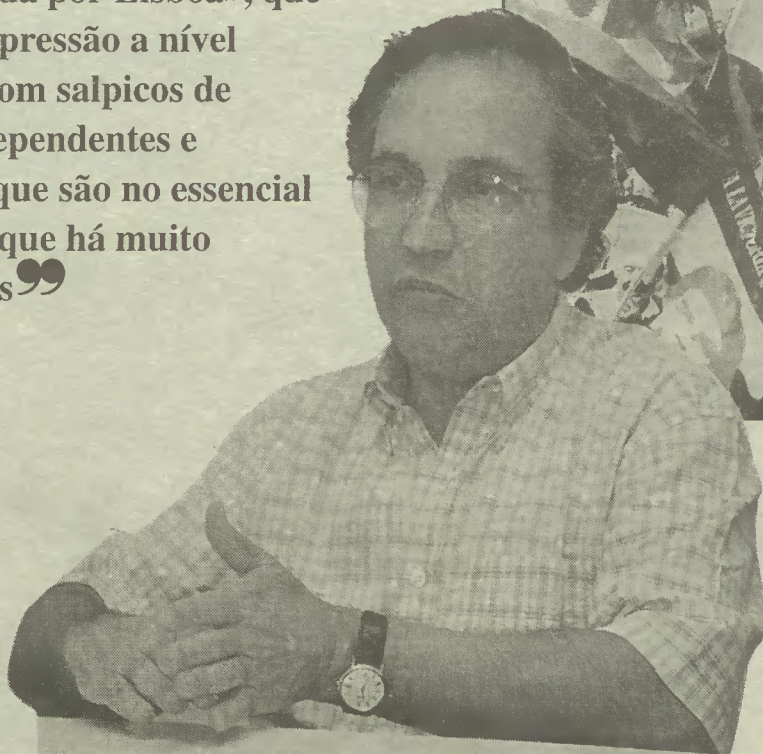
Se a Europa pretendesse equiparar-se aos EUA no plano militar isso desencadearia uma nova corrida aos armamentos. Para quê?

O PCP considera que é necessário passarmos a uma nova fase da humanidade, em que se proceda à eliminação dos armamentos de destruição massiva e se libertem os recursos para fins mais nobres. Não é sinal de modernidade entrarmos no séc. XXI com as mesmas chagas sociais com que os nosso antepassados acabaram o séc. XIX.

A mesma luta

Como já referiste, o trabalho dos deputados do PCP no Parlamento Europeu tem sido considerado, não apenas pelos comunistas, como exemplar. Apostar em Ilda Figueiredo para cabeça de lista quer dizer que se pensa reforçar o grupo com mais deputados?

“O Bloco de Esquerda é uma espécie de «esquerda por Lisboa», que não tem expressão a nível nacional, com salpicos de alguns independentes e propostas que são no essencial cópias das que há muito defendemos”



Não podemos separar as coisas. Aliás penso que a opinião pública e os cidadãos só compreenderão a importância destas eleições se lhes mostrarmos que a luta que travamos aqui contra o pacote laboral é a mesma que travamos no Parlamento Europeu.

Quando defendemos a nível europeu políticas agrícolas que salvaguardem os interesses dos pequenos e médios agricultores, designadamente uma outra modelação e distribuição dos fundos comunitários, estamos a lutar para que aqui em Portugal se altere a presente situação em que 60 por cento dos fundos de apoio vão para meia dúzia de latifundiários.

Nós não andamos com grandes abstrações sobre a Europa. Perguntamos tão somente: que Europa queremos, de paz ou de guerra? Qual é o modelo que se pretende? É o modelo americano do salve-se quem puder e da polarização da riqueza? Como é que se resolvem os problemas do desemprego e da pobreza e se inverte a acentuação das desigualdades? Como é que se traduz no concreto a coesão económica e social? Queremos uma Europa forte, xenófoba ou uma Europa aberta ao mundo? Queremos uma homogeneização e o esmagamento das culturas nacionais ou a promoção do diálogo entre elas com pleno respeito pela identidade dos povos? São estas as questões que consideramos fundamentais.

Mais uma vez o aparelho de Estado é acusado de ajudar à campanha eleitoral. Desta feita, aparece o PSD a queixar-se, esquecido do tempo em que detinha o poder. Há diferenças substanciais a assinalar?

Não, a cantiga é a mesma. Os ministros e secretários de Estado andam numa verdadeira azáfama, chegando mesmo a atropelarem-se uns aos outros nas visitas que fazem. Já aconteceu dois membros do governo deslocarem-se ao mesmo local sem um saber da visita do outro. O melhor será os serviços fazerem um mapa das deslocações ministeriais, para evitar tantas coincidências.

Depois de teres participado já em numerosas iniciativas do PCP e da CDU, como achas que está a reagir o Partido através das suas organizações, no empenhamento necessário para obter um bom resultado?

O núcleo mais activo, mais dinâmico do Partido, compreendeu a importância destas eleições e mostra uma dinâmica muito interessante que a manter-se irá certamente dar bons resultados. Mas depois a nível geral do país nota-se um grande alheamento que também atingirá os simpatizantes e cidadãos votantes da CDU. O combate à abstenção é um dado muito importante nestas eleições e isso exige um grande esforço de todos nós. Nestes dias que faltam até às eleições é necessário que todo o Partido compreenda e se empenhe a fundo esta tarefa.

Nós trabalhamos para eleger mais deputados e cabe ao povo português decidi-lo. Mas a aposta em Ilda Figueiredo é também a demonstração da importância que o PCP dá de facto à participação das mulheres em igualdade. Como se pode verificar, nós cumprimos o compromisso público de darmos uma grande impulso à presença de mulheres nas nossas listas.

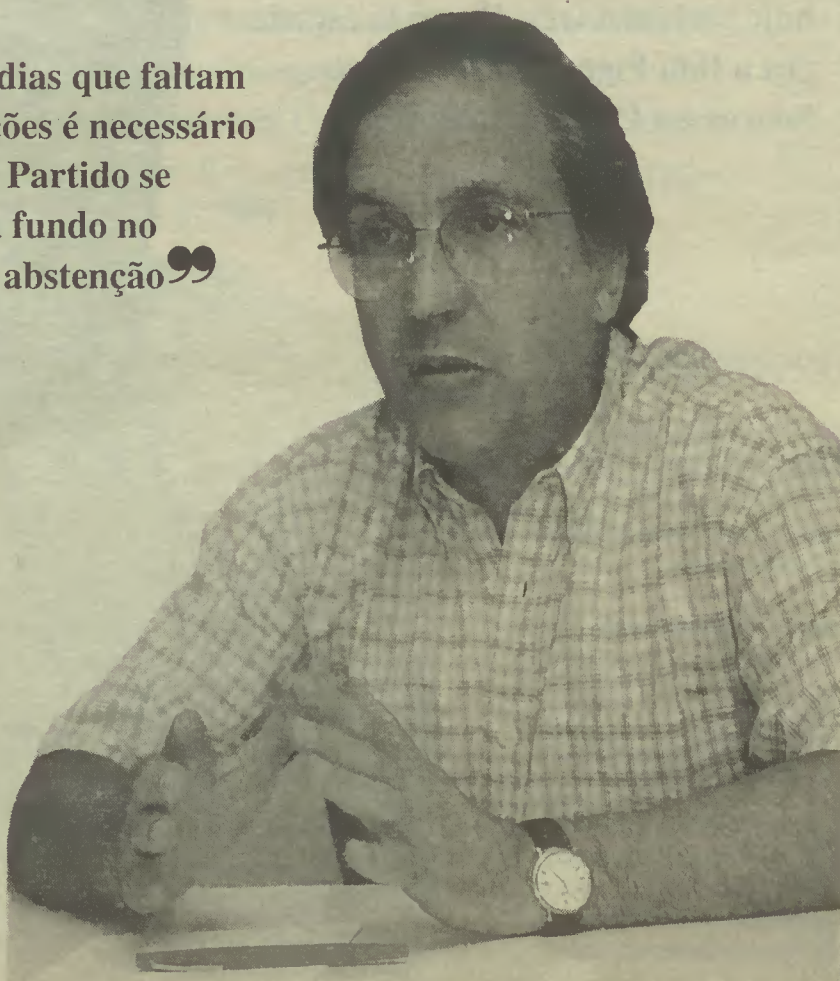
Mas é curioso que já ninguém fala das quotas.

Lamentavelmente, como só o PCP avançou decididamente com esta orientação, este tema desapareceu das primeiras páginas da comunicação social. Creio que é muito significativo...

Nesta campanha, como se conciliam as várias linhas de intervenção política dos comunistas contra a política de direita? Falamos das batalhas contra o pacote laboral, por exemplo, da luta contra a guerra...

O que se decide na União Europeia tem consequências no dia-a-dia de todos nós. Quando unimos esforços com outros partidos comunistas e outras forças de esquerda na luta pelo reforço dos sistemas de segurança social, pela redução do horário de trabalho sem perda de direitos, pela criação de empregos com direitos, pela harmonização por cima dos direitos sociais, estamos não só a travar uma batalha para toda a União Europeia como também para o nosso país.

“Nestes dias que faltam até às eleições é necessário que todo o Partido se empenhe a fundo no combate à abstenção”



mais justa

João Ramos, sindicalista da CGT

A segunda geração em primeiro plano

João Ramos chegou a França em 1970, com 21 anos. Emigrado por razões económicas, trabalhou na construção civil e numa fábrica de enchidos. É, há muito, sindicalista na CGT, a maior central sindical francesa, e membro do Partido Comunista Francês. Fomos encontrá-lo no fim de uma distribuição de propaganda da CDU no mercado de Villiers Sur Marne, cidade na zona de Paris onde 10 por cento da população é portuguesa. Conhecedor da vida dos emigrantes, João Ramos falou-nos da evolução que a existência dos portugueses sofreu, da segunda geração e dos problemas laborais.

Avante! – Qual é o percurso típico dos emigrantes?

João Ramos – A maioria das pessoas emigrou por razões económicas, mas, na emigração política, grande parte voltou para Portugal depois do 25 de Abril. Ficou cá a emigração económica. Para eles foi necessário uma aprendizagem de classe para se inserir no movimento social e sindical. Nas associações era menos difícil porque organizavam festas, faziam uma espécie de cantinho de Portugal no seio da comunidade.

– Quer dizer que os emigrantes não estavam sensibilizados para a vida sindical?

– Sim, por duas razões. Primeiro, porque não tinham experiência em Portugal devido ao fascismo. Depois, porque quando emigravam diziam-lhes que vinham para melhorar as condições económicas e não para fazer política. Era isso que as autoridades francesas e portuguesas veiculavam na época. Isso pesou bastante na primeira geração, aquela que chegou entre 1962 e 1970, quando cerca de 800 mil emigrantes vieram para cá.

Hoje a situação modifica-se. Dando um exemplo concreto, em Champigny, onde havia os «bidonvilles» mais conhecidos, foi onde se inscreveram mais portugueses nas listas eleitorais. São cerca de 250. É claro que ainda estamos longe dos 6 mil portugueses que habitam em Champigny. O importante é que a segunda geração se interessa pelos aspectos sindicais e políticos.

– A que se deve essa diferença entre pais e filhos?

– Essencialmente vivem uma situação diferente dos pais.

– Referes-te à educação e ao ensino?

– À educação e à inserção na sociedade francesa.

– Voltando atrás, como era a vida dos emigrantes?

– De 50 mil portugueses em 1962 passa-se para 80 mil em 1972. Os emigrantes vinham sozinhos, uns com o «passaporte do coelho», outros já com contrato de trabalho cá. Chegavam e começavam a trabalhar, apesar das muitas dificuldades.

Os bairros de lata existiram em muitos lados, em Champigny, em San Denis, em Nanterre, sobretudo na região parisiense. Havia fortes concentrações, porque os empreiteiros da construção civil mandavam capatazes a Portugal recrutar gente. As concentrações faziam-se por profissões ou por terras de origem. Em Villiers Sur Marne, por exemplo, a maioria dos portugueses são da zona de Leiria.

– Se há uns anos os emigrantes trabalhavam essencialmente na construção civil, actualmente empregam-se outras áreas...

– Hoje encontram-se portugueses nas limpezas, nas tipografias, nas administrações e escritórios, principalmente os jovens.

– Isso revela uma maior integração na sociedade francesa?

– Como dizia há pouco, pelo que se vê, sindical e politicamente, a segunda geração está mais integrada que a primeira. Continua a haver o sonho que existe em 90 por cento dos portugueses que emigraram, que consiste em construir a casa na aldeia e regressar. É evidente que 90 por cento não satisfizeram esse sonho e que, quando estão na reforma e vão a Portugal,

têm de regressar a França porque têm cá os filhos e os netos. Por outro lado, depois de aqui viver 20 ou 30 anos é difícil reintegrarem-se no país de origem.

– Quais são os grandes problemas que os emigrantes enfrentam?

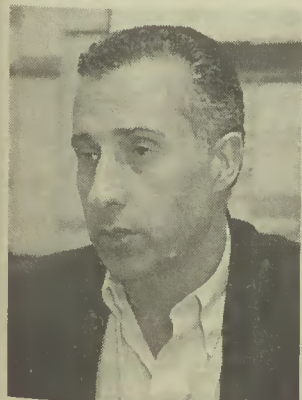
– Um problema importante hoje em dia é o desemprego, mesmo se há muito menos portugueses desempregados do que magrebinos e africanos. É uma questão que preocupa muito a primeira e a segunda geração. Depois, há a questão das reformas dos que aqui chegaram na primeira fase, porque não quotizaram o suficiente para terem uma reforma completa.

– Porque trabalharam poucos anos ou porque trabalharam ilegalmente?

– Uns porque trabalharam alguns anos em Portugal e não havia descontos para a segurança social, outros porque não guardaram a documentação e hoje é impossível verificar esses descontos.

– E falando a nível de trabalho e de direitos laborais?

– Tal como em Portugal, há a precariedade no trabalho. É complicado para pessoas com 50 anos deixarem o emprego que tinham desde há 20 anos e arranjam outro pior pago e mais difícil. Os jovens também são afectados. Quando falo em precariedade, refiro-me a contratos a prazo, trabalho a meio tempo, horários de trabalho extensos ou perda



Laurentino Fernandes



Américo Martins

a pagar a factura de 48 anos de fascismo», considera António Topa.

Muitos militantes já regressaram a Portugal com a reforma ou a pré-reforma e «outros talvez estejam um bocadinho escondidos, não se querem manifestar», diz António Cunha, responsável pelo núcleo do PCP de Les Mureaux, vila nos arredores de Paris.

Américo Martins afirma que «têm medo de se mostrar, têm medo de dizer aquilo que são. Eu não tenho medo nenhum. Defendo as minhas ideias à frente seja de quem for. O essencial é defender os interesses do meu país. Não sei se é por ser mais novo ou se é por eles terem passado pelo fascismo. Sei que são pessoas que gostam e que votam no Partido, mas que têm medo de o dizer».



João Ramos: «Para a emigração económica foi necessário uma aprendizagem de classe para se inserir no movimento social e sindical»

de direitos quando se muda de empresa. Por exemplo, havia o hábito de os emigrantes terem cinco semanas de férias para poderem ir aos seus países, que hoje desapareceu.

– Há muita gente a ser despedida?

– Sim, basta dizer que número de portugueses na construção civil baixou cerca de 40 por cento em 15 anos, o que é imenso.

– Essa precariedade existe em toda a França. Os portugueses são mais afectados ou não?

– Não, são afectados como os outros. É claro que aqueles que não estão organizados em sindicatos sofrem mais. Os que estão sindicalizados tentam defender o emprego e os direitos de maneira a não serem tão lesados.

– Há muitos portugueses sindicalizados?

– A maioria não está. Hoje há um número maior de sindicalizados, fruto do trabalho das organizações sindicais do tempo dos bairros de lata. Os portugueses vieram para responder às necessidades do «boom económico» francês e substituir os trabalhadores argelinos que abandonaram o país por causa da independência. Acabaram por pesar na luta pelos direitos, porque uma mão-de-obra vinda de um regime fascista é dócil e não reivindica.

– Qual é o interesse dos emigrantes pela vida social e política portuguesa?

– A maior parte desconhece. Pode-se interrogar sobre um ou outro aspecto ou durante as campanhas eleitorais, mas de resto só quando vão de férias.

– Isso deve-se a um desinteresse ou à falta de acesso às informações?

– Os algarvios também não se interessam sempre pelo que acontece no Norte. Aqui há também o factor da distância e o da instalação na França.

– Nesse caso, acompanham a sociedade francesa?

– A segunda geração, por estar mais inserida e por não ter a perspectiva de voltar a Portugal, tem tendência a seguir mais. Na primeira geração há uma espécie de curiosidade, mas não participam.



Em defesa da autonomia do Poder Local

■ JORGE PIRES
Membro da Comissão Política

No passado dia 30 de Abril o país foi apresentado com o anúncio por parte do Fundo de Investimento Margueira Capital S.A., dum projecto para um megabairro de luxo a construir na zona do actual estaleiro da Margueira. Um jornal diário caracterizava-o como sendo "Manhattan em Lisboa". Podia ler-se na legenda, que acompanhava uma fotografia da maquete do projecto da autoria dos arquitectos Manuel Graça Dias e Egas José Vieira, que o princípio de privilegiar a construção em altura em detrimento da ocupação do solo prometia muita polémica. Esta foi uma mensagem que se pretendeu fazer passar, procurando desta forma transmitir a ideia que, o que está em causa neste momento, é uma opção entre estilos diferentes, uma opção entre construir prédios mais altos ou mais baixos.

Não está em causa o trabalho desenvolvido por uma equipa de arquitectos que trabalhou de acordo com uma encomenda que lhes foi feita, nem se deve perder muito tempo à volta de estilos, mesmo que tenhamos opiniões críticas sobre o resultado do trabalho apresentado, porque esse é exactamente o caminho que os promotores do projecto e o Governo pretendem seguir neste processo, escondendo aquilo que efectivamente está em causa.

O que importa saber neste momento é se o Governo e em particular o Primeiro-Ministro estão disponíveis para anular uma portaria, que viola claramente a lei atribuindo no seu nº 4 competência excepcional à Sociedade Gestora do Fundo de Investimento, criada no âmbito da reestruturação da Lisnave, para elaborar um plano de utilização e urbanização para os terrenos da Margueira. Desta forma, a Portaria não se conforma com a legislação vigente, que expressa e claramente define a competência exclusiva das Câmaras Municipais para elaborar planos de ocupação dos solos.

Tal como disse a presidente da Câmara Municipal de Almada,

momento reunir contra a sua concretização um amplo movimento em torno da Câmara Municipal. É necessário dizer a este Governo que as pessoas pensam, que sabem o que é melhor para o seu concelho, que estão com uma autarquia que tem vindo a concretizar desde há 25 anos a esta parte um projecto de desenvolvimento integrado e sustentado e que nestes últimos anos como é bem visível atingiu níveis de desenvolvimento e bem estar, que colocam Almada como um dos concelhos mais desenvolvidos do país.

Ouvimos há uns dias da boca de alguém com responsabilidades na estrutura do Poder

estamos perante um atropelo à Constituição da República, no que diz respeito à autonomia do Poder Local e uma clara violação da Carta Europeia de Autonomia Local. Ou será que este Governo que se apresenta como o campeão do diálogo, não vai ter em conta a onda de indignação e protestos que a apresentação do projecto levantou?

Pode-se mesmo afirmar que se este projecto tem alguma virtude, é a de neste

Central que a alternativa à concretização do projecto agora apresentado é ir ao dinheiro dos contribuintes e pagar uma dívida que segundo o próprio está neste momento com os juros acumulados em cerca de 83 milhões de contos.

Mas quem são os responsáveis da situação? São os trabalhadores da Lisnave que viram ser tomada uma decisão que vai levar ao encerramento do estaleiro onde trabalhavam? São os armazenadores a quem querem tirar o poder legítimo de decidir sobre a gestão duma parte do território do seu concelho?

Não! Os responsáveis são aqueles que negociaram o plano dito de reestruturação do sector da reparação naval e que entre outras benesses permitiu que a Lisnave decidisse encerrar o estaleiro da Margueira (um dos maiores do mundo) a partir do ano 2000, que as chamadas benfeitorias realizadas nos estaleiros fossem avaliadas em 43 milhões de contos sem que fossem avaliadas as malfeitorias nomeadamente na área do ambiente, que o conjunto de bancos a quem a empresa tinha dívidas deste valor, através duma portaria do ministro Eduardo Catroga que os Mellos conhecem muito bem do

grupo CUF, passassem a ter competência para implementar um projecto urbanístico na área do estaleiro e poderem por esta via serem ressarcidos das dívidas e respectivos juros acumulados pela empresa, que se criasse uma empresa de capitais públicos a Gestenave, para ficar com o pessoal remanescente, cerca de 1800 trabalhadores excluídos da Lisnave operadora.

O escândalo foi tão grande que até o liberal Pedro Arroja

escreveu no "Diário de Notícias": «desta forma praticamente gratuita, o grupo Mello adquire, passando para a nova empresa de reparação aquilo que de melhor existe na Lisnave - a sua marca, os estaleiros, o melhor pessoal, os seus contratos - assumindo em contrapartida apenas os passivos correntes». Vindo de quem vem esta opinião, creio ser bastante elucidativa a forma como os dinheiros públicos foram esbanjados a favor de interesses particulares.

Mas não ficou por aqui o Governo do PS. Para que a operação ficasse completa, decide em Novembro de 1996 retirar a área do estaleiro do PDM de Almada, atitude que mereceu uma resposta enérgica da Câmara Municipal, que avançou com um recurso para o Supremo Tribunal Administrativo, recurso que está a decorrer. Já em 1993, quando da aprovação do PDM nos órgãos municipais, o PS através das suas estruturas local e distrital, dos seus eleitos nos órgãos autárquicos e também dos seus militantes na CT da Lisnave, mostrou-se altamente empenhado em fazer incluir uma alteração do uso do solo, de industrial para habitação. Tal como escrevemos aqui nas páginas do «Avante!» em Agosto de 97, o Governo de Cavaco Silva não teve coragem política para ir tão longe, mas passados poucos meses da posse do Governo PS, o Eng.º Guterres fez a vontade ao grupo Mello.

No texto da conferência de imprensa realizada pela presidente da Câmara Municipal de Almada, no passado dia 30 de Abril, pode ler-se que "Em primeiríssimo lugar é necessário que sejam devolvidas ao município as suas competências em matéria de planeamento e ordenamento do território." Este é na minha opinião o caminho a seguir, o único que pode permitir encontrar uma solução para os erros que o actual e anterior Governo cometeram. Não podem ser os interesses económicos deste ou daquele grupo a sobreporem-se aos interesses legítimos da população de Almada.

O PCP que desde a primeira hora denunciou o que estava em preparação, entregou na Assembleia da República um projecto de Decreto de Lei em que é exigida a revogação do nº 4 da Portaria 343/95, do Ministério das Finanças, datada de 22/9/95 e que a Câmara Municipal de Almada exerça em plenitude todas as competências urbanísticas que por lei lhe estão atribuídas na área designada por Margueira, como parte integrante do município.

Mais uma vez o Governo do PS vai ser confrontado com a necessidade de decidir entre os interesses do grande capital e os interesses públicos. Normalmente decide a favor dos primeiros. A avaliar pelas declarações do presidente do conselho de administração da "Margueira Capital" que afirmou à comunicação social que a Câmara tem competências ao nível do licenciamento municipal, mas se a Câmara não licenciar o Governo assumirá a sua posição retirando ao município as competências para licenciar, ou seja tudo indica que já existem compromissos neste sentido porque até agora ninguém com responsabilidades desmentiu esta afirmação, não podem os almadenses ficarem descansados e por isso mesmo só têm uma solução, que é pressionarem por todos os meios o Governo para que este projecto não vá por diante.

Mais uma vez o Governo do PS vai ser confrontado com a necessidade de decidir entre os interesses do grande capital e os interesses públicos



Pela lógica da cooperação

Como era fácil de prever, a guerra contra a Jugoslávia e o papel imperial que os Estados Unidos nela assumem trouxeram à ordem do dia a questão da Política Externa e de Segurança Comum (PESC). Levada a questão ao seu extremo, alguns, como o cabeça de lista do PS, deduziram, do papel subserviente e seguidista que a União Europeia assumiu, a tese da necessidade de um Exército Europeu. O que desde logo indicia uma conclusão: verdadeiramente, eles não são contra a guerra movida à Jugoslávia; acham é que a guerra devia ter sido feita, não pela NATO e pelos Estados Unidos, mas sim pela União Europeia e por um Exército Europeu.

Como resultado destas pressões, a União Europeia deu recentemente passos no sentido da integração da União da Europa Ocidental no seu seio.

Este facto é muito importante. Na realidade a PESC tem sido objecto de resistência e controvérsia e não tem tido a expressão política que os adeptos de uma crescente supranacionalidade europeia gostariam. Mas isso não significa que não tenha havido já passos dados. E, na ocasião da entrada em vigor do Tratado de Amesterdão, alguns desses passos passam a ter força jurídica. Algumas dessas inovações preparam uma lógica político-militar para a União Europeia. Merecem por isso que se recordem.

Quanto às alterações institucionais, o

Tratado de Amesterdão cria o "Sr. PESC", o Alto Representante para a PESC, que age em nome do Conselho. É portanto mais do que um Comissário para as Relações Externas. É uma espécie de ministro dos Negócios Estrangeiros e da Defesa, apoiado ao mais alto nível, o do Conselho.

Por outro lado, é criada uma Unidade de Planeamento da Política e Alerta Rápido, que depende do "Sr. PESC", e que tem por função apoiar a actividade do "Sr. PESC" e alertar o Conselho para conflitos potenciais. Integram esta UPPAR representantes da Comissão Europeia, do Conselho, da UEO e dos Estados Membros. No fundo, é uma estrutura que mistura trabalho diplomático e informações estratégicas e militares.

A nível do processo de decisão, prevê-se um mecanismo novo, a abstenção positiva. Isto significa que, mantendo a aparência de exigência de unanimidade, a abstenção de um Estado não impede que a acção ou posição comum seja decidida e vincule os outros Estados e a União. É assim torneada e defraudada a regra da unanimidade. Um governo com dificuldades internas em assumir certas posições, pode, com a sua abstenção, tornada num verdadeiro lavar de mãos à Pilatos, deixar a União de mãos livres.

Quanto à política de defesa, a União Europeia incorpora no Tratado de Amesterdão, as chamadas missões de Petersberg. Trata-se das missões que foram definidas numa reunião realizada em Petersberg pela União da Europa Ocidental. São as designadas missões de gestão de crise e as missões humanitárias, que têm o seu modelo precisamente na guerra da NATO contra a Jugoslávia.

Não é possível subestimar o significado deste novo procedimento. Ele corresponde à assunção pela União Europeia da capacidade de decidir acções militares, cuja execução é encomendada à UEO. Isto

é, os Estados da União, incluindo os que não pertencem à NATO ou à UEO, passam a poder decidir operações militares. E a UEO assume o papel de organização militar de toda a União Europeia. Dada a amplitude das missões de Petersberg, isto significa que a União Europeia passa, teoricamente, a dispor de um instrumento militar apto para os conflitos previsíveis para os próximos anos.

Ainda no plano da política externa, é previsto que o Conselho possa delegar na Presidência realizar as negociações de acordos internacionais com terceiros Estados ou organizações, o que significa a construção de um *treaty making power*, típico do Estado soberano.

É no quadro de uma PESC com estes contornos que se desenvolve o debate sobre o Exército Europeu, face ao novo conceito estratégico da NATO e à sua aplicação na guerra da Jugoslávia com a direcção imperial dos Estados Unidos.

Antes de tudo importa qualificar o que entendem por exército europeu os seus defensores. De facto, duas hipóteses é possível pôr. Uma, mais extrema, é a de o exército europeu corresponder a umas forças armadas distintas das Forças Armadas dos Estados membros. Nesse caso, ao exército europeu corresponderia a necessidade não só de um financiamento próprio, mas essencialmente de um sistema de comando e responsabilidade política autónomo, e portanto supranacional. Dito de outra forma, um exército europeu nesses termos implicaria a existência de um novo Estado, o Estado europeu.

Outra hipótese, mais moderada, é a do exército europeu corresponder a um sistema permanente de preparação, articulação e integração das Forças Armadas dos Países membros, à semelhança do que sucede na NATO. Neste caso, o exército europeu pode ser suportado por uma estrutura de comando como a que resulta do Tratado de

Amesterdão. Bastaria então integrar juridicamente a UEO na União Europeia. Quanto ao modelo de financiamento, ele continuaria a assentar essencialmente nos Estados membros, já que as despesas conjuntas não seriam muito grandes, dado competir aos Estados o pagamento do pessoal e equipamento.

O que liga estas duas hipóteses é qualquer delas assentar na ideia de que a União Europeia se deve portar no conjunto da sua área próxima de influência (conjunto da Europa, Mediterrâneo e Atlântico) como uma potência militar. Isto é, qualquer daquelas hipóteses (apesar de expressarem concepções da União Europeia substancialmente diferentes) contraria a lógica de segurança e cooperação e submete-a a uma lógica de bloco político-militar.

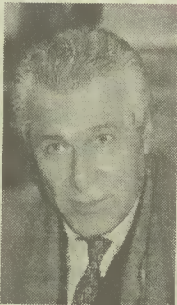
Entre as vítimas da guerra à Jugoslávia e da reformulação do Conceito Estratégico da NATO estão precisamente os sistemas internacionais de segurança e cooperação. Desde logo, a própria ONU (o ex-Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, Prof. Freitas do Amaral, relatava num debate recente que na ONU já se levantam vozes no sentido de ser necessária uma refundação da Organização, hoje à beira do colapso, face ao unilateralismo dos Estados Unidos e da NATO).

A outra vítima é a Organização de Segurança e Cooperação na Europa. A OSCE integra os países desde os Estados Unidos e Canadá até à Rússia (de Vancouver a Vladivostok). Tem a sua base jurídica na Acta Final de Helsínquia e na Carta de Paris. Assenta em três pilares: direitos, desenvolvimento e segurança militar. Qualquer desses pilares teria sido importante na situação nos Balcãs. Mas a OSCE está subalternizada e manipulada. No Kosovo, onde entraram mais de mil observadores da OSCE com o acordo da Jugoslávia, foram mandados retirar pela NATO imediatamente antes do início dos bombardeamentos. Nestes meses de guerra a OSCE apagou-se.

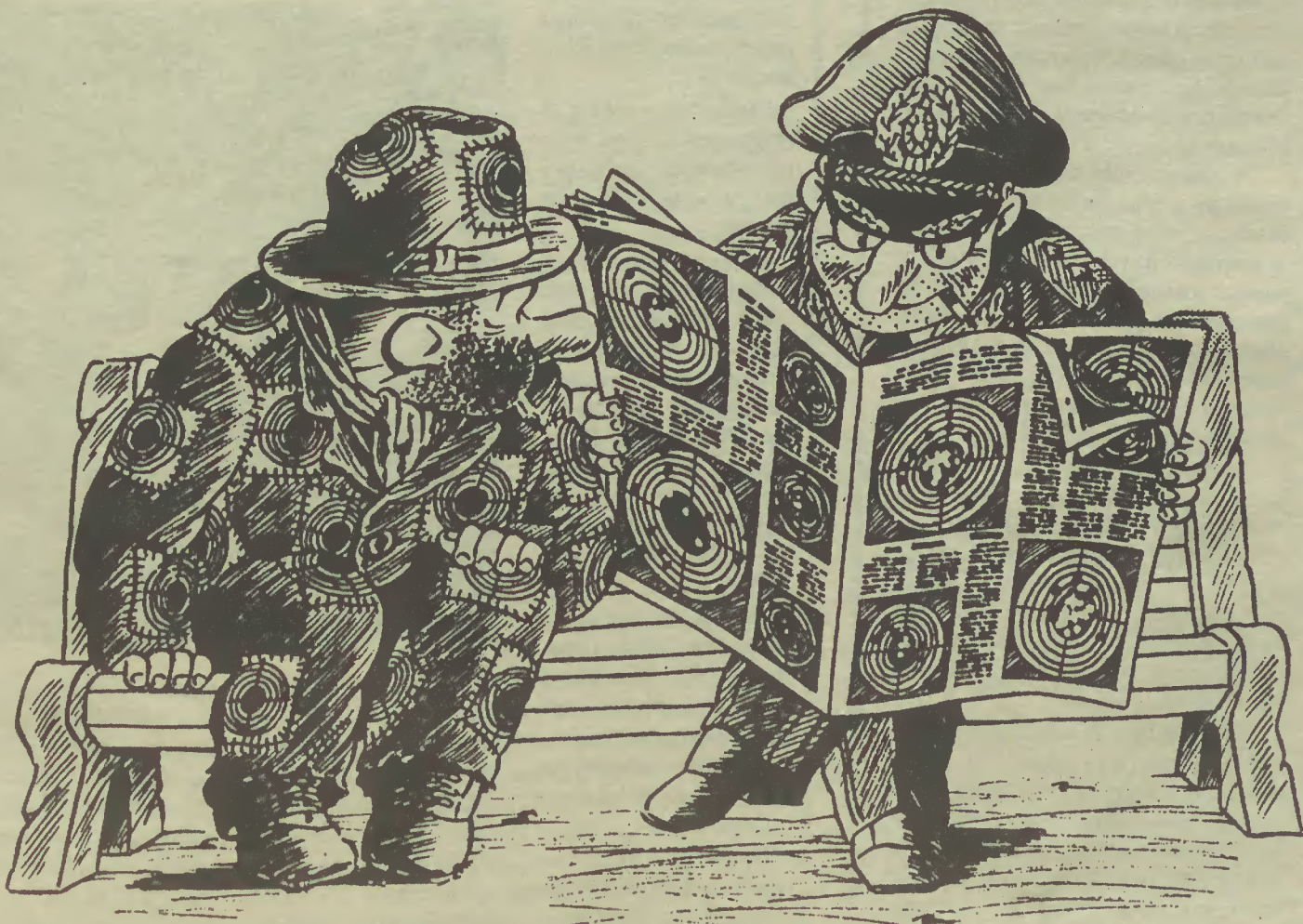
A questão nova é a de se saber se a OSCE (com a presença dos Estados Unidos) está em condições de recuperar o seu papel. É cada vez mais duvidoso que os Estados Unidos o queiram. De facto, a NATO vai ocupando o território da OSCE, com o alargamento, as Parcerias para a Paz, os "protectorados" e os acordos com a Rússia e a Ucrânia. A lógica da segurança vai sendo substituída pela lógica do bloco.

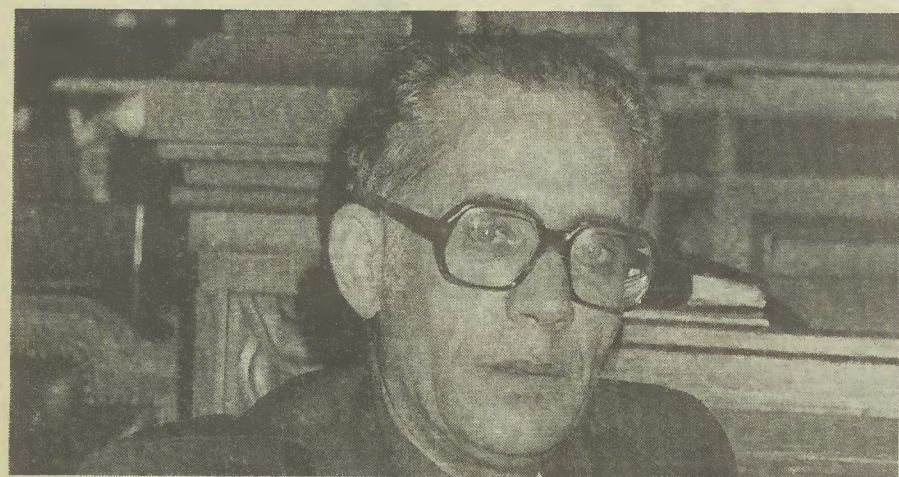
O que pode tornar "atractiva" a proposta do Exército Europeu é ela poder aparecer como alternativa simultaneamente à NATO e ao desprestígio ou ineficácia de organizações como a ONU e a OSCE.

Uma resposta à situação actual que privilegie a lógica de segurança e cooperação poderá então ter que explorar outras alternativas. Uma delas é a realização de um Pacto de Segurança e Cooperação euro-mediterrânico, envolvendo os países europeus (incluindo a Rússia) e os países mediterrânicos, e excluindo os países americanos. Esse Pacto e Organização respectiva assumiriam no seu interior as potenciais conflitualidades da zona europeia, sem lhes acrescentar as que são próprias do hegemonismo americano. E seria assim o espaço determinante da estabilidade e desenvolvimento, para resposta aos problemas da Europa e do Mediterrâneo.



■ João Amaral





■ Modesto Navarro

Bom dia, Dinis Miranda

No dia 15 de Maio, em Montoito, foi realizada uma homenagem a Dinis Miranda, com a participação de Álvaro Cunhal, em que foi descerrado um busto e atribuído o seu nome a uma praça da vila. Vale a pena recordar o que disse José Rolo, trabalhador agrícola de S. Vicente de Valongo, em 1976, sobre esse grande camarada, lutador e dirigente na resistência ao fascismo e na construção da Reforma Agrária.

ce a lutar aos quarenta, há quem aprenda aos sessenta; tudo depende das ocasiões; aqui no Alentejo havia possibilidades. Fui sempre muito amigo de ler coisas. Antes do trabalho clandestino já eu lia, antes de aparecer o «Avante!»; bem jovem comecei a ler papel desse e gosto bastante.»

Saudação da DORL a Dinis Miranda por ocasião da homenagem

«Cremos que estás vivo. Estás aqui, ao nosso lado, dizendo que não vale a pena fazer muita festa, neste dia de homenagem. Estás também ali na sala de reuniões, no Centro de Trabalho de Évora. Estás conosco, a beber um copo e a falar da Reforma Agrária.

És um dirigente, um homem profundamente humano, um trabalhador agrícola desde a idade de criança, um operário da revolução na clandestinidade, preso pela primeira vez aos 20 anos, segundo disse um dia José Rolo, um teu velho companheiro de trabalho, de leituras e de luta no Partido.

A Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP quis estar presente, hoje, em Montoito, neste dia em que ficamos mais próximos do teu exemplo, do teu sorriso, da tua obra, da tua vida de comunista inesquecível e camarada. A tua imagem vai ficar mais viva, na tua terra, a dizer-nos que o futuro começa sempre quando um comunista se junta a outro e ambos olham para a frente, para o início de como devemos fazer agora, de como devemos fazer amanhã, para tornar o mundo mais justo, mais desenvolvido e libertado.

No Alentejo, és uma referência essencial no coração dos homens, das mulheres, dos jovens, de todos os comunistas e amantes da liberdade, do progresso e da vida. Por isso estás sempre conosco, nas reuniões, nos contactos, nos trabalhos da luta e do quotidiano. És um filho inolvidável do Alentejo libertado e libertador. És um homem com resistência e coragem para estares sempre ao nosso lado, exemplar e simples, com um sorriso bem amigo nos lábios a dizer-nos:

— Para a frente, camaradas. Para a frente, que nós não perdemos a luta pela Reforma Agrária, não perdemos a Revolução, não esqueçamos o 25 de Abril que ajudámos a construir e a realizar. Apenas nos atrasámos um pouco. Coisas da vida, estes avanços e recuos. Amanhã, hoje mesmo, abriremos novos caminhos e a experiência e a memória também ajudarão a irmos mais seguros até onde desejamos.

Palavras de Dinis Miranda, camarada de Montoito e do Alentejo, que o sopro do vento amigo e do calor do dia nos traz, por entre os montes e as casas, os rostos dos homens, das mulheres e dos jovens que estão presentes, a seu lado, a ouvirem as suas opiniões e a caminharem rumo ao futuro mais aberto e promissor que lhe devemos, que devemos a todos nós, ao Alentejo, ao País e ao Mundo.»

O que disse José Rolo:

«O que foi o meu 25 de Abril? Quando soube, fiquei um bocadito surpreendido porque não me convenceu uma coisa tão de repente. Sempre pensei que isto se ia modificar, fosse mais aqui ou mais além; é claro que as coisas iam caminhando para esse campo, mas uma coisa tão de repente não me passou pela cabeça. Fiquei surpreendido, ouvi as notícias, eh, isso pulei para aí de contente que eu sei lá, mais os meus camaradas, durante o dia. Até parece mentira mas aconteceu.

Logo depois foi o meu conhecimento que o camarada Dinis tinha sido solto; nessa altura foi uma alegria extraordinária para mim, que trabalhei com ele antigamente. E então quando soube isso nem sei até contar o prazer que tive. Como conheci o Dinis? Eu trabalhava na clandestinidade; comecei mais cedo, ele era jovem, e então fomos controlados e é claro que a gente andava a apanhar este e aquele, sabia-se pouco mais ou menos quem podia ser da organização; o rapazito foi sempre inteligente, cheguei a ter af um livro que lhe passei para ler, um livro que era em português mas foi escrito pelo Pedro Kropotkine. Chamava-se «Comunismo e Anarquismo», em que fazia todas as explicações no aspecto de igualdade; era um livro importante.

Cheguei-me à mão esse livro vindo de um homem já velho que aqui havia; era de um tio dele e por conversa sabia que eu era amigo e interessado em ler livros, e esse homem tinha o livro e emprestou-mo. Fiquei cá com ele e depois foi para Montoito e lá ficou, desapareceu. Estava com receio de ir lá buscá-lo; como era que havia de andar aqui e além a perguntar pelo livro?... E assim ficou e cumpriu a sua tarefa, lá foi passando de mão em mão. Conheci o Dinis por intermédio desse camarada, ele cedeu-me o livro e eu emprestei-lho, nos princípios dele, quando foi puxado para o Partido. Tivemos muitas reuniões, ele estava em Montoito e fazia parte da organização. Começámos a perceber que tinha qualidades, até pelo instrutor dele, que foi um chamado Romão; esse homem era anarquista, conheci-o nos seus últimos anos de vida, tivemos conversas. A ele é que lhe deu para puxar o Dinis, que era pequeno, andava na escola; viu a ideia do rapaz, que começou logo de novinho. E então conhecemo-nos e trabalhamos juntos no campo. Numa folha ali no Castelo, andou aqui quatro semanas mais eu, a rolheirar. Era pequeno mas muito rijo, não resta dúvida nenhuma.

Foi sempre muito activo, tinha muita coisa boa; então, com mais saber literário e essa coisa, passou adiante. Passou à clandestinidade. Começou por ser preso aos vinte anos. Há quem come-

A greve dos trabalhadores Os méritos

A greve dos trabalhadores do Departamento de Higiene e Salubridade da Câmara Municipal da Amadora, ocorrida no início do mês passado, para além de outros méritos que cada um lhe poderá reconhecer, de entre os quais destaco a solidariedade das populações por um problema que afinal se afigura comum, e a unidade dos trabalhadores, também por uma causa comum (embora de repercussões diversas), permitiu-nos a todos reflectir um pouco mais sobre a problemática dos serviços públicos neste País, no caso particular aqueles que se prendem com a administração local.

As razões da luta

Não são recentes os alertas feitos pelos trabalhadores do Departamento de Higiene e Salubridade da Câmara Municipal da Amadora, junto com

actual gestão do Partido Socialista na autarquia, especialmente após o vereador acima referido ter assumido a responsabilidade específica do departamento em causa.

Salientam-se, de entre estes: as más condições de trabalho (falta de luvas, fardamento etc.); uma enorme carência de trabalhadores (estima o STAL, para a prestação de um serviço com níveis mínimos de qualidade, a necessidade de pelo menos quarenta cantoneiros de limpeza); a falta de viaturas e equipamento (agravada com o envelhecimento das existentes e a inadmissível carga burocrática sentida nas reparações, o que leva, frequentemente, à imobilização de mais de cinquenta por



o STAL, ao funcionamento e estado de degradação dos serviços em causa, nomeadamente os sectores de limpeza urbana (vulgo varredura) e recolha de resíduos sólidos (vulgo recolha diurna ou nocturna).

No entanto, é um facto indelével que estes problemas se agravaram com a

cento da frota existente); uma má gestão dos serviços (não se utilizando algum do equipamento existente e não se rentabilizando alguns circuitos de recolha, nomeadamente através do recurso ao horário nocturno).

Enfim, um conjunto enorme de problemas, para os

na CM da Amadora José Manuel Marques de uma luta

quais os trabalhadores e o STAL foram alertando, quer através de ofício quer em diversas intervenções nas reuniões de Câmara e Assembleia Municipal, sem que da parte dos responsáveis políticos recebessem qualquer sinal de retorno.

A forma como se foi assistindo à degradação dos serviços, a par, refira-se, com algumas reuniões (e almoços) realizadas entre responsáveis da autarquia e da empresa privada SUMA, era o sintoma daquilo que trabalhadores e sindicato temiam, que acabou por se verificar no início do corrente ano — o vereador Carlos Silva, quer em declarações a um jornal local quer em reunião pública de Câmara, afirmou a intenção de entregar a limpeza da cidade a uma empresa privada.

Porque me parece de especial relevo para que se possam entender as intenções de então, que não passavam apenas por um mero recurso a prestação de serviços para uma ou duas zonas do concelho, fica aqui a transcrição de parte de um artigo publicado no jornal «Notícias da Amadora»:

O processo de luta

Considerando ser possível melhorar, que a privatização não era a alternativa desejável, foi apresentado, nas diversas reuniões realizadas com os eleitos da autarquia, um conjunto de propostas tendentes à melhoria dos serviços, ao mesmo tempo que era enviado um pré-aviso de greve para o início do mês de Março.

Tais propostas, que não pretendiam ser a solução milagrosa, foram elaboradas e discutidas pelos trabalhadores que directamente laboram no sector, revestindo-se, portando, dessa elementar condição para um bom funcionamento de qualquer serviço — a experiência de quem a ele está directamente ligado — e passavam pela implementação de alguns circuitos de recolha aos domingos e a passagem de outros para horário nocturno, a aquisição de novas viaturas, a criação de uma linha verde de reclamações, a melhoria do sistema de lavagem manual de ruas, a rentabilização do equipamento existente, a criação de um sistema de comunicações mais eficaz, o combate à carga burocrática no arranjo de viaturas, o recrutamento de mais trabalhadores, entre outras.

Aciteis após algumas reuniões realizadas assumidas como compromissos, levando à suspensão da greve, a verdade é que, passados cerca de dois meses, a situação estava na mesma, praticamente nada havia sido cumprido e o vereador recusava-se a reunir com o sindicato, chegando mesmo a fazer afirmações que davam conta da manutenção das intenções privatizadoras.

Tornou-se, então, inevitável o reassumir do processo de luta, tendo sido enviado novo pré-aviso de greve para os dias 10, 11, 12, 13 e 14 de Maio, para o trabalho extraordinário nos dias seguintes a estes e, para o dia 10, fruto de um intenso movimento de solidariedade que se havia criado nos restantes trabalhadores da autarquia, destinado a todos os trabalhadores.

Conscientes de que a população do concelho seria quem, indubitavelmente, viria a sofrer mais com a forma de luta definida, mas com a certeza de que a greve se destinava também, no fundo, à salvaguarda dos seus interesses — nomeadamente o da qualidade e da quantidade do serviço prestado —, foi dado início a um amplo processo de esclarecimento, que passou pela distribuição de setenta mil exemplares de comunicados (quarenta e cinco mil dos quais via CTT), realização de carros de som e um debate público.

Tal medida, referiria-se, veio a revelar-se de extrema utilidade, pois durante o período que antecedeu e aquele em que decorreu a greve não se sentiram praticamente reacções de condenação dos trabalhadores. Pelo contrário, a solidariedade e compreensão foram uma constante, assistindo-se mesmo um forte apoio, especialmente num lamentável episódio ocorrido na noite de 12 para 13 que mais à frente se dá conta.

Não havendo sinal que indicasse a tentativa de solucionar o problema (registre-se que o presidente da autarquia chegou a manifestar-se, por diversas vezes, contrário a este processo mas, na minha opinião, esteve sempre preso ao acordo político que mantém com o PSD e, inclusive, à necessidade da posição deste partido na votação do processo de privatização da água), a greve acabou por ter início, com as naturais preocupações de todos, mas forte sentimento de unidade e determinação dos trabalhadores.

Registou-se, assim, uma adesão global de cerca de setenta e cinco por cento no primeiro dia (com o sector operário e auxiliar a registarem adesões que variaram entre os noventa e cem por cento), sendo que o sector em causa manteve sempre uma adesão superior a noventa e cinco por cento, tendo apenas uma viatura feita a recolha normal de lixo (horário diurno) no concelho.

Os três primeiros dias — 10, 11 e 12 de Maio — foram sempre marcados, face à elevada adesão dos trabalhadores e consequente acumular do lixo nas ruas da cidade, pela intenção denunciada (e

«Numa primeira fase, o vereador admite a coexistência dos dois sistemas: a recolha feita pelos serviços da autarquia e outra por privados. Decidindo, posteriormente, pela prestação mais correcta e abarcando todo o concelho. Sendo, porém, de presumir que já há uma avaliação prévia que privilegia os privados.»

Estava, pois, de início, definido o destino daqueles serviços, quicá mesmo negociado!



ameaçada) da autarquia recorrer a empresas privadas com o objectivo de violar a lei da greve, com a justificação de que não estariam a ser cumpridos os serviços mínimos, estando em causa a saúde pública do concelho. Refira-se, neste aspecto, que apenas no final do segundo dia de greve a autarquia oficiou o STAL sobre o cumprimento de tais serviços, tendo-lhe sido enviada resposta de que os trabalhadores em greve, que se mantiveram sempre em piquete, acorreriam a qualquer situação de perigo para a saúde pública que existisse ou que a autarquia solicitasse.

No entanto, na noite de 12 para 13 de Maio oito viaturas de três empresas privadas (uma delas a SUMA), acompanhadas por agentes da PSP (que durante os três dias de greve também acompanharam o piquete em funções), iniciaram trabalhos de recolha do lixo nas ruas da cidade, pelo que, prontamente, os trabalhadores intervieram, bloqueando-as.

Ante a atitude compreensiva dos trabalhadores de tais empresas e dos próprios agentes da PSP, um vereador, eleito pelo Partido Socialista, ainda ensaiou o apelo à violência, incitando os agentes da autoridade presentes ao uso da força para desmobilizarem o piquete de greve e os próprios trabalhadores da empresa privada para passarem «com a viatura por cima de todos».

Valeu a compreensão, mais uma vez, da PSP, e o apoio solidário e espontâneo da população presente que se insurgiu contra tal senhor.

Os compromissos assumidos

Só a presença no local do presidente da autarquia e do vereador responsável pelo pelouro, que assumiram o compromisso de marcarem uma reunião para o final da manhã do dia 14 com o objectivo de serem discutidas alternativas à privatização, levou os trabalhadores a, em plenário realizado, suspenderem o pré-aviso de greve.

Na reunião, que acabou por se realizar apenas ao final da tarde (depois de vários adiamentos, aqueles dois representantes políticos ensaiaram fazer-se representar pelos seus assessores) foi elaborado um "documento de intenções conjuntas", tendo ficado claro que a solução para os problemas da limpeza da Amadora não passará pela privatização ou concessão dos serviços, indo agora a autarquia iniciar um processo de discussão de um novo modelo de gestão (que deverá ficar concluído em meados do próximo ano), assente na criação de uma empresa municipal,

processo esse que contará a participação de representantes do STAL num grupo técnico de acompanhamento que para o efeito irá ser criado.

Também naquele documento ficou salvaguardada a manutenção do vínculo dos trabalhadores, assumindo a Câmara Municipal da Amadora o compromisso de continuar a proceder ao investimento no sector em causa, quer ao nível dos meios humanos quer técnicos, tendo ainda ficado claro, na reunião, que o eventual recurso à prestação de serviços ocorreria apenas de forma temporal e destinada a colmatar situações pontuais.

Em forma de conclusão, é preciso salientar que das intenções iniciais manifestadas pelo vereador Carlos Silva à solução encontrada, há efectivamente significativas diferenças, fruto da luta travada pelos trabalhadores da autarquia, da determinação e unidade que sempre souberam demonstrar.

É que, se numa primeira fase tudo era admitido e as intenções caminhavam exactamente para a entrega ao sector privado de uma parte substancial do concelho (admitindo-se mesmo o todo), o caminho que foi sendo percorrido obrigou a uma alteração profunda em tais planos, chegando-se à solução da empresa municipal.

Obviamente que, para o STAL, a solução ideal seria sempre a manutenção de um serviço público inteiramente dependente da autarquia. Não tenho, aliás, dúvida que essa será sempre a melhor solução para qualquer autarquia, a que servirá sempre melhor os interesses dos trabalhadores e das populações. Aliás, ao invés de surgirem provas de sentido contrário, as que existem apontam para o agravamento dos orçamentos das autarquias, para a diminuição da qualidade e quantidade do serviço prestado, para o surgimento de mais taxas, para a diminuição dos direitos e segurança de emprego dos trabalhadores.

A empresa municipal, podendo ser uma solução sempre a encarrar, na medida em que nas três alternativas que a lei permite (empresa intermunicipal, municipal e de capitais mistos), é sempre a autarquia que fica detentora da maioria do capital, pelo que, logicamente, serão sempre os autarcas os maiores responsáveis pela gestão de tais serviços.

Na Amadora, esta foi a solução encontrada. Não a melhor certamente, mas a possível, dadas as intenções já existentes (e alguns passos claros no sentido da privatização). Ficou, no entanto, salvaguardado o fundamental — travou-se um processo privatizador, assegurou-se a manutenção de um serviço público!

DOSSIER Guerra nos Balcãs

O Tribunal ⁽³⁾ dos vencedores

■ Anabela Fino

O Tribunal Penal Internacional (TPI) de Haia acusou a 27 de Maio último o presidente da República Federal da Jugoslávia, Slobodan Milosevic, juntamente com outros dirigentes jugoslavos, de crimes de guerra. É a primeira vez que o TPI ordena a detenção de um chefe de Estado em exercício. O precedente é tanto mais significativo quanto se regista escassas semanas depois de os países da NATO terem recusado a competência do Tribunal Internacional de Haia para julgar, a pedido de Belgrado, a agressão contra a Jugoslávia.

Herdeiro dos tribunais de Nuremberga e de Tóquio - em que os vencedores julgaram os crimes dos vencidos cometidos durante a II Guerra Mundial, mas não os crimes dos vencedores, com particular destaque para o lançamento de bombas atómicas sobre Hiroshima e Nagasaki levado a cabo pelos EUA -, o TPI foi criado em 1993 por uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e está longe de poder considerar-se uma instância independente.

Sujeito a todo o tipo de pressões por parte das potências ocidentais e acusado por muitos observadores de se submeter aos seus ditames políticos, em particular dos norte-americanos - a presidente do TPI, Louise Arbour, é mesmo suspeita de ter trabalhado para a CIA -, o Tribunal traz a público as suas acusações justamente numa altura em que parecia desenhar-se uma solução política para pôr termo à guerra contra a Jugoslávia.

Se se tiver presente que a ordem de prisão contra Milosevic é inexecutável a menos que o presidente jugoslavo abandone o país, ou que uma mudança de poder a nível interno leve à sua detenção, torna-se inevitável concluir que as acusações do TPI, não tendo nenhum efeito prático, apenas se destinam a dificultar um hipotético acordo. Acresce, por outro lado, o absurdo de se prosseguirem as negociações com um interlocutor que é formalmente acusado de crimes de guerra.

Vale a pena lembrar ainda a estranha coincidência do aparecimento de factores de desestabilização sempre que no horizonte desponta uma hipótese de resolução diplomática para a guerra nos Balcãs. É o caso, já assinalado pela Rússia, da intensificação dos bombardeamentos da NATO sempre que o seu representante Viktor Tchernomirdin se desloca a Belgrado, e o burlesco engano do ataque à embaixada da China.

Incompetências

Neste jogo de absurdos em que se converteu a (des)ordem internacional é cada vez mais notório, por outro lado, o uso e abuso dos dois pesos e duas medidas. Como se não bastasse o facto de o TPI se caracterizar essencialmente como sendo um tribunal anti-sérvio (a sua lista pública e secreta de «criminosos» de guerra na Bósnia e na Croácia é sobretudo composta por sérvios, e entre os sete casos já julgados inclui-se um croata que, apesar de acusado de crimes de guerra, foi condenado a apenas dois anos de prisão, tendo sido recentemente libertado), como se isso não bastasse, dizia-se, há ainda a considerar a questão da competência dos tribunais da ONU.

Não deixa de ser curioso, na verdade, que os países da NATO (cujas forças, em colaboração com os serviços secretos de vários países, se aprestam a fazer detenções dos incriminados pelo TPI) não questionem a autoridade do Tribunal Penal Internacional, mas não reconheçam a competência do Tribunal Internacional de Haia para apreciar a queixa apresentada há dias por Belgrado contra os dez países da Aliança.

A iniciativa das autoridades jugoslavas de recorrer para o Tribunal assenta no facto de que «os bombardeamentos contra a Jugoslávia são ilegais, estão a provocar um genocídio e constituem uma violação dos direitos humanos». Acusações devidamente acompanhadas de imagens mostrando corpos queimados e mutilados, edifícios destruídos, homens, mulheres e crianças assassinados pelas bombas. Do rol das acusações consta ainda a utilização de bombas de urânio e o apoio de acções terroristas, designadamente «treino, armamento, financiamento e abastecimento do chamado Exército de Libertação do Kosovo».

Nas suas alegações, Belgrado sublinhou que os bombardeamentos, para além de provocarem a morte a milhares de inocentes, estão a destruir objectivos civis, como escolas, hospitais, pontes, estradas, linhas de caminho-de-ferro, fábricas, monumentos e instituições culturais. Como a declaração de ilegalidade destas acções

poderia demorar anos, as autoridades jugoslavas pediram ao Tribunal que, como medida provisória, decretasse o fim dos ataques.

A reacção dos países da NATO foi a que seria de esperar. Por ordem alfabética, os representantes de cada um dos dez preferiram o discurso político à argumentação jurídica para defenderem os bombardeamentos, e todos, numa acção concertada previamente, rejeitaram a competência do Tribunal - a mais alta instância judicial das Nações Unidas - para apreciar o caso.

Falar de independência, nestas circunstâncias, não passa pois de retórica. Os tribunais internacionais, nesta nova ordem ditada de Washington, só servem de facto para julgar os «outros», entendendo-se por «outros» todos os que não alinham com os EUA. Não é certamente por acaso que os norte-americanos e alguns dos seus aliados ocidentais continuam a boicotar a criação de um Tribunal Penal Internacional permanente, iniciativa lançada por uma centena de países no Verão passado, em Roma. Os donos do mundo querem garantias de que nunca se sentarão no banco dos réus.



Documentos alemães negam genocídio e limpeza étnica no Kosovo

Os bombardeamentos contra a Jugoslávia têm sido justificados pela «catástrofe humanitária», «genocídio» e «limpeza étnica» que estaria a ser levada a cabo no Kosovo nos meses que antecederam a intervenção da NATO. Esses «argumentos» foram - e são - insistentemente invocados na Alemanha pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, o «pacifista» Fischer, a exemplo do que sucede na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos.

Acontece que, a 28 de Abril último, o Eric Canepa Brecht Forum divulgou em Nova Iorque um interessante conjunto de documentos internos do Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão e de diferentes Tribunais Administrativos alemães que comprovam que não existia nenhuma limpeza étnica nem nenhum genocídio.

Os documentos do Ministério dos Negócios Estrangeiros são respostas a solicitações dos tribunais encarregados de decidir o estatuto dos albaneses do Kosovo refugiados na Alemanha.

Contrariamente ao que era afirmado em público para justificar

a intervenção da NATO, aquele organismo negava em privado as acusações feitas contra a Jugoslávia.

São alguns desses documentos que a seguir se reproduzem, como mais uma prova de que não foi para pôr cobro a um genocídio que o Governo alemão, e por consequência a NATO, intervieram na questão do Kosovo, e que o genocídio e a limpeza étnica não antecederam os bombardeamentos da NATO e, a existirem, foram resultado dessa intervenção.

6 de Janeiro de 1999

Relatório dos serviços secretos do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Tribunal Administrativo da Baviera, Ansbach:

«Neste momento, verifica-se uma tendência crescente no interior da República Federal da Jugoslávia para o regresso dos refugiados às suas residências. ... Apesar da desoladora situação económica na República Federal da Jugoslávia (de acordo com a informação oficial da República Federal da Jugoslávia 700 000 refugiados da Croácia, Bósnia e Herzegovina encontraram alojamento desde 1991), não são conhecidos casos de má nutrição crónica ou de carência de assistência médica entre os refugiados e não foram observados casos significativos de sem abrigo. ... De acordo com a avaliação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, albaneses do



■ Malcolm Chalmers (*)

Custos da guerra e da paz

A guerra do Kosovo está a ser um negócio muito maior e mais dispendioso do que os planos militares da NATO tinham previsto.

A campanha aérea custa agora aos Estados Unidos cerca de mil milhões de dólares por mês em munições, combustível e outros custos operacionais. Com o aumento do número de aviões arrematados para a operação, este custo torna-se ainda maior.

Outros membros da NATO, para além dos EUA, contribuem com alguns aviões. No mínimo, a Grã-Bretanha, França e Alemanha estão a gastar agora cerca de 100 milhões de dólares por mês cada um na operação. A campanha da NATO, na sua totalidade, deve custar cerca de 1,5 mil milhões de dólares por mês. Este montante aumentará significativamente se a NATO começar a mobilizar uma força de invasão. A

deslocação de 150 000 soldados poderá custar à NATO entre 1,5 a 2 mil milhões de dólares por mês, dos quais talvez cerca de metade poderá ser financiado pelos membros europeus.

Com quatro meses de guerra, assumindo que termina em Outubro, o custo total para os membros da NATO pode chegar a cerca de 20 mil milhões de dólares.

Aconteça o que acontecer, a NATO está agora confrontada com a necessidade de manter uma substancial presença militar nos Balcãs - talvez tanto como 50 000 homens -, durante muitos anos. Essa força continuará provavelmente a enfrentar uma Sérvia hostil, e novos conflitos podem emergir a qualquer momento. É improvável que os seus custos sejam inferiores a cinco mil milhões de dólares por ano, a maioria dos quais será provavelmente da responsabilidade dos países europeus.

Reconstrução

Os europeus terão igualmente de pagar a maior parte dos custos da assistência económica à região. A ajuda de emergência para os refugiados custará cerca de dois a três mil milhões de dólares este ano, e uma ajuda de mais de dois mil milhões terá de ser disponibilizada para os Estados vizinhos cobrirem os efeitos do conflito nas suas já debilitadas economias.

Uma vez terminado o conflito, a comunidade internacional terá igualmente de se confrontar com a tarefa de reconstrução do próprio Kosovo, onde centenas de vilas e cidades foram destruídas. Estimativas recentes sugerem um custo de pelo menos cinco mil milhões de dólares, comparável ao atribuído à reconstrução da Bósnia depois da guerra de 1992-95.

Quanto mais se intensificar a campanha da NATO contra alvos económicos, maior será o custo da reconstrução de fábricas, pontes e cidades da Sérvia.

As estimativas do Governo jugoslavo apontam para um custo de 100 mil milhões de dólares, mas por enquanto parece mais realista falar de 20 a 30 mil milhões. As potências ocidentais, no entanto, recusam pagar para a reconstrução até que um novo governo democrático esteja instalado em Belgrado.

Para além desta exigência imediata, a crise do Kosovo também persuadiu os dirigentes europeus - incluindo o primeiro-ministro britânico Tony Blair - a apelar para um «novo Plano Marshall» para a região.

Na cimeira de Berlim de Março de 1999, a União Europeia concordou em conceder um total de 60 mil milhões de euros (70 mil milhões de dólares) durante sete anos aos países da Europa Central e de Leste (tais como a Polónia, Hungria e Estónia) para apressar a sua adesão como estados-membros.

Em parte como resultado dos conflitos da última década, no entanto, nenhum dos Estados balcânicos estará pronto para se juntar na próxima vaga à União Europeia. Se um programa adicional de «assistência de pré-adesão» aos Estados balcânicos (incluindo a Bulgária e a Roménia) for acordado, isso poderá ajudar a preparar o caminho para a adesão a longo prazo. Um tal programa poderá custar cerca de cinco mil milhões de euros (seis mil milhões de dólares) por ano.

A Armada britânica no Danúbio?

O Reino Unido comprometeu-se a ser um dos mais importantes contribuintes europeus para a reconstrução dos Balcãs. Isso deve-se ao facto de ter providenciado mais tropas do que qualquer outro membro da NATO para a planeada força de intervenção no Kosovo. E também por fazer a maior contribuição para os esforços de ajuda dos Banco Europeu e Banco Mundial à região. Em conjunto, estes empenhamentos custarão ao Reino Unido qualquer coisa como mil milhões de libras por ano durante a próxima década, metade dos quais serão para custear a manutenção de uma presença militar permanente na região.

* Professor da Universidade de Bradford, Reino Unido



Destruição e morte são as consequências devastadoras dos bombardeamentos da NATO contra a Jugoslávia. As bombas não poupam ninguém, matam indiferentemente sérvios e kosovares, reduzem a escombros um país em que várias etnias sempre conviveram. A história desta guerra, que aos poucos se vai fazendo, revela que a catástrofe humanitária que se abateu sobre os Balcãs foi provocada pela NATO



PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

Actualidade

Cantiga de escárnio

Diz que é pela Europa social que é pela Europa floral não a Europa do dinheiro.

Ninguém acredita, pois o tal é vaidoso, fingido e matreiro.

Diz que é pela Europa leal à História cultural não à Europa do bicheiro.

Ninguém acredita, pois o tal é vaidoso, fingido e matreiro.

Diz que é pela Europa cordial da segurança social não pela Europa do nevoeiro.

Ninguém acredita, pois o tal é vaidoso, fingido e matreiro.

O soneto é um alvo militar

Quero a n t r P z, quero c n t r.
Quero ser digno d' minh l m . Quero
s ber que n~o espero em v~o, que espero
vel prometid lém do m r.

Quero o di feliz de tr b lh r.
Quero fin l o que o menino quer: o
qu rto tr nquilo, o bibe zul, comer o
l nche depois da t rde de brinc r.

Quero o vento quer sopr o pólen e a br s .
Quero ter-te na c m , em mim confi d .
Quero volt r, `noite, `mesm c s .

Nota: Os mísseis da NATO os a mataram
e destruíram o último terceto.
Que foi um erro trágico, disse ela.

Serpa, onde há muralhas que são as rainhas

Foi no castelo de Serpa
foi num degrau da muralha
mesmo naquele cantinho
roído de tantos séculos
lá onde os ventos juntaram
a migalhinha de terra

foi aí que aproveitou
para nascer uma plantinha
que dei a flor com o tamanho
de uma lágrima de estrela
das que choram no Alentejo

lá no castelo de Serpa
mesmo em frente da planície
num cantinho da muralha

a flor
que tinha o tamanho
de uma lágrima de estrela
das estrelas
estrela
estrela
de tantas, tantas estrelas
que choram pelo Alentejo
essa flor
foi o porta-voz da imensa
imensidão da planície
na conferência de imprensa
onde estes versos estiveram
a tomar as suas notas
mas que ninguém há-de ver
em qualquer telejornal
porque lá só querem dar
ninharias
fugidias.

AGENDA

Tempos de Antena da CDU Na RTP, SIC e TVI

DIA	Televisão *	TA **
5ª feira, 3	RTP1	19.10h.
6ª feira, 4	TVI	19.10h.
	SIC	19h.
Sábado, 5	RTP1	19.42h.
	RTP2	21.20h.
	SIC	19.19h.
	TVI	19.12h.
Domingo, 6	RTP1	19.45h.
	RTP2	21.23h.
	SIC	19.22h.
	TVI	19.16h.
2ª feira, 7	RTP2	21.16h.
	RTP1	21.03h.
3ª feira, 8	SIC	19.09h.
	TVI	19.03h.
4ª feira, 9	RTP2	21.39h.
	RTP1	19.06h.
5ª feira, 10	SIC	19.12h.
	TVI	19.06h.
	RTP1	19.10h.
6ª feira, 11	RTP2	21.36h.
	SIC	19.13h.
	TVI	19.10h.

* Início das Emissões

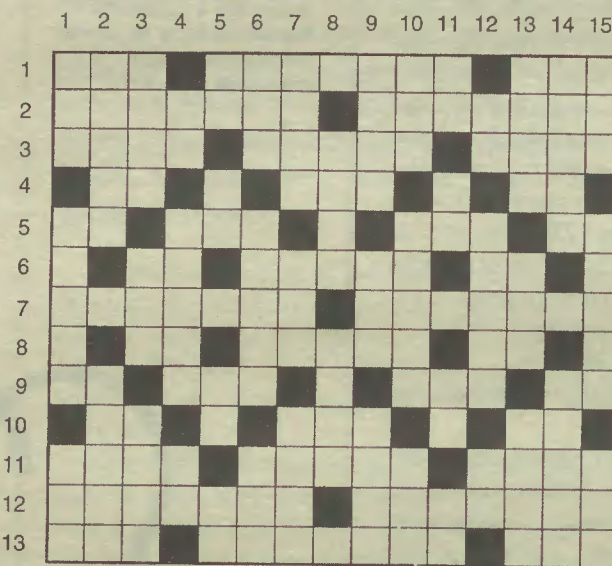
RTP - 1: dia 3, às 19 h.; dia 4, às 20.55; dia 5 e 6, às 19.30 h.; dia 7, às 19 h.; dia 8, às 21 h.; dias 9, 10, 11, às 19 h.

RTP - 2: dia 3, às 21.15 h.; dias 5 e 6, às 21.20; dia 7, às 21.10; dias 8, 9, 10, 11, às 21.20 h.

SIC e TVI - Todos os dias às 19 h.

** Horários aproximados das emissões dos tempos de antena da CDU

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - Interj. outra vez; lugar onde, entre os Romanos, se expunham os escravos à venda; fachada lateral de um edifício. 2 - Face interna do costado do navio que vai da popa à proa e onde se fixam as amuras; elegantes. 3 - Itinerário; agarrara com as gavinhas; concordância dos sons finais de dois ou mais versos. 4 - Nota musical; fruto da ateira; Rádio (s.q.). 5 - Rio costeiro de França; rema para trás; larva que se cria nas feridas dos animais; apelido. 6 - Cãhamo de Manila; aposento de um religioso, o convento (pl.); tratamento respeitoso que se usa, na China, para certas pessoas. 7 - Atear; estouvados. 8 - Lantânio (s.q.); tirar com violência; laço apertado. 9 - A carta mais alta do baralho; saudável; insignificância (fig.); existes. 10 - Comparecer; a parte inferior do pão; praseodímio (s.q.). 11 - Combina; supremos; conquista. 12 - Pequena bota para senhora ou criança (pl.); parreiras. 13 - Azo (ant.); descorada; arco de cabaz.

VERTICAIS: 1 - Unidade de pressão no sistema C. G. S. correspondente à pressão de um dine por centímetros quadrado; abelha silvestre cujo mel é azedo; parte pendente anexa a alguma coisa. 2 - Sacrificia matando; armazém em forma de torre para substâncias sólidas (pl.). 3 - Instrumento que serve para marcar ângulo no terreno; suavidade (fig.); conjunto de cerimónias prescritas para a celebração de um culto. 4 - Divindade solar dos antigos faraós; osso, mais ou menos alongado, de certas partes do corpo humano (pl.); interj. de dor. 5 - Cálcio (s.q.); o seu valor é de 3,1416; a voz do cão; sódio (s.q.). 6 - Acrescenta; ateador; o tio americano. 7 - Peça com que se alonga interiormente a circunferência do chapéu; época; portuguesa. 8 - Ilha com forma anelar originada pela acumulação e consolidação de recifes de coral, encerrando uma lagoa interior; filtram. 9 - Mulher de Abraão; estima muito; rebole. 10 - Irmã do pai; empregara; tempero. 11 - Vento; érbio (s.q.); observei; Tantão (s.q.). 12 - Suf. de agente; aprendiz; basta. 13 - Empunhar; sufixo nominal que forma adjetivos e exprime a ideia de semelhança, presença; acto de podar ou cortar ramos de uma planta. 14 - Lodos; solitárias. 15 - Braço (pop.); pequenas asas; arco de cabaz.

SOLUÇÕES:
HORIZONTAIS: 1 - Bis; castel; ala. 2 - Amurada; áross; 3 - Rota; clara; rna. 4 - Lá; rna; Ra. 5 - Hat; cia; ura; Sa. 6 - Ma; célas; ll. 7 - Acender; malucos. 8 - Lat; sacat; no. 9 - Asp; rmas. 10 - Ht; lac; Pt. 11 - Alha; sumos; torna. 12 - Botnas; latadas. 13 - Aso; amarela; rmas. 14 - Lamas; rmas. 15 - Asa; amas; asa.
VERTICAIS: 1 - Bar; aramã; aba. 2 - Inola; stios. 3 - Suta; me; rto. 4 - Rá; canas; al. 5 - Ca; pi; ág; Na. 6 - Adc; aceso; Sam. 7 - Tala; era; fusa. 8 - Ato; com. 9 - Sara; ama; rto. 10 - Pi; ar; sal. 11 - Ar; er; vi; Ta. 12 - Or; alno; lá. 13 - Asit; lco; poda. 14 - Lá; rmas; rmas. 15 - Asa; amas; asa.

Mais CDU no

Quarta-feira, 2

Almada - Encontro-convívio de apoiantes da CDU, às 21 horas, na Incrível Almadense, com José Casanova e Maria Rosa Colaço.

Almeirim - Distribuição de propaganda no Parque das Laranjeiras, com Sérgio Ribeiro e Manuela Cunha.

Almodôvar - Sessão de esclarecimento em Gomes Aires, às 21 horas.

Alpiarça - Sérgio Ribeiro e Manuela Cunha visitam o mercado, às 9 horas. Às 15 horas, participam num encontro com reformados. Às 16.30 encontram-se com trabalhadores da Câmara Municipal, no Parque das Máquinas. Às 21.30 participam numa sessão de esclarecimento, no Pavilhão da Feira.

Castro Verde - Porta-a-porta, a partir das 19 horas, nos lugares de Viseus, Guerreiros, Figueirinha, Vale de Camelos, Monte das Figueiras e Corte Cobres.

Chamusca - Sérgio Ribeiro e Manuela Cunha visitam as Confeccões Cordeiro, a partir das 11.30 horas. Às 12.30 contactam trabalhadores na zona industrial de Ulme.

Évora - Grande convívio da Juventude CDU, no Monte Alentejano, a partir das 21.30 horas. Café-concerto «Canções de Abril». Intervenções de João Andrade Santos e Vanda Santos.

Felgueiras - Honório Novo contacta trabalhadores e empresários da indústria do calçado, a partir das 11.30 horas.

Lustosa - Honório Novo participa no «Dia da Europa», às 9.30 horas, na escola preparatória.

Ourique - Sessões de esclarecimento em Santa Luzia (18.30) e Conceição (16.30).

Vila do Conde - Sessão pública com Honório Novo, às 21.30 horas, no Convento do Carmo.

Quinta-feira, 3
Almada - Caravana automóvel, de manhã, percorrendo Cacilhas, Cova da Piedade, Feijó e Pragal. Sessão de esclarecimento com Domingos Abrantes, às 15 horas, na Sobreda (Clube Recreativo Sobredense).

Almodôvar - sessões de esclarecimento em Santa Clara (17 horas) e Aldeia dos Fernandes (21.00).

Alvito - Sessão de esclarecimento em Vila Nova da Baronia.

Castro Verde - Porta-a-porta, a partir das 18.30, nos lugares de Lombador, Neves e A-do-Corvo. Sessão de esclarecimento em Sete, às 21.30.

Castelo Branco - Partida, às 13.30 (Pelourinho) da Caravana CDU, em autocarro e com Bombos de Peroviseu, passando por Belmonte, Teixoso, Canhoso, Tortosendo, Fundão, Alcains e Castelo Branco (18.30, Casa dos Emblemas, Av. 1.º de Maio e Centro Cívico).

Mértola - Porta-a-porta nos lugares de Benvinda, João Serra, Tacões, Espargosa, Bicada, Alamo, Moinhos de Vento, Espírito Santo, Penilhos, Martinhanes, S. João dos Caldeireiros, Ledo, Mosteiros, Sedas, Mesquita e Romão.

Ourique - Sessões de esclarecimento em Grandãos (15.30), Aldeia de Palheiros (19.00) e Alcaria Fernão Vaz (21.00)

Tempos de Antena nas rádios

Dia 2: 7h10 (Rádio Comercial), 11h35 (Rádio Renascença e RFM), 20h10 (RDP), 20h40 (RFM), 21h50 (RR) e 23h45 (RC)

Dia 3: 14h25 (RDP), 20h30 (TSF), 20h35 (RFM), 21h10 (R. Nostalgia), 21h45 (RR) e 23h40 (RC)

Dia 4: 14h20 (RDP), 19h35 (RC), 20h30 (RFM), 20h55 (TSF), 21h35 (Nost.) e 21h40 (RR)

Dia 5: 14h15 (RDP), 20h25 (RFM), 23h30 (RC) e 23h35 (RR)

Dia 6: 14h00 (RDP), 20h20 (RFM), 20h50 (TSF), 21h30 (Nost.), 23h25 (RC) e 23h30 (RR)

Dia 7: 11h54 (RDP), 20h15 (RFM), 21h25 (RR) e 23h20 (RC)

Dia 8: 11h49 (RDP), 20h10 (RFM), 20h45 (TSF), 21h20 (RR), 21h25 (R. Nost.) e 23h15 (RC)

Dia 9: 11h44 (RDP), 20h15 (RFM), 20h20 (RR) e 23h10 (RC)

Dia 10: 7h25 (RC), 11h39 (RDP), 11h50 (RR e RFM), 20h25 (RDP), 20h40 (TSF) e 21h20 (Nost.)

Dia 11: 7h13 (RC), 11h38 (RR e RFM), 11h39 (RDP), 20h28 (RDP), 20h37 (RFM), 20h57 (TSF), 21h37 (Nost.) e 21h47 (RR)

Banca de Rua em Loures

Todas as terças e sextas-feiras, no Largo 4 de Outubro

Campanha de Fundos

Sessão de Corte de Cabelos promovida pela Freguesia dos Anjos Sábado das 15 às 20 horas, no CT Vitória, lavar secar e cortar: Homens - 1500 escudos Mulheres - 2000 escudos (desconto de 20% a jovens até 25 anos)



Amizade Portugal-Cuba

Reencontro com German Blanco Pujol (anterior embaixador de Cuba em Lisboa) e com Miguel Urbano Rodrigues Sábado, 5, em Setúbal

Almoço, às 12.30 horas, na Cooperativa de Habitação «Benvinda a Liberdade» Animação cultural «Seis Canções de Guerra e Morte e uma Canção de Amor», às 17 horas, na sede do Núcleo da Associação de Amizade Portugal-Cuba (Rua António Joaquim Granjo, 72-1.º junto à Igreja de Santa Maria) Inscrições pelos telefones 065-793864 (Coop. Faralhão) e 065-522478 (Casa «A Joaninha»)

Parlamento Europeu

Póvoa de Santo Adrião - Festa no Parque Desportivo, a partir das 18 horas, com animação desportiva, música («Pura Repressão», José Gordilho e «Os 3 de Abril») e intervenção de **Henrique Sousa**.

Serpa - Porta-a-porta em Vila Nova de S. Bento. **Sexta-feira, 4**

Almodôvar - Sessão de esclarecimento em Rosário, às 21 horas.

Castro Verde - Sessão de esclarecimento com **Joaquim Miranda**, no auditório da Biblioteca Municipal, às 21.30 horas.

Mértola - Porta-a-porta em Sapos, Namorados, Britos Gomes e Morena. Sessão de esclarecimento em Penedos.

Ourique - Sessão de esclarecimento em Garvão, às 21 horas.

Ovar - sessão de esclarecimento na Habitovar (Café Mota), às 21.30 horas.

Santa Iria de Azóia - Sessão-debate, às 21.30 horas, na «1.º de Agosto», com **Octávio Teixeira**.

São João da Talha - Sessão com reformados, às 15 horas, no Centro de Dia, com **José Tavares**.

Serpa - Porta-a-porta.

Vizela - Comício, às 21.30 horas, no Jardim Público, com **Agostinho Lopes** e **João Amaral**.

Sábado, 5

Aljustrel - Caravana automóvel no concelho, a partir das 9.30 horas.

Almada - Caravana automóvel, de manhã, percorrendo Charneca, Costa, Trafaria e Monte Caparica. Almoço-convívio da Juventude CDU, no CT do PCP na Costa de Caparica. Sessão de esclarecimento, às 21 horas, na Trafaria.

Belas - Debate no salão polivalente da Junta de Freguesia (ao lado da URPIB), às 15.30 horas, com **Henrique Sousa**.

Cascais - Sessão-debate no Desportivo Monte Real (S. Domingos de Rana), às 21 horas, com **Carlos Rabaçal** e **Maria Clementina**.

Lisboa - A partir das 16 horas, no Bairro do Condado (Zona J, frente à Junta de Freguesia de **Marvila**), conversa com **João Amaral** e música com «Os 3 de Abril». Sessão-debate no Chiniquilho Cruzeirense (Casalinho da Ajuda), às 21 horas, com **Nuno Ramos de Almeida**, antecedida da peça de teatro «Viver a Revolução».

Mértola - Porta-a-porta na Mina de S. Domingos, Santana de Cambas, Luz, Pomarão, Picoitos, Salgueiros e Alves. Sessão de esclarecimento em Manuel Galo.

Moura - **Joaquim Miranda** visita o concelho.

Ovar - Sessões de esclarecimento no Bairro da Misericórdia (Centro Cultural, Recr. e Desportivo), às 14.30 horas, e no Bairro de S. José (Associação Cultural, Recr. e Desportiva), às 21.30.

Serpa - Porta-a-porta em Brinches.

Setúbal - Encontro de **intelectuais e quadros técnicos** com candidatos CDU, às 18 horas, no «Café com Estória» (Edifício Arrábida), com participação de **Odete Santos**, **Alice Vieira**, **Maria Rosa Colaço** e **Mário Ventura Henriques**.

Domingo, 6

Almodôvar - Porta-a-porta em Santa Cruz, a partir das 9.30 horas.

Beja - Porta-a-porta na cidade.

Cascais - Festa CDU, no Largo da Câmara, a partir das 17.30 horas, com

Joaquim Miranda. Música com a banda «Erva de Cheiro».

Castro Verde - Porta-a-porta em Neves Corvo.

Damaia - Sessão no CT do PCP, às 10.30 horas, com **Carlos Chaparro**.

Lisboa - Espectáculo como «3 de Abril», no Bairro da Boavista (junto à Associação de Reformados), às 17 horas; intervenção de **Alexandra Gonçalves**.

Mértola - Porta-a-porta em S. Pedro Solis, Roncão e Diogo Martins. Sessão de esclarecimento em Alcaria Ruiva.

Oeiras - Convívio no Jamor (próximo das piscinas), a partir das 12.30 horas, com **Joaquim Miranda**.

Santo Antão do Tojal - Sessão com reformados, no Centro de Dia, às 14.30 horas, com **Manuel Veiga**.

Serpa - Porta-a-porta em V. V. Ficalho.

Segunda-feira, 7

Almodôvar - Visita à freguesia, com **Susana Fonseca**.

Lisboa - Sessão de esclarecimento nos Prazeres (Soc. Musical «Ordem e Progresso», Rua do Conde, 77), às 21.30 horas, com

Domingos Abrantes.

Mértola - Sessões de esclarecimento em Corte Gafo de Baixo e em Corte da Velha.

Serpa - Porta-a-porta em Vale de Vargo.

Terça-feira, 8

Almodôvar - Sessões de esclarecimento em Porteirinhos e no Monte dos Mestres:

Catujal - Sessão com reformados, no Centro de Dia, às 15 horas, com **Carlos Luz**.

Mértola - Sessões de esclarecimento em Corvos e em Moreanes.

Ourique - Visita à freguesia, com

Susana Fonseca.

Serpa - Porta-a-porta em A-do-Pinto.

Quarta-feira, 9

Almodôvar - Sessões de esclarecimento em Graça de Padrões (19 horas) e Semblana (21.00).

Mértola - sessões de esclarecimento em Corte de Pinto e em Penilhos.

Odivelas - Noite do Fado, no Largo D. Dinis, a partir das 21 horas. Intervenção de

António Andrez.

Ourique - Sessões de esclarecimento em Santana da Serra (16 horas), Panóias (18.30) e Torre Vã (21.00).

Prior Velho - Sessão com reformados, no Centro de Dia, às 15 horas, com **Vítor Alves**.

Santo António dos Cavaleiros - Sessão com reformados, no Centro de Dia, às 15 horas, com

Aurélio Santos.

Serpa - Porta-a-porta em Santa Iria e em Vales Mortos.

Vidigueira - Colóquio sobre o combate à toxicod dependência, às 15 horas.

Quinta-feira, 10

Almodôvar - Porta-a-porta em S. Barnabé.

Mértola - Sessões de esclarecimento nos Picoitos e nos Fernandes.

Sexta-feira, 11

Mértola - Caravana automóvel no concelho.

Vidigueira - Caravana automóvel no concelho, a partir das 17.30 horas.

Em 13. Junho
no Parlamento Europeu

Mais
CDU



Iniciativas com Carlos Carvalhas e Ilda Figueiredo

Quarta-feira, 2

20h00 - **Aveiro**: Jantar-convívio distrital, com intervenções de Carlos Carvalhas, Ilda Figueiredo e Alcina Fernandes, no Restaurante Cozinha do Rei (junto ao Hotel D. Afonso V).

21h30 - **Coimbra**: Comício, com intervenções de Carlos Carvalhas, Ilda Figueiredo e Santos Cardoso, a partir das 22h00, na Praça 8 de Maio.

Quinta-feira, 3

20h00 - **Olhão**: Jantar-convívio com Carlos Carvalhas e Ilda Figueiredo, no Restaurante Ponte Velha.

21h30 - **Faro**: Comício-festa, com intervenções de Carlos Carvalhas, Ilda Figueiredo e Mário Costa, na Doca.

Sexta-feira, 4

18h00 - **Vila Franca de Xira**: partida, do CT do PCP, de uma arruada CDU, em que participam Carlos Carvalhas, Ilda Figueiredo e outros candidatos.

20h00 - **A-das-Lebres** (Stº Antão do Tojal, Loures): Jantar-convívio com Carlos Carvalhas, Ilda Figueiredo e Beatriz Matias, na **União Lebrense**.

19h00 - **Queluz**: Comício-festa no Jardim de Queluz (Parque Conde Almeida Araújo), com sardinhada e música da «Quadrilha». Às 21.30, intervenções de Carlos Carvalhas e Ilda Figueiredo.

Sábado, 5

13h00 - **Odemira**: Almoço-convívio no Parque das Águas, Boavista dos Pinheiros, com Carlos Carvalhas, Ilda Figueiredo e Carmen Francisco.

15h00 - **Beja**: Festa distrital da CDU no Parque das Merendas; comício às 17 horas, com Carlos Carvalhas, Ilda Figueiredo e Suzana Fonseca.

21h00 - **Évora**: Comício na Praça do Giraldo, com Carlos Carvalhas e Ilda Figueiredo.

Domingo, 6

11h00 - **Costa de Caparica**: Partida da arruada CDU, junto ao Mercado Municipal, com Carlos Carvalhas, Ilda Figueiredo e outros candidatos.

13h00 - **Cova da Piedade**: Convívio no jardim, com Ilda Figueiredo.

16h30 - **Barreiro**: Pic-nic na Quinta dos Amassadores, Santo António, com Carlos Carvalhas e Ilda Figueiredo.

18h00 - **Baixa da Banheira**: Comício no Parque José Afonso, ao lado da Junta de Freguesia, com Carlos Carvalhas e Ilda Figueiredo.

19h30 - **Alcochete**: Jantar-convívio nos Bombeiros Voluntários, com Carlos Carvalhas e Ilda Figueiredo.

22h00 - **Alhandra**: Comício na Praça 7 de Maio, com Carlos Carvalhas e Ilda Figueiredo.

Segunda-feira, 7

17h00 - **Tortosendo**: Ilda Figueiredo contacta com a população, na Avenida Viriato, junto à antiga Fábrica do Ribeiro.

19h00 - **Covilhã**: jantar da Juventude CDU, na Universidade da Beira Interior, com Ilda Figueiredo.

21h30 - **Covilhã**: comício-festa, na Praça do Município, com intervenção de Ilda Figueiredo e música da «Quadrilha».

Terça-feira, 8

17h30 - **Couço**: Sessão pública na Casa do Povo, com Carlos Carvalhas, Ilda Figueiredo e Sérgio Ribeiro.

21h30 - **Benavente**: Comício-festa no Centro Cultural, com Carlos Carvalhas, Ilda Figueiredo e Manuela Cunha.

Quarta-feira, 9

19h00 - **Setúbal**: Encontro com jovens, no «Octubrus Bar», com Carlos Carvalhas e Ilda Figueiredo.

20h00 - **Setúbal**: Jantar-convívio, com Carlos Carvalhas e Ilda Figueiredo.

22h00 - **Corroios**: Festa popular, no Largo do Mercado; comício com Carlos Carvalhas e Ilda Figueiredo.

Quinta-feira, 10

11h00 - **Santarém**: Carlos Carvalhas, Ilda Figueiredo e outros candidatos visitam a Feira Nacional da Agricultura.

21h30 - **Braga**: Comício-festa na Praça da República (junto à Arcada), com Carlos Carvalhas e Ilda Figueiredo.

Sexta-feira, 11

10h30 - **Almada**: Partida da Rua Capitão Leitão, junto ao CT do PCP, da arruada CDU, com Carlos Carvalhas e candidatos ao PE.

19h00 - **Seixal**: Jantar-Convívio, junto ao CT do PCP (Rua João de Deus), com intervenção de Carlos Carvalhas.

21h00 - **Lisboa**: Comício-festa de encerramento da campanha eleitoral, no Coliseu dos Recreios, com Carlos Carvalhas, Ilda Figueiredo, Manuela Cunha e Beatriz Matias.

TELEVISÃO

Quinta, 3

- RTP 1**
- 08.00 Infantil
 - 10.00 Praça da Alegria
 - 11.40 Culinária
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.45 Sessão Especial: «Madre Teresa de Calcutá»
 - 15.30 O Amigo Público
 - 18.15 País País
 - 18.45 País Regiões
 - 19.00 Campanha Eleitoral: Eleições Europeias
 - 19.15 Os Lobos
 - 20.00 Telegiornal
 - 21.00 As Lições de Tonecas
 - 21.40 Grande Entrevista
 - 23.10 Miguel Ângelo ao Vivo
 - 00.30 24 Horas
 - 01.20 Ténis: Roland Garros
 - 01.30 Video Club: a designar

- RTP 2**
- 10.30 Missa do dia de «Corpo de Deus»
 - 11.30 A Hora dos Campeões (de Stephen Herek, EUA/1992, com Emilio Estevez, Joss Ackland, Lane Smith. Comédia.)

Sexta, 4

- RTP 1**
- 08.00 Infantil
 - 10.00 Praça da Alegria
 - 11.40 Culinária
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.45 Consultório
 - 14.40 Nas Asas do Destino
 - 15.35 Malha de Intrigas
 - 16.25 Hóquei em Patins: Portugal-Angola
 - 17.50 Futebol: Portugal-Eslováquia (Sub-21)
 - 20.00 Telegiornal
 - 20.55 Campanha Eleitoral: Eleições Europeias
 - 21.20 Uma Casa em Fânico
 - 22.25 Principal Suspeito
 - 00.40 Anúncios de Graça
 - 01.15 24 Horas
 - 02.05 Ténis: Roland Garros
 - 02.20 NBA

- RTP 2**
- 14.00 Desporto - Ténis: Roland Garros; Ciclismo: Volta à Itália
 - 16.30 Informação Gestual
 - 17.15 O Caminho das Estrelas
 - 18.00 Programa Religioso
 - 18.30 Hugo
 - 19.00 Um, Dó, Li, Tá
 - 19.55 A História da Terra
 - 20.45 Portugalmente
 - 21.15 Campanha Eleitoral: Eleições Europeias
 - 21.30 Remate
 - 22.00 Jornal 2
 - 22.35 Acontece
 - 22.50 Carlos Cruz (Entrevista)
 - 24.00 Uma Pistola
 - 01.00 Máscaras de Música

- SIC**
- 08.00 Buêrére
 - 10.00 Sic 10 Horas
 - 12.00 Zázá
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 Juiz Decide
 - 15.00 Você Decide
 - 16.00 Fátima Lopes
 - 17.55 No Sofá Vermelho
 - 18.00 Meu Bem Quer

Sábado, 5

- RTP 1**
- 08.00 Infantil/Juvenil
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.40 Top+
 - 15.20 Solteiros
 - 15.50 Amigos
 - 16.25 Hóquei em Patins: Portugal-Suíça
 - 17.25 Estrada Viva
 - 18.20 Santa Casa
 - 19.45 Campanha Eleitoral: Eleições Europeias
 - 20.00 Telegiornal
 - 20.55 Futebol: Portugal-Eslováquia (Seniores)
 - 23.00 Já que Falamos em Sexo
 - 23.35 Nash Bridges
 - 00.40 24 Horas
 - 01.20 Viver e Morrer em Los Angeles (de William Friedkin, EUA/1985, com William L. Petersen, Willem Dafoe, John Pankow, John Turturro. Acção/Policial.)
 - 03.30 Os Navegadores (de Philippe Mora, EUA/1996, com Rutger Hauer, Joan Chen, Harold Pruett, Brian James. Ficção Científica.)

- RTP 2**
- 09.00 Universidade Aberta
 - 11.30 Aventuras Espaciais
 - 12.00 Contos Assombrosos
 - 13.20 Dinheiro Vivo
 - 14.00 Parlamento
 - 15.00 Desporto 2
 - 17.30 Blake e Mortimer
 - 18.30 2001
 - 19.10 Onda Curta (nenhuma informação à data de fecho do jornal)
 - 19.30 Horizonte
 - 20.25 Departamento de Homicídios
 - 21.25 Ugh
 - 21.40 Campanha Eleitoral: Eleições Europeias
 - 22.00 Jornal 2
 - 22.35 O Lugar da História
 - 23.35 Allô, Allô!
 - 00.05 Liga de Cavalheiros
 - 00.35 Absolutamente Fabulosas
 - 01.05 A Escolha de Sofia

Domingo, 6

- RTP 1**
- 08.00 Infantil / Juvenil
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.40 Made in Portugal
 - 15.05 Os Dias da Rádio (de Woody Allen, EUA/1987, com Seth Green, Julie Kavner, Michael Tucker, Dianne Wiest, Josh Mostel, Mia Farrow, Jeff Daniels. Ver Destaque.)
 - 16.45 Ferro e Fogo
 - 17.55 Hóquei em Patins: Portugal-Chile
 - 19.45 Campanha Eleitoral: Eleições Europeias
 - 20.00 Telegiornal
 - 21.05 Jet 7
 - 21.45 Atlântico (com Wagner Tiso e Rio Cello Ensemble)
 - 22.55 Domingo Desportivo II
 - 00.30 Perigo Iminente
 - 01.25 24 Horas

- RTP 2**
- 09.00 Programa Religioso
 - 09.30 Infantil/Juvenil
 - 10.30 Eucaristia Dominical
 - 13.10 Ekhyaya
 - 14.00 Jornal de África
 - 14.30 Rotações
 - 15.00 Desporto 2
 - 18.35 Ladrão que Rouba Ladrão
 - 19.25 Bom Bordo
 - 19.55 Artes e Letras «Herbert von Karajan»
 - 20.45 A História de Tom Jones Enjetado
 - 21.40 Campanha Eleitoral: Eleições Europeias
 - 22.00 Jornal 2
 - 22.35 Horizontes da Memória
 - 23.05 Febre de Sábado à Noite (de John Badham, EUA/1977, com John Travolta, Karen Lynn Gorney, Barry Miller, Donna Pescow. Ver Destaque.)

- SIC**
- 08.00 Buêrére
 - 12.00 BBC - Vida Selvagem
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 Buffy, Caçadora de Vampiros

Segunda, 7

- RTP 1**
- 08.00 Infantil
 - 10.00 Praça da Alegria
 - 11.40 Culinária
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.45 Consultório
 - 14.45 Nas Asas do Destino
 - 15.40 Malha de Intrigas
 - 16.30 O Amigo Público
 - 18.15 País, País
 - 18.45 País Regiões
 - 19.00 Campanha Eleitoral: Eleições Europeias
 - 19.15 Os Lobos
 - 20.00 Telegiornal
 - 20.55 Le Mans
 - 21.25 Hóquei em Patins: Portugal-Argentina
 - 22.45 Canções da Nossa Vida
 - 00.20 Guerra Fria
 - 01.20 24 Horas
 - 02.10 Máquinas

- RTP 2**
- 14.00 Informação Gestual
 - 14.30 Assembleia da República
 - 18.00 Informação Religiosa
 - 18.30 Universidade Aberta
 - 18.30 Hugo
 - 19.00 Um, Dó, Li, Tá
 - 19.35 Ao Natural

Terça, 8

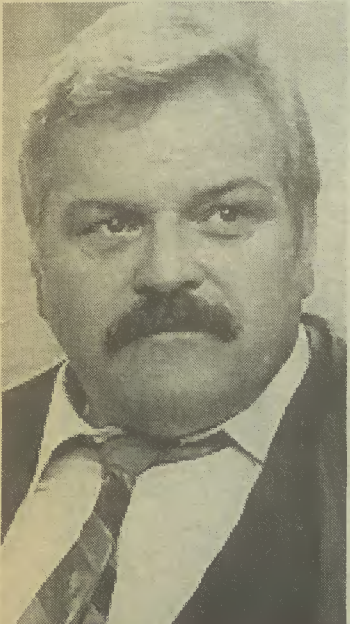
- RTP 1**
- 08.00 Infantil
 - 10.00 Praça da Alegria
 - 11.40 Culinária
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.45 Consultório
 - 14.45 Nas Asas do Destino
 - 15.40 Malha de Intrigas
 - 16.30 O Amigo Público
 - 17.55 Hóquei em Patins: Portugal-Moçambique
 - 18.15 País, País
 - 18.45 País Regiões
 - 19.00 Campanha Eleitoral: Eleições Europeias
 - 19.15 Os Lobos
 - 20.00 Telegiornal
 - 20.45 Le Mans
 - 21.00 Campanha Eleitoral: Eleições Europeias
 - 21.25 Cromos de Portugal
 - 22.10 Herman 99
 - 00.30 Dharma e Greg
 - 00.55 24 Horas
 - 01.45 Seaqueat, Brigada Submarina

- RTP 2**
- 15.00 Informação Gestual
 - 15.45 Grande Hotel (de Edmund Goulding, EUA/1932, com Greit Garbo, John Barrymore, Joan Crawford, Wallace Berry, Lionel Barrymore. Ver Destaque.)

Quarta, 9

- RTP 1**
- 08.00 Infantil
 - 10.00 Praça da Alegria
 - 11.40 Culinária
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.45 Consultório
 - 14.45 Nas Asas do Destino
 - 15.40 Malha de Intrigas
 - 16.30 O Amigo Público
 - 18.15 País País
 - 18.45 País Regiões
 - 19.00 Campanha Eleitoral: Eleições Europeias
 - 19.15 Os Lobos
 - 20.00 Telegiornal
 - 20.35 Le Mans
 - 20.55 Futebol: Portugal-Liechtenstein
 - 23.00 Supercop, A Fúria do Relâmpago (de Stanley Tong, Hong-Kong/1992, com Jackie Chan, Michelle Khan, Maggie Cheung, Ken Tsang. Comédia/Ação.)
 - 00.55 24 Horas
 - 01.45 Grau de Culpa

- RTP 2**
- 15.00 Informação Gestual
 - 15.45 Derrick
 - 16.40 O Caminho das Estrelas



«Juramento de Sangue», mini-série com Brian Dennehy, talvez valha a pena espreitar (na TVI)



O próximo «Canções da Nossa Vida», na segunda-feira (RTP 1), tem como convidados principais os «Xutos e Pontapés»



O talento e a personalidade polémica de Herbert von Karajan, em primeiro plano no «Artes e Letras» desta semana (RPT 2)

- 13.05 Infantil
- 14.00 Desporto 2 - Ténis: Roland Garros; Ciclismo: Volta à Itália
- 16.30 Informação Gestual
- 17.15 Derrick
- 17.35 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Hugo
- 19.00 Um, Dó, Li, Tá
- 19.55 Civilizações do Passado
- 20.45 Portugalmente
- 21.15 Campanha Eleitoral: Eleições Europeias
- 21.30 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 No Meu Cinema (nenhuma informação à data de fecho do jornal)
- 00.55 Vietname: A Vida Depois da Morte

- SIC**
- 19.00 Campanha Eleitoral: Eleições Europeias
 - 19.15 Andando nas Nuvens
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.00 Um Sarilho Chamado Marina
 - 21.40 Suave Veneno
 - 22.50 Ponto de Encontro
 - 24.00 O Juiz Sou Eu (de Richard T. Heffron, EUA/1982, com Armand Assante, Barbara Carrera, Paul Sorvino. Policial.)
 - 02.10 Último Jornal
 - 02.45 City Hall - A Sombra da Corrupção (de Harold Becker, EUA/1996, com Al Pacino, John Cusack, Bridget Fonda, Danny Aiello. Drama.)
 - 04.45 Portugal Radical
 - 05.15 Vibrações

- (de Alan J. Pakula, EUA/1982, com Meryl Streep, Kevin Kline, Peter MacNicol, Josef Sommer. Ver Destaque.)
- SIC**
- 08.00 Buêrére
 - 11.55 O Nosso Mundo
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 Nascida Ontem (de Luis Mandoqui, EUA/1993, com Melanie Griffith, John Goodman, Don Johnson. Comédia Romântica.)
 - 16.00 Big Show Sic
 - 19.00 Campanha Eleitoral: Eleições Europeias
 - 19.30 Big Show Sic
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.00 Mundo VIP
 - 22.00 Quequês e Terríveis
 - 23.10 Mulher
 - 00.10 Afrodísia
 - 00.45 A Falsa Condessa (de Ron Lagomorgino, EUA/1994, com Tea Leoni, David Becroft. Comédia.)
 - 02.45 Último Jornal
 - 03.20 Portugal Radical



«Andando nas Nuvens» é o título da nova telenovela da SIC, com boas referências

- TVI**
- 09.00 Animação
 - 12.00 Pérola Negra
 - 13.30 TVI Jornal
 - 14.00 Sangue do Meu Sangue
 - 15.00 Samantha
 - 16.00 Animação
 - 18.00 Robocop
 - 19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
 - 20.00 Nightman
 - 21.00 Directo XXI
 - 21.45 Os Reis da Música Nacional
 - 24.00 Juramento de Sangue (Série)
 - 03.15 Competente e Descarada

- TVI**
- 09.00 Animação
 - 12.20 Top Rock
 - 13.30 Contra-Ataque
 - 15.00 Uma Dupla de Sucesso (de Glen Salzman e Rebecca Yates, EUA/1991, com Jim Carrey, Adah Glassbourg. Comédia.)
 - 16.00 A Fúria dos Anjos
 - 19.00 Colégio Brasil
 - 21.00 Directo XXI
 - 21.40 (Programa a designar)
 - 22.35 Em Nome da Nação (de Larry Show, EUA/1995, com Gail O'Grady, Bess Armstrong, Hal Holbrook, Rip Torn. Drama.)
 - 00.50 Baía Negra (de Carl-Jan Colpaert, EUA/1994, com Roy Wise, Viggo Mortensen, Grace Zabriskie. Comédia.)
 - 02.45 Casos de Arquivo

- 16.00 Rex, O Cão Polícia
- 17.00 Vídua... Mas Não Muito (de Jonathan Demme, EUA/1988, com Michelle Pfeiffer, Matthew Modine, Dean Cain. Ver Destaque.)
- 18.00 Meu Bem Quer
- 19.00 Campanha Eleitoral: Eleições Europeias
- 19.30 Maluco do Riso
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 O Fura-Vidas
- 22.30 Hilda Furacão
- 23.30 Lendas de Paixão (de Edward Zwick, EUA/1994, com Brad Pitt, Anthony Hopkins, Aidan Quinn, Julia Ormond. «Western».)
- 03.00 Último Jornal
- 03.35 Portugal Radical

- 20.05 A Ponte de Brooklyn
- 20.40 Portugalmente
- 21.10 Campanha Eleitoral: Eleições Europeias
- 21.30 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 Jogo Falado
- 23.50 Novos Heróis

- SIC**
- 08.00 Buêrére
 - 10.00 Sic 10 Horas
 - 12.00 Zázá
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 Juiz Decide
 - 15.00 Você Decide
 - 16.00 Fátima Lopes
 - 17.55 No Sofá Vermelho
 - 18.00 Meu Bem Quer
 - 19.00 Campanha Eleitoral: Eleições Europeias
 - 19.15 Andando nas Nuvens
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.00 Médico de Família
 - 22.10 Suave Veneno
 - 23.30 Casos de Polícia
 - 24.00 Cidade Escaldante
 - 01.00 Último Jornal
 - 01.35 Balada de Nova Iorque
 - 02.40 Portugal Radical
 - 03.10 Vibrações

- 17.35 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Hugo
- 19.00 Um, Dó, Li, Tá
- 19.10 Puzzle Place
- 19.55 Documentário: Sudden Impact
- 20.50 Portugalmente
- 21.25 Campanha Eleitoral: Eleições Europeias
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 A Coroa e o País
- 23.20 Ler para Crer
- 00.20 À Noite com Jools Holland
- 23.45 Terror no Espaço

- SIC**
- 08.00 Buêrére
 - 11.30 Momento da Verdade (de John Avildsen, EUA/1984, com Pat Morita, Ralph Macchio, Elisabeth Shue. Artes Marciais.)
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 Moda Despida
 - 15.00 Ases de Polícia (de Aaron Norris, EUA/1995, com Chuck Norris, Clyde Kusatsu, Michele Lamar Richards. Acção.)
 - 17.00 A Filha de Mésua I
 - 18.55 No Sofá Vermelho
 - 19.00 Campanha Eleitoral: Eleições Europeias
 - 19.15 Andando nas Nuvens
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.00 Suave Veneno
 - 22.00 Esta Semana
 - 23.00 Fora de Controlo (de Wolfgang Petersen, EUA/1995, com Dustin Hoffman, Morgan Freeman, Renée Russo, Kevin Spacey. Ver Destaque.)
 - 02.00 Duetos Imprevistos
 - 03.00 Último Jornal
 - 03.35 Portugal Radical
 - 03.55 Vibrações

- TVI**
- 09.00 Animação
 - 12.00 Pérola Negra
 - 13.30 TVI Jornal
 - 14.00 Sangue do Meu Sangue
 - 15.00 Samantha
 - 16.00 Animação
 - 18.00 Robocop
 - 19.00 Tempo de Antena
 - 19.15 Asas nos Pés
 - 20.15 Nightman
 - 21.15 Directo XXI
 - 22.00 Quero Justiça!
 - 23.00 Sem Perdão (de Richard Pearce, EUA/1986, com Richard Gere, Kim Basinger, Jeroen Deundza. Policial.)
 - 01.15 O Corvo
 - 02.15 Competente e Descarada
 - 02.45 Casos de Arquivo

- TVI**
- 09.00 Animação
 - 11.00 Programa Religioso
 - 11.10 Missa
 - 13.05 Os Últimos Paraísos na Terra
 - 14.00 Os Gordos
 - 15.00 O Rei Pescador (de Terry Gilliam, EUA/1991, com Jeff Bridges, Mercedes Ruehl, Robin Williams. Fantasia.)
 - 17.00 Bruxinhas ao Ataque (de Stuart Margolin, EUA/1993, com Mary-Kate Olsen, Ashley Olsen, Cloris Leachman. Fantasia.)
 - 19.00 Colégio Brasil
 - 21.00 Directo XXI
 - 21.40 Marés Vivas
 - 22.35 Causa Justa
 - 23.35 Homicídio no Lago (de Noel Nosseck, EUA/1997, com Ari Meyers, Soleil Moon Fyre, Tess Harper. Drama.)
 - 01.40 Hamlet (de Franco Zeffirelli, EUA/1990, com Mel Gibson, Glenn Close, Alan Bates, Paul Scofield. Ver Destaque.)

- TVI**
- 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 Juiz Decide
 - 15.00 Você Decide
 - 16.00 Fátima Lopes
 - 17.55 No Sofá Vermelho
 - 18.00 Meu Bem Quer
 - 19.00 Campanha Eleitoral: Eleições Europeias
 - 19.15 Andando nas Nuvens
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 20.50 Conversas da Treta
 - 21.20 Suave Veneno
 - 22.20 Roda dos Milhões
 - 00.40 Toda a Verdade
 - 01.40 Último Jornal
 - 02.15 Os Filmes do Século: O Extravagante Sr. Ruggles (de Leo McCarey, EUA/1935, com Charles Laughton, Mary Boland, Charlie Ruggles. Ver Destaque.)
 - 04.00 Portugal Radical
 - 04.30 Vibrações

- SIC**
- 08.00 Buêrére
 - 10.00 Sic 10 Horas
 - 12.00 Zázá

- SIC**
- 08.00 Buêrére
 - 10.00 Sic 10 Horas
 - 12.00 Zázá
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 Juiz Decide
 - 15.00 Você Decide
 - 16.00 Fátima Lopes
 - 17.55 No Sofá Vermelho
 - 18.00 Meu Bem Quer
 - 19.00 Campanha Eleitoral: Eleições Europeias
 - 19.15 Andando nas Nuvens
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.00 Jornalistas
 - 22.10 Suave Veneno
 - 23.20 Namorando com o Perigo (de Jorge Montesi, EUA/1996, com Tori Spelling, Ivan Sergei, Todd Caldecott. Drama.)
 - 01.40 Médicos Sem Fronteiras
 - 02.40 Último Jornal
 - 03.15 Portugal Radical
 - 03.45 Vibrações

- SIC**
- 08.00 Buêrére
 - 10.00 Sic 10 Horas
 - 12.00 Zázá
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 Juiz Decide
 - 15.00 Você Decide
 - 16.00 Fátima Lopes
 - 18.00 Meu Bem Quer
 - 19.00 Campanha Eleitoral: Eleições Europeias
 - 19.15 Andando nas Nuvens
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.00 Jornalistas
 - 22.10 Suave Veneno
 - 23.20 Namorando com o Perigo (de Jorge Montesi, EUA/1996, com Tori Spelling, Ivan Sergei, Todd Caldecott. Drama.)
 - 01.40 Médicos Sem Fronteiras
 - 02.40 Último Jornal
 - 03.15 Portugal Radical
 - 03.45 Vibrações

- TVI**
- 09.00 Animação
 - 12.00 Pérola Negra
 - 13.30 TVI Jornal
 - 14.00 Sangue do Meu Sangue
 - 15.00 Samantha
 - 16.00 Animação
 - 18.00 A Patrulha do Tempo
 - 19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
 - 20.00 Nightman
 - 21.00 Directo XXI
 - 22.00 Em Legítima Defesa
 - 24.00 O Salto (Série)
 - 03.15 Terra: O Conflito Final (Série)
 - 04.40 Competente e Descarada (Série)
 - 04.40 Desporto

- TVI**
- 09.00 A Fúria do Destino
 - 09.55 TVI Jornal
 - 10.00 Animação
 - 12.00 Pérola Negra
 - 13.30 TVI Jornal
 - 14.00 Sangue do Meu Sangue
 - 15.00 Samantha
 - 16.00 Animação
 - 18.00 Robocop
 - 19.00 Tempo de Antena
 - 19.15 Asas nos Pés
 - 20.15 Nightman
 - 21.15 Directo XXI
 - 22.00 Marés Vivas
 - 23.00 A Experiência de Filadélfia II (de Stephen Cornwell, EUA/1994, com Brad Johnson. Ficção Científica.)
 - 01.15 Vidas em Fuga (de Eric Laneville, EUA/1997, com Mark-Paul Fosselaar, Gina Philips, Talia Shire. Drama.)
 - 03.10 Competente e Descarada
 - 03.45 Desporto

- TVI**
- 09.00 A Fúria do Desejo
 - 09.55 TVI Jornal
 - 10.00 Animação
 - 12.00 Pérola Negra
 - 13.30 TVI Jornal
 - 14.00 Sangue do Meu Sangue
 - 15.00 Samantha
 - 16.00 Animação
 - 18.00 Robocop
 - 19.00 Tempo de Antena
 - 19.15 Asas nos Pés
 - 20.15 Nightman
 - 21.15 Directo XXI
 - 22.00 Quero Justiça!
 - 23.00 Sem Perdão (de Richard Pearce, EUA/1986, com Richard Gere, Kim Basinger, Jeroen Deundza. Policial.)
 - 01.15 O Corvo
 - 02.15 Competente e Descarada
 - 02.45 Casos de Arquivo

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Fora de Controlo

(Quinta, 23.00, SIC)

Grande especialista dos filmes de aventuras, acção e fantasia, o alemão **Wolfgang Petersen** encontrou nos EUA a capacidade tecnológica e industrial para a concepção desta espécie de filmes «apátridas», porque todos funcionam do mesmo modo, com os mesmos tiques e os mesmos objectivos de atingir o maior êxito público possível. E então se se arranjar uma equipa de actores acima de toda e qualquer suspeita (quanto à composição das suas personagens, claro) – como é o caso de **Dusty Hoffman**, **Kevin Spacey**, **Morgan Greeman** ou **Donald Sutherland** – e se a história conseguir um bem engendrado misto de «thriller» e terror e catástrofe, então nada mais parece poder exigir-se. Isto se tivermos em conta as referências algo elogiosas para o arquitectar desta história filmada que nos fala de uma epidemia terrível que, vinda de África



Uma sequência de «Fora de Controlo», de Wolfgang Petersen



Michelle Pfeiffer, viúva mas não muito no filme homónimo de Jonathan Demme



Peter McNicol, Meryl Streep e Kevin Kline em «A Escolha de Sofia», de Alan J. Pakula



«Febre de Sábado à Noite», de John Badham, com John Travolta

Viúva... Mas Não Muito

(Domingo, 17.00, SIC)

Com uma história a desenrolar-se nos meios da *mafia* - uma jovem viúva tenta escapar aos tentáculos de uma organização de *gangsters* após o assassinato do marido -, o filme é bem divertido e as interpretações de **Michelle Pfeiffer** e **Dean Stockwell** bem «gozadas». O realizador (e argumentista)

Jonathan Demme está, como sempre, à vontade nestes ambientes. E o certo é que tudo resulta num bom divertimento.

Febre de Sábado à Noite

(Domingo, 23.05, RTP2)

Não há nada a fazer! É evidente que «tudo» aqui está neste filme para que ele se tenha tornado, no género, um dos maiores êxitos populares dos anos 70: a poderosa capacidade do cinema industrial, apoiando um realizador eficaz (**John Badham**), a música dos **Bee Gees**, e naturalmente a desenvoltura do **Travolta-dançarino** (nesse tempo, ainda mais do que do **Travolta-actor**), na sua «ruidosa» estreia no cinema. E o filme que, oito anos mais tarde, seria continuado por outro realizador bem menos brilhante (*A Febre Continua*) já não conseguiria sequer acompanhar o saber-fazer desta receita.

Hamlet

(Domingo, 01.40, TVI)

O conhecido realizador italiano **Franco Zeffirelli** não poderia ficar naturalmente indiferente a esta grande obra teatral de **Shakespeare** e, depois de já se ter anteriormente debruçado, com maior ou menor êxito, sobre *A Fera Amansada*, *Romeu e Julieta* ou *Otelo*, atira-se agora a *Hamlet*, para tal exibindo o seu habitual talento de encenador mas contando com um elenco de luxo, no qual, para além do excelente **Alan Bates** e da menos feliz **Glenn Close**,

conta com a surpresa positiva que é **Mel Gibson**, no papel principal.

Os Filmes do Século: O Extravagante Sr. Ruggles

(Segunda, 02.15, SIC)

O mordomo de um *lord* inglês foi... «perdido» ao *poker* pelo seu amo e encontra-se agora nos EUA. Os seus novos patrões americanos, novos-ricos típicos, vão fazê-lo descobrir, então, um novo país e novos costumes... e, como se calculará, nascem daqui os maiores trocadilhos e as maiores surpresas. Descobrimos, com humanismo e sensibilidade, os melhores valores da sociedade americana que assim ajudam a transformar a pouco e pouco a mentalidade assumidamente submissa e subalterna do típico mordomo britânico, **Leo McCarey** assina aqui uma comédia notável, com **Charles Laughton** num papel irresistível.

Grande Hotel (Terça, 15.45, RTP2)

Produzido por **Irving Thalberg** e com uma brilhante realização de **Edmund Goulding**, o argumento original deste filme, baseado na peça teatral de **Vicki Baum**, já foi trabalhado bastas vezes para outros filmes e, até, para uma comédia musical da Broadway. O enredo narra o quotidiano de um hotel de luxo, em Berlim, pelo qual passam as histórias das mais diversas personagens, desde uma bailarina solitária (**Greta Garbo**) ao seu amante ladrão de jóias (**John Barrymore**), passando por um moribundo (**Lionel Barrymore**), uma estenógrafa ambiciosa (**Joan Crawford**) e um tenaz homem de negócios (**Wallace Berry**). Vencedor do **Oscar para o Melhor Filme do Ano**, este é um magnífico exemplar de um «período de ouro» do cinema norte-americano, além de um festival de bem representar. A não perder..



Uma cena de «Grande Hotel», de Edmund Goulding

(!), começa por aniquilar toda uma aldeia dos EUA. Segundos sentidos? É o que se verá...

A Escolha de Sofia

(Sábado, 01.05, RTP2)

Adaptação ao cinema de um romance de **William Styron** (Prémio Pulitzer de 67) que se tornou um dos maiores *best-sellers* de sempre, *A Escolha de Sofia*, filme situado em finais da II Guerra Mundial, é não só uma história romântica (como não admiraria sendo protagonizada por **Meryl Streep**) mas também um drama passionai intensamente vivido por uma polaca refugiada (sobrevivente de *Auschwitz*) e por um americano tresloucado e toxicómano, contada por um escritor amigo de ambos. Um filme admirável de **Alan Pakula** sobre os traumas da guerra, com uma reconstituição de época resplandecente e excelentes interpretações de **Kevin Kline** ou **Peter McNicol**.

Os Dias da Rádio

(Domingo, 15.05, RTP1)

Este filme pertence a um período particularmente criador da carreira de **Woody Allen**, em meados dos anos 80, em que sucessivamente nasceram obras como *Broadway Danny Rose*, *A Rosa Púrpura do Cairo* ou *Ana e as Suas Irmãs*. Aqui, **Allen** recorda com nostalgia o período de ouro dos anos da rádio - os anos 40 - e o percurso sinuoso das memórias de infância, temperado pela ironia dos diálogos, o bom gosto da encenação, a reencenação de emissões de grande êxito e uma banda sonora repleta de músicas imortais. Um retrato de um tempo em que o realizador insere sons, imagens, rostos e figuras que parecemos recordar da nossa própria e universal infância. Uma delícia para os olhos, um regalo para os ouvidos - um tempero para a inteligência.

CABO & SATÉLITE

Uma «sitcom» brasileira no GNT

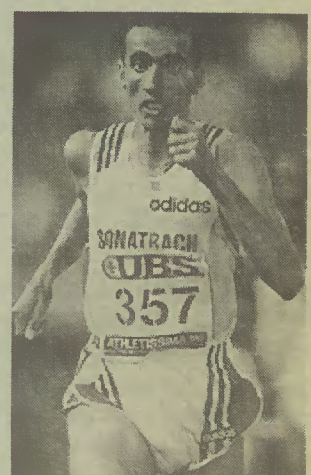
Quem não viu nos nossos ecrãs, há cerca de um ano, a sitcom «*Sai de Baixo*», uma nova experiência televisiva gravada em pleno palco perante assistência, não pode ter a sua repetição, agora no canal **GNT**, todas as segundas-feiras, pelas 12.30. Nos principais papéis, os nossos conhecidos **Luís Gustavo**, **Aracy Balabanian**, **Miguel Falabella**, **Marisa Orth** ou **Tom Cavalcante**. Para rir a bom rir!
(GNT, segundas-feiras, das 12.30 às 13.30)



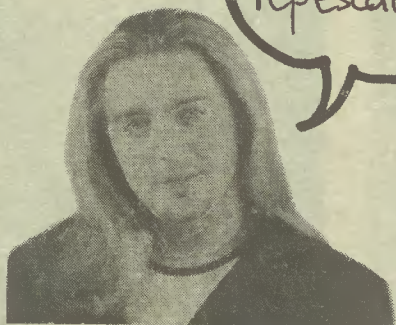
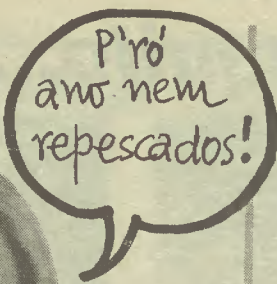
Meetings de Atletismo

Na continuação dos vários meetings da **Associação Internacional de Atletismo**, realiza-se, na próxima terça-feira, um dos mais prestigiados entre todos e que já vai na sua 40ª edição. É a contar para o **Grande Prémio** daquela associação e realiza-se em **Bratislava**, na **Eslóvaquia**.

Conta-se com a presença de grandes nomes do atletismo internacional.
(Eurosport, Terça-feira, das 18.30 às 20.00)



Uma Babel pimba



Quem havia de dizer? Ao assistirem, espantados, no passado sábado, ao Festival da Canção da Eurovisão deste ano, aqueles que há muito se afligiam com a infestação das nossas televisões pelo mais refinado cancionero pimba, terão chegado agora à conclusão de que o fenómeno já não era só, exclusivamente, nem sobretudo, nacional.

Afinal, há cada vez mais fortes razões para nos aliviarmos em termos de sofrimento: já não somos só nós, opinião pública portuguesa, a ter de corar de vergonha pela péssima canção que o nosso serviço público de televisão resolveu enviar a Jerusalém através da irrequieta figura do inefável Rui Bandeira, a partir de um sistema directo ou indirectamente engendrado e influenciado pelas editoras discográficas e/ou objectivamente submetido aos seus ditames (para o caso tanto importa!), num arremedo de representação da nossa (dita) música popular portuguesa.

Também os espanhóis, como os eslovenos, os franceses, os holandeses, os cipriotas, os austríacos, os malteses, os alemães ou até os irlandeses (imagine-se!), têm vindo pelos vistos a inclinar-se para a conclusão de que as canções que o poder implacável das res-

Entretanto, mais do que em qualquer outra edição anterior, o Festival da Canção da Eurovisão, este ano organizado pelos israelitas, terá sido dos piores dos últimos anos, em todos os aspectos da sua arrumação interna e do próprio conteúdo: nível das canções, realização televisiva, ritmo interno do espectáculo. Mesmo a ausência da orquestra terá contribuído em larga escala para o empobrecimento ainda maior dos acompanhamentos musicais, sendo favo-

recidas indirectamente aquelas canções que se apoiavam na panóplia tecnológica e de estúdio própria dos espectáculos televisivos que optam pela vigarice e pela preguiça da utilização do *play-back*.

Em termos de concepção gráfica e alinhamento do programa, os quadros inventados para servirem de passagem entre as canções jamais deixou de ser caótico quanto à verdadeira intenção (e conseqüente compreensão) da fórmula adoptada, arbitrariamente passando da animação para a imagem real e depois desta para o espectáculo de palco, sem qualquer relação plausível de causa e efeito.

Mais ainda, como bem sublinhou o apresentador da BBC Prime - cuja emissão resolveu seguir por ter decidido escapar aos comentários *off* do habitual Eládio Clímaco (afinal, substituído nessa tarefa, com inegável vantagem, conforme vim a verificar pela comparação posterior entre as duas emissões) -, até desta vez aconteceu esse caso único, jamais verificado em emissões anteriores, de o

espectáculo ter sido interrompido por um intervalo para a publicidade (!) entre a 12.ª e a 13.ª canções, a polaca e a islandesa.

Mas aquilo que, para o apresentador do serviço público britânico constituiu um motivo de espanto e de reparo, não fez estremecer, como é óbvio, os responsáveis da nossa RTP, já que esta foi das estações televisivas que nessa altura também ligou à base para a transmissão dos seus próprios *spots* publicitários!

Pior ainda, mais uma vez este ano, a RTP reincidiu na integral sonogação ao público português do habitual interlúdio mais ou menos espectacular com que os organizadores destes festivais costumam apresentar os espectadores entre o final da apresentação das canções e o início da votação. Por sinal, conforme pude assistir também pela BBC Prime, o bailado que, nos ecrãs portugueses, foi substituído por um interminável ecrã publicitário, foi até dos momentos mais suportáveis do espectáculo (*ver foto*), mesmo que de ressonâncias um tanto gongóricas e que fariam a inveja a um Cecil B. DeMille, à medida aliás das paragens bíblicas de onde nos vinham tais imagens e sons.

Enfim, à parte este momento espectacular, o Festival deste ano foi coisa para esquecer. Aguarda-se (sem qualquer esperança) por melhores dias!

TVISTO

Francisco Costa



O espectáculo sonogado pela RTP aos espectadores portugueses

pectivas indústrias discográficas impõe como contribuições para este concurso (de forma mais ou menos «democrática» na aparência, nos casos em que optam por concursos nacionais), são tanto mais adequadas ao bom êxito dos seus propósitos mercantis quanto qualquer ideia de melodia imaginativa, harmonização de bom gosto, instrumentação exigente ou correcta forma de cantar forem submergidas à lógica férrea do menor dominador comum em matéria de qualidade.

Claro que, ao fim e ao cabo, em termos de divisão do bolo, as «hostilidades» continuam a ser travadas pela mesma meia dúzia de países do costume. Da mesma forma que a traficância de votos entre regiões vizinhas ou afins (ao nível dos interesses políticos ou económicos instalados) se passava outrora ao nível mais recatado dos jurados escolhidos e mais ou menos manipulados por cada operador televisivo concorrente, agora essa transferência de influências continua a ser mantida ou estimulada através do estratagemma do voto popular, assim mascarado de mais «democrático». Talvez por isso, a militância dos emigrantes portugueses, funcionando bem na França, terá contribuído para o insólito pleno do sufrágio telefónico em «Como Tudo Começou» vindo daquele país, como única indicação de voto na «nossa» canção!

Gato escaldado

A campanha eleitoral para as Europeias vem sendo caracterizada por uma quase ausência de debate e, em contrapartida, pela saturação de elementos do pior *marketing* político. Era de prever. A mediocridade dos *media*, que algumas excepções apenas sublinham, e a sociedade do espectáculo, verdadeiramente tentacular, não são de molde a preferir o confronto de propostas e posições, o espírito crítico, uma cidadania sem alheamento nem desinformação. Por outro lado, a maioria dos protagonistas tenta-se cada vez mais por um exercício de generalidades, embustes, pirotecnias verbais, mesmo quando proclama intenções de esclarecimento e autonomia de projecto.

Alguns exemplos:

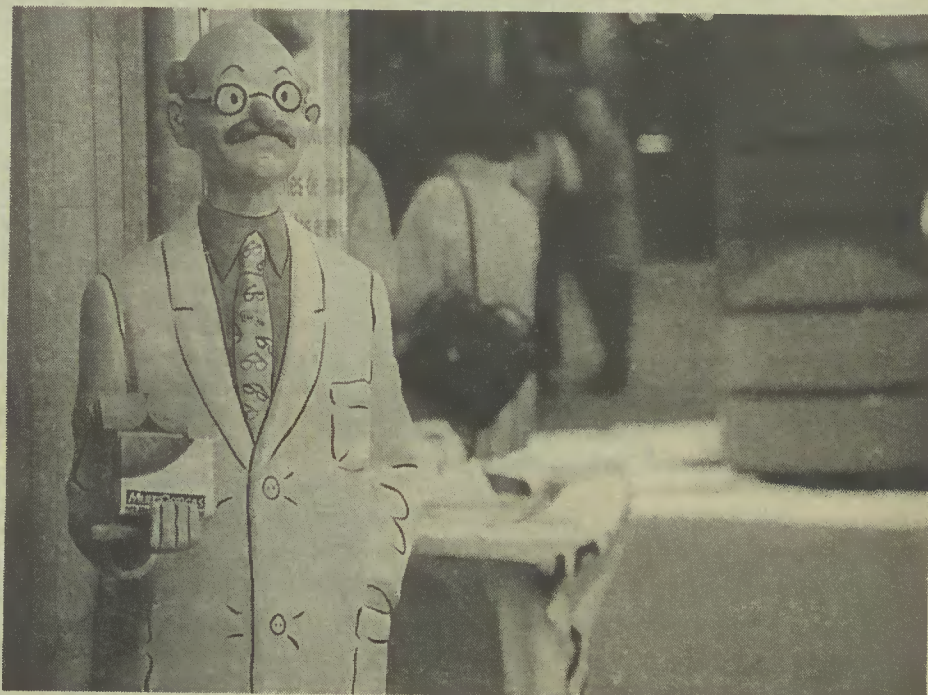
Não será inadequado lembrar, dias volvidos, a emissão da SIC com os quatro candidatos tidos como principais. Em larga medida por responsabilidade dos moderadores, a algazarra e a displicência substituíram a exposição clara e a afirmação das singularidades. Mário Soares, flanando longe das questões concretas, interessado em evitar

Nas acções junto do eleitorado, nos cartazes de propaganda, nos comícios e declarações à comunicação social, o panorama não muda de figura. Enquanto os socialistas se bastam com a figura de um Soares em estilo de rainha de Inglaterra numa fatigada visita aos súbditos, acrescida dos fulgores de António José Seguro, os escolhidos de Durão Barroso surpreendem o País com *slogans* de índole rasca onde se não vislumbra uma ideia, um rasgo, um sinal de qualidade. Portas reitera o frenesi, a agressividade, a desfaçatez, e procura dissimular o

ANACRÓNICAS

Manuel de Melo

desespero, a perversão populista, o que há de grotesco numa postura que se nutre de artificios e bífis. É caso para perguntar: e a pedagogia prometida? O pacto de interpretação dos objectivos portugueses e dos anseios das populações? A honorabilidade, o rigor, o sentido de despojamento pessoal? Para inglês ver, claro...



escolhos num discurso de vocação quase nefelibata, nunca colocado perante as condições de percurso e pensamento, acabou por beneficiar do contencioso entre os representantes da defunta AD. Paulo Portas, que se vem notabilizando por uma marginalidade de conduta cujos excessos se não limitam a desacreditá-lo, desacreditam também qualquer espaço em que tenha assento, esqueceu a prática do CDS-PP nos parlamentos nacional e europeu, ergueu a voz, gesticulou, fez sucessivos números de contorcionismo e nada explicitou do programa em nome do qual disputa a confiança dos portugueses. É assinalável o esforço de Pacheco Pereira para, através de meia dúzia de frases articuladas, se afastar do líder da lista do PS, tal e tanto o que os aproxima. Apesar da proclamação antifederalista, que não corresponde às opções do PSD e, bem vistas as coisas, não pode levar-se demasiado a sério, as suas palavras serviriam, no geral, a estratégia de Guterres. Que ficou, porém, da sua ida a estúdio? Há que reconhecer: um grão de areia sem a menor relevância.

A CDU, pela natureza da sua intervenção ao longo dos anos, apresenta, neste contexto, um conjunto coerente de análises e compromissos, um trabalho todo ele merecimento e abnegação, uma transparência de métodos que são, de facto, um traço distintivo que ninguém consegue apagar. De que tempo e condições dispôs no meio do arruído que, muito a gosto da estação de Carnaxide, se instalou?

Faltam menos de duas semanas para o 13 de Junho. Apesar do que se assinalará de positivo na realização televisiva de Judite de Sousa, as reportagens continuam, por via de regra, a projectar desigual e distorcidamente as prestações de cada força política no terreno, causticando sobretudo a coligação dirigida pelo PCP. Não é nova esta orientação, contrária à legalidade e a uma vivência amadurecida dos princípios democráticos. Importará, por isso, reforçar no futuro os poderes de correcção que cabem aos órgãos idóneos em matéria de ilícito eleitoral e garantia de isenção e pluralismo na comunicação social. Mas, no imediato, como é que a saga bipolarizadora, de novo desencadeada, não há-de dar frutos? Em menos de duas semanas, que conteúdos precisos aguardar por parte das candidaturas que se afoitam em escamotear problemas e fugir das respostas que urgem como o gato escaldado diante de água fria? E, sobrando motivos para se ser céptico, que culpas atribuir à abstenção, que a CDU combate com meios sérios e não merece? Num momento decisivo para a União Europeia, a sua linguagem é um apelo à participação cívica, à lucidez, à construção da paz - contra a ignomínia da guerra nos Balcãs e os perigos de congéneres actuações no futuro -, ao primado do rigor, da convicção e da competência. E tal apelo consubstancia, só por si, uma forma de dignidade que vai ao invés dos oportunismos e ligeireras que por aí degradam a vida institucional.

ESCAPARATE



TEATRO

Festival

Já nos referimos na passada semana ao FITEI - Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica, a decorrer no Porto, e a alguns dos espectáculos e outras iniciativas que estão programadas. Relembramos hoje que no **Pequeno Auditório do Rivoli** que se realiza no sbado, dia 5, o debate «Teatro e 25 de Abril: dois passos em frente, um passo atrás?», com a participação de empresários, directores e encenadores teatrais, críticos, dinamizadores culturais e agentes de descentralização cultural. No dia 7, ainda no Rivoli, **Café-Concerto**, tem lugar uma **mesa-redonda**, com a participação de investigadores, encenadores, actores e críticos, sobre o tema «Que caminhos para o teatro de expressão ibérica no virar do milénio?». Quanto a espectáculos, assinalamos que hoje, dia 2, às 21.30 horas, está em cena a peça **Variações de Goldberg**, de George Tabori, com encenação de João Mota.

MÚSICA POPULAR

Cantigas do Maio

Também na semana passada nos havíamos referido à décima edição do festival «Cantigas do Maio», a decorrer no Seixal e organizado pela Associação José Afonso e pela Câmara Municipal daquele concelho da margem Sul. No dia 3, quinta-feira, no **Forum Cultural** da cidade, o espectáculo é a voz de **Yungchen Lhamo**, do Tibete; na sexta chegam da Turquia os sons de **Galata Mevlevi Musik** e, do Canadá, **La Bottine Souriante**; no sábado, a partir das 17 horas, o espectáculo é na Praça da República, com as actuações do **Grupo de Cantares Milho Rei** e da **Banda Filarmónica de Alcácer do Sal**. As ruas serão animadas com a participação do **Grupo de Zés Pereiras de Passos de Silgueiros**. À noite, de novo na Fábrica Mundet, espectáculo com **Susana Baca**, do Peru, e **Milladoiro**, da Galiza. Destaque ainda para várias manifestações paralelas aos espectáculos - Exposição de Bandas na

Arte Popular; Papagaios Noturnos; passagem de vídeos; mostra de fotos. E o convívio após os espectáculos.

GASTRONOMIA

Rota das Tabernas em Grândola

Nem só de pão vive o homem. E quando se diz ou escreve esta frase quer-se normalmente aludir às coisas do espírito. Pois bem: continuando ao rés da matéria, permitamos o leitor sugerir que os espíritos também vivem no vinho e que os seus templos, as tabernas, também podem ser lugar de cultura. É o que parece querer dizer-nos esta iniciativa, promovida pela **Câmara Municipal de Grândola**, ao convidar-nos a uma **Rota das Tabernas** do concelho. A iniciativa teve a sua primeira edição em 1996 e os seus promotores garantem que se encontra definitivamente implantada. Esta **Rota**, que vai de 29 de Maio até ao próximo dia 12 do corrente, engloba um programa de animação, organizado com a colaboração de poetas populares, de acordeonistas e do Grupo Coral Coop. «A recriação de ambientes», diz o programa, «e transmissão do espírito de convívência e familiaridade usual nas tabernas é a grande finalidade da participação destes agentes culturais».

MARIONETAS



Bienal em Évora

Decorre até 6 do corrente, em Évora, a **Bienal Internacional de Marionetas**, inaugurada ontem na Praça do Giraldo com um espectáculo em que actuaram os **Caretos de Vinhais**, tendo nessa mesma noite sido apresentado no Teatro Garcia de Resende, um espectáculo pelo **Dondoro**, do Japão. O programa, extremamente interessante, reúne vários artistas e grupos de Marionetes, vindos de diversos lugares do mundo. Nos dias 3, 4 e 5, terá lugar um **Seminário Internacional no Convento do Carmo**. Uma **exposição de marionetes do México** vai estar patente na Galeria da Delegação Regional de Cultura do Alentejo.

«Devolver às tabernas», continua o texto de divulgação da iniciativa, «as suas características tradicionais e a sua clientela é um esforço que será determinado pela sensibilização e motivação que se conseguir despertar nos seus proprietários para manterem, melhorarem e promoverem os estabelecimentos e pela adesão do público a iniciativas como esta.»

Para além da animação cultural já anunciada - e dos petiscos que cada estabelecimento vai propor - salienta-se a realização prevista para as 10 horas do dia 9 de Junho, de um colóquio sobre «**Questões do Vinho**», que terá lugar na antiga igreja de São Pedro, novo espaço cultural da Vila Morena. No mesmo espaço está patente até final desta Rota, uma mostra bibliográfica sobre «**Livros, Vinho e Gastronomia**».

Todos a **Grândola**, pois. Mas, se conduzir, não beba. E se beber, não conduza...

Festroatroia

É já amanhã, e prolonga-se até 12 deste mês (sim, vai deixar livre o domingo para que ninguém deixe de ir votar), que tem início mais uma edição do **Festroatroia**, um certame cinematográfico que já tem história que baste para que os amantes do cinema lhe prestem atenção. Com efeito, o **Festival Internacional de Cinema de Troia** comemora o seu décimo quinto aniversário. De Troia conserva o nome e a beira de água, com o Sado a refrescar, porque, na realidade, o Festival tem lugar em Setúbal, mais propriamente no **Forum Luísa Todi** e nos cinemas do **Jumbo** daquela cidade, embora outras se realizem sessões noutras localidades do distrito e ainda no cinema **Quarteto**, em Lisboa. Anunciam os organizadores que, só em Setúbal, esperam mais de vinte mil espectadores para as várias sessões programadas. Cerca de 150 filmes, dos mais diversos países, contribuirão para o interesse que o Festival está a despertar. Meia centena apresentam-se a concurso, nas seguintes secções: Secção Oficial, Primeiras Obras, Independentes Americanos e O Homem e a Natureza. Serão apresentadas obras provenientes da Alemanha, Argentina, Áustria, Bélgica, Bolívia, Brasil, Bulgária, Catalunha, Canadá, Cuba, Dinamarca, Escócia, Espanha, Estados Unidos, França, Gales, Grã-Bretanha, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Marrocos, Montenegro, Portugal, Quirguistão, República Checa, Rússia, Suécia, Suíça e Turquia.



MÚSICAS

Guitarra Portuguesa... e Carlos Paredes

No **Auditório do Forum Municipal Romeu Correia**, em Almada, o programa é vasto nestes meses de Maio - que findou - e de Junho que agora começa. Entre os vários espectáculos e iniciativas levadas a cabo, destaque para a música de **Carlos Paredes**, num trabalho em que **Luísa Amaro**, com a guitarra portuguesa, se faz acompanhar pelo saxofone de **João Courinha** e pela guitarra clássica de **João Bengala**. O espectáculo realiza-se no sábado, 5 de Junho, às 21.30 horas.



LIVROS

António Borges Coelho
Tempo de Lacraus



Tempo de Lacraus

Na já vasta obra de **António Borges Coelho**, avulta, evidentemente, a História, matéria que tornou o autor conhecido e um dos expoentes da cultura portuguesa. Mas não foi de História o primeiro livro publicado por este escritor. Foi a poesia que o levou pela primeira vez ao prelo, com os poemas da **Roseira Verde**, editado em 1962. O autor de **Raízes da Expansão Portuguesa** (1964) e de **A Revolução de 1383** (1965), já repetira a aventura da poesia com **No Mar Oceano** (1981) e deixara a sua marca literária no teatro com a peça **Príncipe Perfeito** (1988). Momento agora para o romance, com este **Tempo de Lacraus**, em que se apreciará a escrita de **Borges Coelho** num diapasão novo de palavras - não as que desvendam o passado mas aquelas que o ficionam e reconstroem. Uma edição da **Caminho**, na colecção **O Campo da Palavra**.



Regressar ao Fim

Da palavra escrita também muito se conhece do trabalho de **Nuno Gomes dos Santos**, mesmo daquelas palavras efémeras com que se escreve o jornalismo, actividade em que trabalhou durante dezassete anos, seis dos quais em o **diário**, de que foi um dos fundadores. Actualmente assessor da Câmara Municipal de Almada, a literatura, que aos dezoito anos, em tempos de já lá vão, lhe fez publicar os primeiros poemas no **Diário de Lisboa Juvenil**, tem continuado a solicitá-lo, nomeadamente com poemas e romances. Este **Regressar ao Fim**, que a **Caminho** publica, anuncia-se como uma história de percurso, povoada de regressos. «Um grande **flash back** sobre anos de bruma e outros de brisa, sobre dias amargos e outros saborosos»...



ATALHE DE FOICE

O diluente

O pedido de demissão apresentado esta semana pelo Ministro da Defesa, Veiga Simão, deu ao Primeiro-Ministro mais uma oportunidade de exibir os seus talentos de milagreiro.

Desta vez, António Guterres não esteve de modas e cometeu um triplo milagre: transformou o inconcebível numa bagatela, a irresponsabilidade num atestado de lisura e os delitos próprios em agravos alheios. É obra «Obra de frades, os senhores calculam...», como diria Trindade Coelho.

O inconcebível aconteceu quando o Ministro da Defesa, num acesso de «transparência», decidiu enviar a uma comissão parlamentar de inquérito a lista completa dos agentes dos serviços secretos de que era o guardião e que ninguém lhe solicitara - tão óbvio seria o dislate -, o que teve como inevitável consequência o desmoralizar dos próprios serviços. A isto chamou o Primeiro-Ministro um acto de «boa-fé», bagatela que deixou indiciada, por exclusão de partes, a «má-fé» da comissão parlamentar destinatária do documento que, aliás, lhe chegou às mãos sob a displicente classificação de «confidencial». Ou seja, para absolver a irresponsabilidade do Ministro, Guterres não hesitou em insinuar a difamação do próprio órgão de soberania de que, formalmente, o seu Governo depende.

A irresponsabilidade do Ministro da Defesa foi, assim, transmutada por Guterres num atestado de lisura - só não se percebendo por que lhe aceitou, nesse caso, o pedido de demissão -, enquanto o delito governamental era branqueado ao preço da suspeição lançada sobre os deputados e a Assembleia da República pelo próprio Primeiro-Ministro.

Milagre de tal calibre, nem na Bíblia.

Neste tirocinio como Primeiro-Ministro, António Guterres revelou-se uma formidável máquina de diluição. Aparentemente, nada que se lhe chegue consegue manter as propriedades originais, por mais sólidas ou consistentes que elas sejam. Mestre da retórica, o homem dilui qualquer acontecimento numa ablução ininterrupta de palavras, ensopando os factos até lhes sumir os contornos, se não mesmo a matéria essencial. O discurso de Guterres, blindado numa lógica interna imune ao objecto a que se refere, viaja no éter para emitir postulados implacavelmente a caminho do axioma. O que diz acerta sempre pois responde ao lado, na forma de verdades acabadas que, jesuiticamente, fazem o quod erat demonstrandum sobre algo melhor que a realidade, porque a substitui. É a técnica do sermão.

Foi o que mais uma vez se passou com o caso Veiga Simão, cujo desenlace estava anunciado na própria trajectória política do ex-ministro do fascismo. Incapaz de admitir o absurdo da escolha que fizera, ao nomear para Ministro da Defesa um homem que tem do exercício do poder, no mínimo, a visão da guarda pretoriana, António Guterres preferiu manchar as instituições e os representantes do Estado democrático com suspeições chocantes, a pôr em causa o inadmissível comportamento de Veiga Simão que, no fio de um rosário de inabilidades e prepotências, culminou a sua «carreira» de Ministro da Defesa com o achincalhamento dos próprios organismos que tutelava.

Respondendo com novo sermão - agora vibrado como um correctivo à Assembleia da República -, Guterres merecia entrar no episódio em que Cristo expulsou a chicote os vendilhões do templo.

O papel do Primeiro-Ministro seria o de ir em cambulhada com os seus pares vendilhões, numa confusão de mesas de câmbio viradas e galináceas a cacarejar.

■ Henrique Custódio

O PCP entregou as suas Contas de 1998, no passado dia 28 de Maio, no Tribunal Constitucional.

As Contas agora apresentadas cumprem a legislação aplicável e o Plano Oficial de Contas com a natural adequação à especificidade partidária. Integram os Resultados do ano, o inventário do património do Partido, a lista discriminada dos imóveis de sua propriedade, e a declaração de que o PCP não recebeu quaisquer contribuições de pessoas colectivas (em coerência com a posição que sempre tem defendido) e o parecer da sua Comissão Central de Controlo.

Importa chamar a atenção para o facto de que as Contas apresentadas, tal como nos anos anteriores, são contas consolidadas e globais, representativas do conjunto das organizações do Partido e não apenas da sua estrutura central. As contas agora apresentadas confirmam e reforçam a característica de que o financiamento do PCP assenta fundamentalmente na obtenção de receitas próprias, que são 92,3%, constituindo as subvenções do Estado apenas 7,7%.

As Contas deste exercício apresentam uma receita de 1 660 211 876\$40 e uma despesa de 1 657 968 922\$70, com um resultado líquido positivo de 2 242 953\$70.

As principais rubricas, quanto às receitas próprias, apresentam o seguinte peso relativo nas receitas globais:

- iniciativas e actividades de angariação de fundos: 35,9%
- quotizações e contribuições de membros do Partido: 18,6%
- contribuições de representantes e eleitos do PCP: 25,6%

- donativos de pessoas singulares: 1,5%
- outras receitas (proveitos extraordinários, financeiros e de propriedade intelectual): 10,8%

No que respeita às despesas, as principais rubricas apresentam o seguinte peso relativo:

- compras, fornecimentos e serviços externos: 37,9%
- custos com pessoal: 50,2%

- vários (amortizações, provisões, etc.): 11,9%

Os resultados obtidos em 1998, evidenciaram equilíbrio entre receitas e despesas. Equilíbrio conseguido essencialmente através de um persistente e quotidiano esforço das organizações e militantes do Partido na obtenção dos meios materiais necessários à imensa e diversificada actividade política.

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS APURAMENTO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS DO PERÍODO

31 de Dezembro de 1998

PROVEITOS E GANHOS		
Quotização e Contribuição de Filiados do Partido	308.211.721,2	18,6%
Contribuição de Representantes e Eleitos do PCP	425.264.905,1	25,6%
Donativos de Pessoas Singulares	25.654.632,0	1,5%
Subvenções ou Subsídios do Estado	127.465.228,0	7,7%
Act. e Produto de Act.de Ang.Fundos	595.919.019,7	35,9%
Proveitos Propriedade Intelectual	2.527.345,0	0,2%
Proveitos e Ganhos Financeiros	44.676.952,1	2,7%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	130.492.073,3	7,9%
TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS	1.660.211.876,4	100%

CUSTOS E PERDAS		
Compras/Custos(Devol.e Desc.)	136.063.336,8	8,2%
Fornecimentos e Serviços Externos	492.480.644,7	29,7%
Impostos	6.059.512,0	0,4%
Custos c/Pessoal	832.137.032,7	50,2%
Outros Custos Operacionais	74.527.038,9	4,5%
Amortizações Exercício	49.560.633,4	3,0%
Provisões Exercício	5.000.000,0	0,3%
Custos e Perdas Financeiras	1.275.309,6	0,1%
Custos e Perdas Extraordinárias	60.865.414,1	3,7%
TOTAL DE CUSTOS E PERDAS	1.657.968.922,2	

RESUMO		
Total de Proveitos e Ganhos	1.660.211.876,4	
Total de Custos e Perdas	1.657.968.922,2	
RESULTADOS LÍQUIDOS	2.242.954,2	

Em defesa da Escola Pública

O Dia Mundial da Criança foi a data escolhida para uma iniciativa da Fenprof e do Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC), com que se pretende promover a qualidade da escola pública como «condição essencial para a construção de um futuro de progresso e justiça social».

Na manhã de dia 1 de Junho, no Rossio e na Feira do Livro em Lisboa, no Rossio de Viseu e junto ao Monumento ao Soldado Desco-

nhecido em Lamego, realizou-se uma recolha de assinaturas do Manifesto em defesa da Escola Pública, organizada pela Fenprof e pelo SPRC.

Com este Manifesto pretende-se, segundo nota distribuída à comunicação social, dar corpo «ao sentimento generalizado dos portugueses em torno da ideia de que o investimento a realizar deve ser efectuado na Escola Pública, de modo a conferir-lhe mais qualida-

de e a diversificar as respostas educativas e sociais».

Em causa estão «as opções neoliberais, que apontam no sentido da privatização do sistema educativo», uma postura ideológica que «penetrou uma boa parte da chamada classe política e o Governo - em claro distanciamento do país real».

Contra estas opções, o sindicato de professores defende «uma escola pública de qualidade para todos».

Manifesto

«Unir vozes em defesa da Escola Pública» é o objectivo deste Manifesto, que exorta os cidadãos «a que contribuam, por todas as formas adequadas, para que o poder político assuma por inteiro a responsabilidade de dotar o país de um sistema educativo público da mais alta qualidade».

O Manifesto, que recolheu já cerca de uma centena de assinaturas de personalidades das mais diversas áreas da cultura, da política, da investigação, sublinha a necessidade de criação de um movimento cívico orientado por «desígnios conducentes à construção de uma sociedade cada vez mais democrática, assente na paz, no desenvolvimento e na justiça social».

Objectivos que só é possível atingir plenamente se for assegurado «o direito de todas as crianças e jovens a uma educação de qualidade, promotora do sucesso educativo e da integração social». O que equivale a dizer - com uma escola pública de qualidade. Pois só ela poderá garantir o direito à educação e proporcionará rigorosa isenção nos planos curricular, cultural, pedagógico e social.

Em 13 Junho
no Parlamento Europeu

Mais CDU

Agenda
Tempos de Antena
Candidatos
Ilda Figueiredo
Declaração
Biografia
Entrevista

Deputados prestam contas
Declaração Programática
Artigos de Opinião
Intervenções
A sua Mensagem

Mais Esquerda, melhor Portugal

A página da CDU na Web. A consultar sem falta para melhor informação sobre a posição e propostas dos comunistas para o Parlamento Europeu

